



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DAGUALBERTO BARBOZA DA SILVA

**“AQUI É ONDE O MUNDO ACONTECE”: PERIFERIAS URBANAS EM PAUTA
NAS PRÁTICAS DE UMA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA LIVRE**

FORTALEZA

2022

DAGUALBERTO BARBOZA DA SILVA

“AQUI É ONDE O MUNDO ACONTECE”: PERIFERIAS URBANAS EM PAUTA NAS
PRÁTICAS DE UMA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA LIVRE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros.

FORTALEZA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S579" Silva, Dagualberto Barboza da.
"Aqui é onde o mundo acontece" : periferias urbanas em pauta nas práticas de uma biblioteca comunitária livre / Dagualberto Barboza da Silva. – 2022.
123 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros.
1. Periferias. 2. Territorialidades. 3. Biblioteca Comunitária. 4. Re-existências. 5. Pesquisa Inter(in)venção. I. Título.

CDD 150

DAGUALBERTO BARBOZA DA SILVA

“AQUI É ONDE O MUNDO ACONTECE”: PERIFERIAS URBANAS EM PAUTA NAS
PRÁTICAS DE UMA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA LIVRE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Aprovada em: 18/04/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Carolina dos Reis
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Wanderson Vilton Nunes da Silva
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

AGRADECIMENTOS OU UMA CRÔNICA DA APRENDIZAGEM

Aprendo a costurar com minha mãe e, apesar de nunca ter conseguido apurmar as minhas mãos nos tecidos que ela emenda, afirmo isso. Digo que aprendo a costurar com a mãe porque foi com ela que entendi que a vida é toda feita de remendos. Ela sempre foi emendando daqui e dali para que eu e meus irmãos existíssemos. A nossa vida nunca foi inteira, mas ela nunca deixou faltar as linhas cruzadas que foram nos tornando possíveis neste mundo. Acho que seria uma afronta chamá-la de guerreira nestes agradecimentos, ou em qualquer lugar que seja. Isso seria tornar invisíveis as dores que ela teve que carregar. Mas eu também não podia deixar de dizer que, apesar de não romantizar as tuas histórias, mãe, tu é a minha fonte de inspiração para inventar os meus passos. Muito mais do que dos vestidinhos que tu faz, eu me alimento das mangas do teu passado, das tuas peripécias nas capoeiras adentro, das tuas risadas, do teu presente, do teu jeito de amar as coisas miúdas, das tuas invencionices na casa, dos teus cabelos ao vento e de todos os nomes de gatos que tu acolheu ao longo dos anos. Tu é muito mais que minha mãe, Crene, mas quanta gratidão tenho ao multiverso por ser tu, justamente tu quem me gera cotidianamente.

Aprendo com minha amiga-irmã a experimentar o mundo. Acho que foi tu que me ensinou a ser cartógrafo, Janinha. Nossa amizade me faz sentir que eu sempre vou ter para onde voltar e, muito mais que isso, com quem voar. Eu sou muito grato por você compartilhar a vida comigo sem reservas e me deixar saber o que é ter uma caminhada que faça sentido. As águas das cachoeiras e dos rios que os teus olhos me espelham estão sempre em mim e, portanto, em tudo que faço. Tu umidifica a minha vida neste mundo seco de sonhos. Tu me ensina que sonhar é coisa para se fazer junto e simples. É com você que aprendo a pisar o solo sagrado que chamam amizade. Esse chão de terra batida na frequência do coração é a gente que inventa.

Aprendo com meu mano velho Josivan a transvalorar o conhecimento. Tu lembra, *minino*, quando tu me ensinava que a matemática tem muitos caminhos e ficava todo empolgado com umas resoluções que tu fazia na *tora*? Foi ali que eu entendi que conhecer é germinar possibilidades com o que há pra inventar o que não há, uma alquimia. A tua calma me ensina que viver, apesar de ser tempestade, é também saber que uma hora a coisa dá um giro e que a gente dá um giro junto se a gente for esperto. Se não fosse tu eu nem teria começado, sabe? Eu aproveitei teu giro pra entrar na faculdade porque eu sabia que tu ia girar comigo se eu não conseguisse. E desde então tu vem segurando as pontas, as linhas e as facas *sozin* com nossa mãe.

Aprendo com minha prima a criar histórias. Não existe escrita sem histórias e uma boa dose de invenção. Dani, a tua perspicácia frutificou a minha infância de boas danças. Tu me ensinou que às vezes a gente precisa mesmo arriscar o telhado da casa para ver o mundo de cima. Sem nem saber quem era Manoel de Barros, tu me ensinou a escrever nas folhinhas da roseira. O que a gente escreveu murchou ou virou adubo de outras rosas?

Eu me aprendo na tua existência, minha amiga Tainá. Eu me teço a partir de ti, ou melhor, contigo. Sou muito grato por todas as nossas conversas, porque tu me ensina a escutar bonito. Teu nome é uma oração para mim. O vento nunca mais vai ser o mesmo depois do que tu disse, assim como os girassóis nunca mais serão os mesmos depois que Van Gogh os pintou. Teu bambolê me diz que nossa amizade é atravessada por um devir-criança e teus passos me ensinam que a existência é feita de movimentos para que possamos fazer do mundo um lugar nosso. Eu sinto que o mundo é um lugar nosso quando tu abre um sorriso.

Aprendo com minha companheira de travessias a beleza de fabricar pontes numa época doente de muros. Camila, eu nunca vou esquecer do teu jeito acolhedor ao entrar no dia da vida de alguém. Tu entrou nos dias da minha vida para sempre quando começamos a navegar pela cidade no 660. Tu me ajuda a lembrar que a minha graduação é extremamente de “margens”, porque tu a marginalizou comigo. Costumo dizer que me sinto muito feliz pelo fato de me inventar pesquisador e psicólogo nas periferias, e tu vem sustentando isso comigo. As forças institucionais ainda bloqueiam um olhar ético, estético e político para territorialidades periféricas, mas tu apostou e tem apostado estar comigo nesse entre-olhar de margens. A nossa amizade é a minha ponte para qualquer tempo vivo.

Aprendo com o meu professor a sensibilidade e a generosidade para conhecer. João Paulo, tu não é só a pessoa mais inteligente que conheço, tu é também uma inspiração para a minha escrita e a minha forma de ver, escutar e tocar as linhas que nos atravessam além-academia. Tu me ajuda a criar deslocamentos imprevisíveis. Acho incrível o modo que tu tem de me surpreender ao fazer sempre o novo daquilo que já me parecia compreendido. Deve ser porque teu amor pelo conhecimento pulse via partilha. Estar perto de ti é parecido com abrir um livro novo ou um livro velho com o qual a gente nunca deixa de aprender. Eu sinto a potência da prática da liberdade como uma pedagogia do amor na vibração da tua palavra. A minha ingênua poesia é preche dos nossos encontros, meu professor querido. Quando o mundo fica desencantado tu o encanta de novo e de novo com teu jeito aprendiz de ser. Isso me comove e me torna mais humano.

Aprendo com meu amigo Fernando a celebrar cotidianamente o “andar com mais de um(a)”. Amigo, a nossa parceria tem me transformado numa pessoa mais dedicada, risonha e

sonhadora. Hilda Hilst nos aconselha a olhar a amplidão para fazer da vida um ato de plenitude, sinto que faço exatamente isso quando estou contigo. Tu tem uma maneira muito linda de fazer as coisas darem certo. Tenho a sensação de que sempre que tu dá um passo bonito na tua vida, uma multidão vai junto. Acho que deve ser porque tu nunca voa sozinho. Teus voos são potentes, generosos e simples. Tu é maravilhosamente simples e elevado. Obrigado por ser comigo. Esse é o mais grandioso presente que eu poderia ter.

Aprendo com minha irmã a persistência e a ousadia do sonho planejado e praticado no cotidiano. Aninha, eu sou imensamente atravessado por ti. Gratidão por me cuidar quando a mãe não pôde. A minha infância também é um *gérmen* das tuas mãos e eu não a perdi.

Aprendo com meu amigo-ameno-esplêndido que a vida não tem nada de maiúscula e definitiva, que a gente só ganha, no final das contas, as amenidades que soube aproveitar. Ai, Demar, nossa amizade é um bosque, um copo de café, uma leitura compartilhada, uma torrente de lágrimas acompanhadas de sorrisos largos e abraços serenos. Tem coisa que eu só sei dizer para ti. Gratidão pela tua empatia e pelos teus afagos em momentos bobos. A vida é boba, né? Aperta, aperta, mas a gente afrouxa com uma gaitada.

Aprendo com minha amiga Salverina que “união-respeito-amor” são as coisas mais lindas que podemos tecer com alguém. Eu aprendi “união-respeito-amor” na primeira série, mas foi na tua cozinha, enquanto tu assava uma mistura no fogareiro para completar o feijão, que eu entendi o que cada coisa era. Tuas histórias têm a substância que eu preciso para viver.

Aprendo com minha amiga artista que o encontro pode ser uma obra de arte. Não sei se tu notou isso, Laisa, mas contigo me sinto um criador de parafernálias mugangosas analíticas que só a gente sabe usar. Tu é muito esperta, *niña*. Tu deixa a gente pensar apostando na *doidiça* da gente. Tua presença é esquizoanalítica. Eu adoro *rizoamar* contigo.

Aprendo com meu amigo Gabriel a seguir as águas para fazer uma cardiografia do mundo. Bizinho, a nossa amizade é como um rio caudaloso e calmo pedindo para ser navegado por dois corações selvagens. Quando meu peito faz canoa com o teu, meu coração deságua para o infinito que é o amor.

Aprendo com minhas Macabéas Thaís, Josi, Camila, Vivi e Raíssa a reverenciar a majestade e a simplicidade de um encontro para marcar encontros. A gente nunca para de querer estar. Nossa amizade é ao mesmo tempo uma esquina em que dobramos e um labirinto em que nos achamos.

Agradecimentos à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

[mastruz]

de todos os anti-inflamatórios do mundo
o mais poderoso é o amor.

minha vó o buscava longe
misturava com mastruz
e outras plantas
suas amigas ancestrais

curando minha garganta
e meu medo de não viver.

(*Saral 3*, Talles Azigon, 2021, p. 70)

RESUMO

Nos últimos anos, uma multiplicidade de práticas culturais vem se fortalecendo em cotidianos de periferias de Fortaleza/CE, mobilizadas por articulações em torno da organização de saraus, produções audiovisuais, teatros de rua, rolezinhos, festivais de juventudes, *reggaes*, literaturas periférico-marginais e mediações de leitura. Entre essa profusão estão as práticas de bibliotecas comunitárias, que vêm atuando em aliança com coletivos juvenis ao produzirem arte, cultura e lazer de periferias para periferias. Para além de incidirem como lugares em que as pessoas têm acesso a livros, jogos e espaços para socialização, democratização e partilha da informação, as bibliotecas comunitárias têm sido importantes intercessoras das mais distintas práticas culturais. Isso tem possibilitado que as periferias sejam pautadas a partir da arte e da cultura, insurgindo-se contra as narrativas hegemônicas que as fixam como lócus de violência, padecimento e morte. Diante disso, objetivamos analisar de que modo periferias urbanas têm sido pautadas a partir de práticas realizadas por uma biblioteca comunitária de Fortaleza. Para dar conta desse objetivo, elencamos três objetivos específicos: 1) traçar um rizoma das práticas produzidas por uma biblioteca comunitária inserida em uma territorialidade periférica de Fortaleza; 2) discutir que deslocamentos a narrativas hegemônicas sobre periferias urbanas têm sido produzidos a partir das práticas dessa biblioteca e 3) problematizar como as invenções artísticas realizadas no âmbito da biblioteca se constituem como dispositivo de re-existência. No que concerne às articulações teóricas, partimos de estudos da Psicologia Social que têm se inclinado às temáticas que envolvem violências, territorialidades urbanas e noções de resistência/re-existência, tecendo conexões, entre outras, com estudos pós-estruturalistas e críticos à colonialidade. Metodologicamente, utilizamos uma proposta de abordagem qualitativa, especificamente a Pesquisa-Inter(in)venção. O local de pesquisa foi a Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária, que, assim como outras bibliotecas de iniciativa popular, desponta no cenário das práticas culturais de Fortaleza como um potente espaço comunitário de promoção cultural, artística e política das e nas margens. As cenas e conversações criadas com esta pesquisa-inter(in)venção apontam que as práticas da Livro Livre Curió disputam e tensionam as fronteiras simbólicas e concretas que fragmentam a cidade; problematizam a romantização sobre a precarização da vida em contextos periféricos e inventam multiterritorialidades por meio de políticas da amizade ao pautarem as periferias urbanas a partir de vozes juvenis, LGBTQIA+, negras, mulheres e crianças. Além disso, essas práticas têm promovido desenquadramentos ao deslocarem-se de “enquadramentos coloniais”, que fixam periferias urbanas como “territórios de não ser”, e as (re)inventam ao pautarem-nas a partir das denúncias contra o que a

colonialidade impõe historicamente, sem, no entanto, deixar de anunciá-las como multiterritorialidades do amor e do futuro.

Palavras-chave: periferias; territorialidades; biblioteca comunitária; re-existências; pesquisa-inter(in)venção.

ABSTRACT

In recent years, a multiplicity of cultural practices have been strengthened in the daily lives of the periphery of Fortaleza/CE, mobilized by collective articulations around the organization of soirees, audiovisual productions, street theaters, rolezinhos, festivals, reggae, marginal literature and reading mediations. Among this profusion are the practices of community libraries, which have been working in alliance with youth collectives by proposing art, culture and leisure from periphery to periphery. In addition to being places where people have access to books, games and spaces for socialization, democratization and information sharing, community libraries have been important intercessors of the most distinct cultural practices. This has made it possible for the peripheries to be guided by art and culture, rebelling against hegemonic narratives that set them as a locus of violence, suffering and death. Therefore, we aim to analyze how urban peripheries have been guided by practices carried out by a community library in Fortaleza. To achieve this objective, we have listed three specific objectives, namely: 1) to trace a rhizome of the practices produced by a community library inserted in a peripheral territoriality of Fortaleza; 2) to discuss which shifts to hegemonic narratives about urban peripheries have been produced from the practices of this library and 3) to discuss how the artistic inventions carried out within the library are constituted as a device of re-existence. In relation to theoretical articulations, we start from studies of Social Psychology that have been inclined to themes that involve violence, urban territorialities and notions of resistance/re-existence, weaving connections, among others, with post-structuralist studies and critics of coloniality. Methodologically, we used a proposal for a qualitative approach, specifically the Research-Inter(in)vention. The research site was Livro Livre Curió Biblioteca Comunitário, which, like other libraries of popular initiative, has emerged in the scenario of cultural practices in Fortaleza as a powerful community space for cultural, artistic and political promotion of the margins. The scenes and conversations created from this research-inter(in)vention point out that the practices of Livro Livre Curió dispute and tension the symbolic and concrete borders that fragment the city; problematize the romanticization of the precariousness of life in peripheral contexts and invent multi-territorialities through friendship policies that guide urban peripheries through echoes of youth, LGBTQIA+, black, women and children voices. In addition, these practices have promoted disframing by moving away from “colonial frameworks”, which establish urban peripheries as “territories of not being”, and (re)invent them by guiding them from the denunciations against what coloniality imposes. historically, without, however, failing to announce them as multi-territorialities of love and the future.

Keywords: peripheries; territorialities; community library; re-existences; research-inter(in)vention.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Imagem se faz é com mais de um

Imagem 2 - O pesquisador participa do *jogo-imagem*

Imagem 3 - “Anastácia Livre”

Imagem 4 - O que pode uma mirada?

Imagem 5 - Cosmovisão criança I

Imagem 6 - Cosmovisão criança II

Imagem 7 - Rolê carinhoso

Imagem 8 - Matriarca cidade

Imagem 9 - Curió, rogai por nós

Imagem 10 - Abertura da *Exposição Nomes*

Figura 1 - Sarau colorido

Figura 2 - Rota de Maranguape para o Curió

Figura 3 - Biblioteca *nazária*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCPHA - Comitê Cearense de Prevenção a Homicídios na Adolescência

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IHA - Índice de Homicídios na Adolescência

LGBTQIA+ - Lesbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo e outras

LLCBC - Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária

OMS - Organização Mundial da Saúde

SECULT - Secretaria da Cultura do Estado do Ceará

SECULTFOR - Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza

SSPDS - Secretaria de Segurança Pública e Desenvolvimento Social

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFC - Universidade Federal do Ceará

VIESES - Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação

SUMÁRIO

1 “O CENTRO É SÓ UM PONTO”: DESLOCAMENTOS EPISTÊMICO-TERRITORIAIS NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	16
1.1 Narrativas, deslocamentos e produção de periferias.....	16
1.2 (Re)posicionamentos da pesquisa no contexto da pandemia de Covid-19.....	24
2. A COZINHA DA PESQUISA-INTER(IN)VENÇÃO: NARRANDO CAMINHOS DE CRIAÇÃO DA/NA PESQUISA.....	29
2. 1 Caminhando nas margens: Por uma <i>pesquisa marginal</i> com as periferias.....	29
2. 2 Chegando ao Curió: O bairro como “livro aberto” e suas multiterritorialidades	38
2. 2. 1 Sarau Colorido: Uma entrada nas múltiplas práticas culturais de periferias	38
2. 2. 2 Nas asas do passarinho: Sobrevoando e pousando na Livro Livre Curió	42
2. 4 Dispositivos inter(in)ventivos: Saindo dos trilhos para “caçar outros jeitos”	47
3. “HÁ CARINHO O SUFICIENTE”: (DES)ENQUADRANDO TERRITORIALIDADES PERIFÉRICAS A PARTIR DE UMA <i>BIBLIOTECA COMUNITÁRIA LIVRE</i>	49
3. 1 Uma “ruma” de práticas livres: Ampliando o imaginário das periferias por meio da arte	49
3. 2 Por uma decolonização de “lentes totais”: políticas da imagem, periferias e a <i>comunalidade</i> do amor.....	52
3. 3 Entre fotografias, ilustrações, colagens virtuais e lambe-lambes inventados com a Livro Livre Curió: A imagem como dispositivo de re-existência	69
4. “PERIFERIA É LUGAR DE FUTURO, É LUGAR DE MEMÓRIA”: TRAÇANDO TEMPORALIDADES ENTRE AS PRÁTICAS CULTURAIS DA LIVRO LIVRE CURIÓ	77
4.1 Campanha #bibliotecanazaria: Bibliotecas comunitárias de iniciativa popular decolonizando fronteiras e futuros em uma cidade neoliberal-colonial	77
4. 2 “O futuro das periferias é daqui a pouco”: Criando uma temporalidade poético-problematizadora	89

4.3 “A biblioteca não é feita só de acervo, é de gente...”: Dispositivo-memória na criação de narrativas de insurgência	94
5. “A GENTE DAS QUEBRADA EXISTIR JÁ É UMA PERTURBAÇÃO DA ORDEM”: VIDAS PERIFERIZADAS NA PRODUÇÃO DE MULTITERRITORIALIDADES	98
5.1. Abolindo “as catracas das nossas vidas”: Juventudes arteiras em cena.....	98
5.2 Vozes e territorialidades LGBTQIA+: O devir-bixa-sapa-trans de uma biblioteca comunitária.....	101
5.3 VISADX profanando a História: A biblioteca e suas negras narrativas	105
6. COMO SEGUIR PELAS MARGENS? NOTAS PARA UM AMANHÃ PERIFÉRICO-AMOROSO	107
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS	120

1 “O CENTRO É SÓ UM PONTO”: DESLOCAMENTOS EPISTÊMICO-TERRITORIAIS NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

1.1 Narrativas, deslocamentos e produção de periferias

*“Não me iludo
Tudo permanecerá do jeito que tem sido
transcorrendo
transformando...”*

Tempo Rei, Gilberto Gil

Clarice Lispector, pela pena de seu personagem Rodrigo S. M., disse certa vez que “tudo no mundo começou com um sim” (2017). Não faço objeção à sagacidade da escritora brasileira, mas me permito torcer sua máxima para que outras águas escuras dessa conjectura: para um “sim” não seria necessária uma pergunta?

Entro nesse movimento de tentar fazer indagações em espiral, infinitas como as bibliotecas borgianas e labirínticas como a curiosidade das crianças, para não deixar de me espantar com o mundo e para não deixar de “criar problema”, atitude ética apontada por Butler (2015a) como algo que ultrapassa uma valência negativa, pois, como lembra a autora, “problemas são inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los” (p. 07). Com isso, podemos dizer que as coisas também começam pelo espanto, pela inconformidade, pelo estranhamento, pelo corpo todo com explosivas ideias, não só pela cabeça que querem “norteadora”, mas também pelas andanças, errâncias e (de)composição de gestos.

Essa entrada é para dizer que foi entre andanças e errâncias que teci meu problema de pesquisa. Desejo narrá-lo para que seja possível acompanharmos uma problemática sendo inventada à medida em que caminho, buscando produzir deslocamentos éticos, estéticos e políticos no encontro com o campo e com a prática da narrativa, que vai potencializando passos com os ecos que as indagações realizam.

Ao longo desses anos de contato com pesquisas acadêmicas, desde 2016, quando ingressei no VIESES, fui entendendo que fabricar problemas anda de mãos dadas com fazer perguntas. Ou seja, problematizar, nesse sentido, seria também criar. Por que isso acontece dessa forma? Por que essa forma tem essa forma e não outra? E se eu mexer nessa forma, ela (de)forma de que modo? A que outras formas ela pode chegar? O que ultrapassa as formas e as

transforma? Com as perguntas, uma experimentação mais instigante que “descobrir o mundo” foi-me sendo apresentada nas caminhões coletivas proporcionadas pela extensão universitária: a experimentação da invenção. Ou melhor, tive que inventar junto enquanto me deslocava entre “práticas urbanas” periféricas e juvenis (CERTEAU, 2014).

Entre o Lagamar, o Bom Jardim e o Conjunto Ceará, bairros periféricos de Fortaleza, experimentei fazer perguntas que envolviam as bibliotecas comunitárias. Eu acompanhava coletivos LGBTQIA+ de periferias em suas práticas político-culturais na cidade quando, em algum momento, conheci o poeta Talles Azigon, criador da **Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária**. Nessa andança-errância surgiu uma curiosidade, não de “descobrimento” mas de “invenção”: e se eu escrevesse um projeto de pesquisa que versasse sobre as bibliotecas comunitárias e as periferias? E se eu buscasse acompanhar as atividades da Livro Livre Curió para analisar/discutir/problematizar de que modo elas podem se constituir como dispositivo de resistência a processos que estigmatizam periferias? Afinal, eu vinha perguntando aos coletivos como suas práticas político-culturais, entre elas os saraus, constituíam-se como resistências às estigmatizações impostas a territorialidades periféricas. Por que não seguir nesse fluxo com as bibliotecas comunitárias e produzir caminhos que pudessem me levar a “periferias invisíveis”? (CALVINO, 1990).

Os “encontros-saraus” (SILVA, 2019a) foram a linha de entrada que me possibilitaram conhecer a multilinearidade de práticas culturais que aquecem os cotidianos das periferias de Fortaleza. Foi em um sarau, na intercessão de coletivos juvenis, que comecei a ter contato com a diversidade de práticas da Livro Livre Curió, que se estendem para além da circunscrição geográfica do bairro em que elas se inserem. Tanto é que meu primeiro sobrevoo em relação às práticas dessa biblioteca deu-se não no Curió, mas no Conjunto Ceará. Ou seja, de antemão eu estava sendo deslocado da ideia de que as bibliotecas se caracterizam, de modo irrevogável, como lugares de fixidez e de silêncio. As bibliotecas também podem caminhar de um território para outro, tendo como elemento deslocador os saraus, e podem, desse modo, fazer barulho e festa. Perceber isso me ajudou a realizar um deslocamento de concepções, tanto no que se refere a bibliotecas, quanto a periferias.

Nesse deslocar-me, de pergunta em pergunta, em um intervalo de meses, fui tecendo um problema, sendo escrito e reescrito até ficar assim: **de que modo ações desenvolvidas por uma biblioteca comunitária que atua em um contexto periférico de Fortaleza vêm se constituindo como dispositivos de resistência às estigmatizações de juventudes periféricas e de suas territorialidades?** Com isso, eu estava interessado em provocar questionamentos a partir das práticas da biblioteca em torno dos processos de estigmatização, que fixam

historicamente as periferias urbanas como lugares de violência, padecimento e morte, como zonas em que a necropolítica realiza os seus zoneamentos para vidas consideradas supérfluas (MBEMBE, 2016, 2017) e que, portanto, segundo uma lógica “necrocapitalista”¹ (DORNELLES, 2020), devem ser descartadas, direta ou indiretamente.

Antes dos primeiros encontros com a Livro Livre Curió e as pessoas que a fazem, eu havia visitado a Casa Camboa, biblioteca comunitária que fica na Sabiaguaba. Era uma aula de campo da disciplina de *Psicologia Ambiental*, 2019, minha última disciplina da graduação em Psicologia. Trago algumas das reverberações daquele acontecimento, porque ele teve a sua relevância no meu movimento de fazer perguntas e problematizações sobre a atuação das bibliotecas comunitárias na criação de imagens insurgentes e dissonantes de periferias, deslocando as imagens repisadas sobre esses territórios que a grande mídia vem produzindo ao longo dos anos (COIMBRA, 2001).

O micropoema de Remido (“a literatura te tira do tiro da viatura”) num quadro entre os livros da biblioteca comunitária da Sabiaguaba e o modo como Viviane Siade, fotojornalista e organizadora da biblioteca, narrava a necessidade de criar leituras vivas com o território, apontando a importância do cuidado com o mangue, com a memória e com as lutas contra a especulação imobiliária na região, foi um bom encontro para o projeto que eu estava gestando, isto é, potencializou a minha ação (SPINOZA, 2013) de querer compor com as práticas da biblioteca comunitária no Curió para acompanhar e provocar questionamentos a respeito do modo como estas se constituem como dispositivo de resistência a processos que estigmatizam periferias urbanas e suas juventudes.

Por mais que eu estivesse em um território e intentasse realizar a minha pesquisa em outro, desejo gestado em um sarau co-realizado pela Livro Livre Curió no Conjunto Ceará, eu já considerava relevante estar atento ao que as periferias vêm dizendo através de suas bibliotecas comunitárias, que, nos últimos anos, aumentaram e se fortaleceram consideravelmente nas periferias² da capital cearense (DIÁRIO DO NORDESTE, 2019), a exemplo das bibliotecas comunitárias de iniciativa popular **Biblioteca Viva**, no Barroso; **Biblioteca Adianto**, na Barra

¹ Segundo Dornelles (2020), toda forma de capitalismo se expressa através da morte, da exploração e da opressão de seres humanos, já que seu fim último estaria na acumulação e reprodução do próprio capital. Todavia, o autor ainda aponta que as formas clássicas do capitalismo - capitalismo liberal e até mesmo as experiências do capitalismo de bem-estar social - expressavam-se na existência de direitos. Com o que ele chama de hipercapitalismo neoliberal, há um afastamento da fundamentação em direitos, despindo-se dos “de todos os véus que poderiam esconder a sua verdadeira natureza” (p. 95): a da barbárie, mostrando-se como é, um capitalismo de morte, ou seja, um necrocapitalismo.

² As bibliotecas comunitárias vêm potencializando outras “cartografias do saber” e possibilitando outros olhares sobre a cidade, deslocando modos de ver e falar a partir das periferias, territorialidades em que esses equipamentos mais têm despontado (BARBOSA, 2019).

do Ceará; **Okupação**, no Antônio Bezerra; **Livro Livre Curió**, no Curió; **Filó**, no Santa Filomena; **Cia. Bate Palmas**, no Conjunto Palmeiras; **Papoco de Ideias**, no Pici; **Quintal Cultural**, no Bom Jardim; **Coisa de Preto**, no José Walter; **Viva a Palavra**, na Serrinha; **Midioteca**, no Jangurussu e **Periferia Que Lê**, na Granja Lisboa. Além disso, o “encantamento” com a potência de uma biblioteca comunitária em inventar leituras não só de livros, mas de seus mundos-territórios, de suas realidades, de suas lutas, de suas memórias, e de uma gama de “palavramundo” (FREIRE, 2011) fortaleceu minha curiosidade, fazendo nascer uma outra pergunta: que leituras de território uma biblioteca comunitária livre vem realizando em um bairro que ficou marcado por uma chacina³?

Ou seja, ali já vibravam sentimentos e pensamentos sobre movimentos de re-existências periféricas. O encontro com o pensador Adolpho Achinte (2009, 2017), por meio da leitura, pôs-me em uma espécie de atenção à espreita em relação às práticas re-existenciais nas periferias desde que eu entrara em contato com coletivos artístico-políticos LGBTQIA+, sendo ampliada pelas bibliotecas comunitárias.

Para Achinte (2017), a prática da re-existência estaria relacionada a inventar estratégias de persistência na vida que possam, além de fazer frente a processos de racialização, marginalização, exclusão e cristalização de estigmas, apostar na existência de modo criativo. Nesses termos, re-existir seria, a partir de uma luta diária, desviar o corpo e as periferias dos tiros da viatura, mas também reescrever suas histórias com a matéria-prima que a mídia hegemônica não olha e não visibiliza.

Como dizem Rômulo Silva e Geovani Freitas (2021), não podemos olhar as práticas de re-existências como uma luta, à priori, por direitos de igualdade. Re-existir, para os autores, estaria mais conectado com uma batalha pelo próprio direito à vida. Um direito à vida, segundo nossa compreensão, mais amplo que o da sobrevivência, ao desviar do “tiro da viatura”. Um direito de fazer e refazer a vida em sua potência a partir de leituras localizadas de seus mundos, o que alguns/algumas chamam de práticas e literaturas marginais (BALBINO, 2016).

“A literatura te tira do tiro da viatura”, portanto, aparece aqui como um analisador (Lourau, 2004) para não tomarmos os territórios como “naturais” e cristalizados. Ao passo que temos a “literatura” inventando territorialidades de convivência por meio das bibliotecas comunitárias, dos saraus, do *rap* e das mais diversas práticas culturais de periferias, também temos operações criminalizantes que fabricam “extraterritorialização”, produzindo territórios de

³ Chacina do Curió, que será detalhada no capítulo metodológico.

“fogo cruzado” (BIRMAN; LEITE; MACHADO; CARNEIRO, 2015; GOMES; SILVA; HÜNING, 2021; COSTA *et. al.*, 2021).

Quando Santos (2002) afirma que os espaços são uma conjugação de materialidades e de relações sociais, é imprescindível que estejamos atentos/as à produção de territorialidades. A partir de uma inspiração com o que é dito pelo geógrafo brasileiro e com pesquisas em Psicologia que se debruçam sobre os territórios urbanos tomando-os como espaços de problematização e de criação (HÜNING; GOMES, 2019; DIÓGENES, 2020; GOMES; SILVA; HÜNING, 2021; COSTA *et. al.*, 2021), voltamo-nos para esses territórios para além de suas dimensões físico-geográficas e buscamos pôr em destaque as produções de subjetividades que se dão amalgamadas ao modo como os espaços urbanos são geridos, aos discursos e narrativas que se fazem a seu respeito, às políticas segregacionistas que incidem sobre como a cidade deve ser habitada, às práticas político-culturais agenciadas por jovens que tensionam esses modos hegemônicos de fazer cidade por meio de ocupações e narrativas insurgentes, etc.

Ou seja, estamos interessados/as em acompanhar os territórios existenciais, que produzem modos concretos de viver a urbe, e a maneira que encontramos de realizar isso foi fazendo problema com as práticas de uma biblioteca comunitária: de que modo elas se constituem como resistências aos processos de estigmatização que produzem as periferias e suas juventudes como violentas e perigosas? Como elas têm apresentado contrapontos aos binômios “periferia-violência”, “periferia-precariedade” e “periferia-morte”?

Aprendemos com Mbembe (2018) a necessidade de contar histórias pelos seus avessos, o que faz com que precisemos destacar os processos necropolíticos que produzem as periferias urbanas como “colônias contemporâneas” mas também suas “resistências viscerais”, inventadas cotidianamente para a produção do “vivível” em meio a políticas que segregam e precarizam determinadas existências (MBEMBE, 2017; 2019; BUTLER, 2018; BARROS, 2019).

Indago se dar destaque à necropolítica em uma tessitura de pesquisa que versa eminentemente sobre resistências e re-existências (ACHINTE, 2017) de/em periferias não seria um modo de continuar nomeando, determinando, fixando e circunscrevendo tais territórios a algo subsumido a categorias que sempre dirão respeito à subalternidade(?). Mas antes de partirmos para outras problematizações, considero relevante insistir em trazer à baila a necropolítica e o epistemicídio, que se retroalimentam para a produção de “mundos de mortes” físico-simbólicas nas periferias do capitalismo (MOMBAÇA, 2019).

Não faço isso por considerar que as operações necrobiopolíticas (BENTO, 2018) sejam anteriores às resistências. Seguimos com a proposta foucaultiana de não tomar o ato de resistir como uma mera reação aos poderes, mas como uma força que faz devir e aponta para o

engendramento de novas possibilidades de vida (FOUCAULT, 2009). Minha insistência em apontar e denunciar o que vem se colocando como narrativa dominante sobre as periferias parte da necessidade de contextualizar o campo em que vou me inserindo ao acompanhar as práticas da biblioteca comunitária, entendendo campo como um plano de forças que produz narrativas, desejos, subjetividades e múltiplas práticas (KASTRUP; PASSOS, 2014), assim como da própria linha de problematização, que foi sendo desenhada para fazer das estigmatizações um problema, isto é, tornar “difíceis os gestos fáceis demais” (FOUCAULT, 2010).

Ressaltamos que, vindo antes ou depois no texto, as produções de periferias acontecem em tensão, concomitantes. As periferias vêm sendo (re)produzidas historicamente como subalternas, racializadas, silenciadas, apagadas e abjetificadas. Mas também vêm sendo (contra)produzidas como lugares de criação, arte, cultura, lazer e lutas políticas. Essas periferias não estão apartadas, não seguem em linhas paralelas, apesar de terem sua criação de conhecimentos e sensibilidades, via de regra, silenciadas e seus problemas caricaturizados e individualizados. Uma pista desse fenômeno pode ser lida nas “literaturas periférico-marginais”, em que encontramos tanto denúncias de mundos fabricados pela necropolítica quanto anúncios de mundos de biopotência (NASCIMENTO, 2019; PELBART, 2016).

Físico-geograficamente, podemos até dizer de um “mesmo” território, mas quando falamos de territorialidades, estas diversificam o modo de olhar para um “mesmo” lugar. Numa mesma periferia em que há processos de precarização da vida que desembocam em necropolíticas, é possível se deparar com territorialidades que produzem conhecimento, arte e lazer através de “políticas de amizade” que se insurgem ante os individualismos perpetrados pelo neoliberalismo, a exemplo das bibliotecas comunitárias.

Seguindo pelas instrumentalizações da necropolítica, esta é caracterizada por Mbembe (2016) como uma tecnologia utilizada na produção e gestão da morte. O pensador camaronês parte de diálogos com as noções de biopoder, biopolítica e racismo de Estado em Foucault, estado de exceção e estado de sítio em Agamben e Arendt e, por fim, violência colonial em Fanon para tecer tal operador conceitual.

Trazer essa noção para falar sobre estigmatização de territórios periféricos se justifica ao notarmos que as narrativas hegemônicas – da grande mídia com a espetacularização da violência; da jurisprudência brasileira no que se refere à “guerra às drogas” e o consequente encarceramento e extermínio em massa da população negra, pobre e periférica (Borges, 2019); do agenciamento de dispositivos de segurança que vão delimitando determinados espaços como “prisões a céu aberto” (BIRMAN; LEITE; MACHADO; CARNEIRO, 2015); da população em geral, arregimentada pelo medo como operador político na produção de adesões subjetivas à

barbárie e discursos de ódio no que se refere ao atrelamento de moradores de periferias à pecha de “envolvidos” (BENICIO *et. al.*, 2018) – são dispositivos significativos nas engrenagens dessa “maquinaria de guerra” que vem fomentando uma “necropolítica à brasileira” (Barros, 2019).

Tudo isso acontece movido pelo que Mbembe (2016) denomina de “motor racial”. Ou seja, a necropolítica é operacionalizada por uma categorização baseada em marcadores raciais. Enquanto Foucault fala sobre um fazer viver, deixar morrer, operação biopolítica, Mbembe o desloca, atualizando-o, ao falar sobre um deixar viver, fazer morrer, pontuando que os corpos coisificados nesse processo são corpos negros, ressaltando ainda que, devido ao que ele chama de “devir negro do mundo”, essas condições de coisificação vão se estendendo a outras populações vulnerabilizadas (MBEMBE, 2014).

Nessas operacionalizações de matabilidade, territórios periféricos e corpos negros são racializados. Ao passo que temos a definição do Outro do “universal”, do Outro do sujeito branco (KILOMBA, 2019a), temos o Outro do “território-centro”, que é o “território-periferia”. Grada Kilomba (2019a), ao afirmar que “a branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os ‘Outras/os’ raciais ‘diferem’” (2019a, p.75), oferece-nos pistas para problematizarmos o sujeito branco como referência de humanidade e medida de magnanimidade/superioridade para todos/as os/as “Outros” seres, assim como nos inspira a pensar que o “mundo branco” (FANON, 2008) também cria o seu Outro, a periferia, concreta e simbolicamente colocada à margem do “centro” como *quarto de despejo* do mundo (JESUS, 2001).

Desse modo, surgem as narrativas, ou melhor, surge a narrativa, elencada como oficial e “história única” (ADICHIE, 2019), que vem submetendo os territórios periféricos a uma lógica branca e eurocentrada, que os enxergam e os narram como feios, irracionais, animais, pobres, passíveis de criminalização e não-passíveis de luto (BUTLER, 2015b). Esse processo desemboca na morte como projeto para seus moradores e para seus saberes, o que Sueli Carneiro (2005), Ndlovu (2017) e outros/as pensadores/as não-brancos/as vão apresentar com o que chamam de epistemicídio, denunciando veementemente o racismo epistêmico que tem como objetivo a morte dos conhecimentos de populações negras e indígenas ao fixá-los como não-científicos e inferiores diante das epistemes que forjam a branquitude como parâmetro/universalidade no exercício do poder. Isso ocorre levando em consideração que

as classes dominantes brancas têm à sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massas – a imprensa, o rádio, a televisão – a produção literária. Todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para

destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria.
(Nascimento, 2016, p. 102)

O que queremos com isso que traçamos a partir dos efeitos produzidos pela necropolítica em periferias é problematizar as narrativas que as culpabilizam, posicionando-nos contra essa culpabilização/criminalização e também contra a homogeneização das multiterritorialidades que as tecem (HAESBAERT, 2021). As problematizações que fizemos até aqui sobre como as narrativas criminalizantes e estigmatizantes produzem periferias, marcadas pelo signo da desigualdade, vêm como um modo de escrever contra as marcas da modernidade-colonialidade, entendendo que, ao inventarem, pretensamente, uma única narrativa temporal e uma única ideia de espacialidade, impondo tais concepções como “espaço privilegiado da civilização em oposição a outros tempos e espaços”, os legados do colonialismo, expressos por uma colonialidade, fazem urgir a necessidade de lutar pela/na criação/invenção de um mundo em que uma pluralidade de mundos possa existir “e onde, portanto, diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividade possam coexistir e também se relacionar produtivamente (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 42)”.

Foi pensando nessa pluralidade, deslocado pelos encontros com a Livro Livre Curió, que precisei rever a “pergunta de partida” que eu havia tecido, cuja construção venho mostrando ao longo destas notas introdutórias. Ao movimentar meu pensamento a partir da Livro Livre, peguei-me fazendo o seguinte questionamento: atrelar as ações de uma biblioteca comunitária, por mais que o foco estivesse nas resistências, aos processos de estigmatização de periferias e suas juventudes não seria novamente realizar uma fixação através do binômio “periferia-estigma”? Estaria a biblioteca “apenas” resistindo/re-existindo aos estigmas impostos às periferias?

A conexão dessas reflexões parte de deslocamentos na própria concepção de produção de conhecimento, episteme, realizados a partir do momento em que comecei a entrar em contato com o campo de problematizações em torno das práticas da biblioteca comunitária. A pertinência de escrever contra as estigmatizações permanece, mas algumas outras perguntas foram surgindo, o que me fez perceber que eu estava “criando problema” com a própria pesquisa: será que eu não estaria limitando o que a biblioteca comunitária diz ao focar nas resistências às estigmatizações? O que ganha “centralidade” numa pergunta de partida como a que fiz? De que outra maneira eu poderia conceber a pesquisa, mesmo considerando que delimitações de recorte e de foco têm a sua relevância? Que perguntas eu posso fazer, possibilitando que as resistências às estigmatizações apareçam mas que outras questões também possam surgir? Como não fixar as práticas de uma biblioteca comunitária aos processos que

estigmatizam periferias? Como fazer perguntas que produzam ressonâncias com o que vêm sendo realizado a partir da biblioteca comunitária? Como produzir perguntas que não endossem mais silenciamento e apagamento?

1.2 (Re)posicionamentos da pesquisa no contexto da pandemia de Covid-19

Optamos por colocar, já de entrada, a “pergunta de partida” delineada para o projeto de pesquisa em evidência para não esvaziarmos o *ethos* político que a problematização pode ensejar em nossos caminhos de pesquisa. É certo que muitas palavras têm perdido a força diante de capturas que tentam despolitizá-las, mas como nos lembra Paulon e Romagnoli (2018), a força e a fraqueza, por se entremear, apontam-nos para o uso de determinadas palavras como um *continuum* para retomar um certo fôlego. É isso que tentamos com a palavra problematização, na medida em que buscamos não só fazer problema com a pesquisa, mas fazer dela um problema a partir de um movimento que se implica, se refaz e se (re)posiciona.

O ato de (re)posicionar-se faz-se necessário em um mundo cambiante. Como canta Mercedes Sosa, “*todo cambia*” (1995), porém o “câmbio/mudança” também parte de capturas coloniais-capitalísticas (ROLNIK, 2019). Ou seja, o investimento colonial-capitalístico aprendeu a “mudar” e a produzir flexibilizações para “fundar o mesmo”, defendendo uma ordem estabelecida em que a “mudança” ocorre para tornar mais sofisticados os cálculos predatórios que o homem branco decidiu chamar de desenvolvimento e/ou progresso (Krenak, 2019). Essas transformações/flexibilizações são típicas de uma lógica do Antropoceno, configurando-se a partir de um processo “civilizatório” urbano-industrial de escala global, que tem como uma de suas características a transformação em massa de fluxos de energia e matéria em conglomerados de plástico e mercadoria (AKINRULI; AKINRULI, 2020).

Esse é parte de um processo que expõe à escassez as populações mais criticamente vulnerabilizadas pela racionalidade neoliberal a partir da “responsabilidade individual” diante de fenômenos que ela mesma aciona e (in)sustenta em prol da permanência, sempre atualizada, de colonialidades. Tal lógica nos faz pensar que as consequências “naturais” advindas desse “des-envolvimento” com a natureza, dialogando com Ailton Krenak (2019), têm sido, via de regra, uma produção intrínseca do modelo social, econômico, político e subjetivante do neoliberalismo, que aposta na intocabilidade das riquezas de uns poucos diante de um mundo em ruínas, diretamente proporcionais. Quanto mais ruínas, mais riquezas intocáveis. Um desses fenômenos, maximizados pelo que Milton Santos chama de globalitarismo (2000), teve suas

primeiras ocorrências relatadas pela China no último dia do ano de 2019. Tratava-se da contaminação pelo novo coronavírus - Sars-Cov-2 -.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarava que estávamos diante de uma pandemia de Covid-19. As defesas do caráter “democrático” do vírus, por se tratar de um agente biológico, tornaram-se um marco importante ao serem problematizadas em discussões que trazem para a cena as determinações político-sociais no que se refere aos contágios e às mortes causadas pelas complicações da doença (OLIVEIRA, SILVA; SILVA, 2021).

Escrever qualquer nota ou texto sobre as consequências da Covid-19 é um emblema de como os textos podem envelhecer rápido em alguns aspectos. Parte desses textos, ancorados numa gama de reflexões sobre o futuro, apostaram, diante dos primeiros sinais de isolamento social como prática necessária para combater a propagação do vírus, em premissas de que estávamos diante de um mesmo perigo e que essa poderia ser uma possibilidade para buscarmos soluções em comum como alternativa ao sistema-mundo vigente (REZERA; SOBRINHO; BEVILACQUA, 2020). Talvez, tenha havido uma pressa desmesurada nesse tipo de leitura, já que esta esqueceu que a morte como possibilidade é uma fonte de geração de lucros que remonta aos primeiros passos das grandes invasões aos territórios ditos descobertos pelos europeus, contando, inclusive, com a ação de vírus no genocídio de populações indígenas.

Os textos podem até envelhecer em algum sentido, mas neles reverbera as (des)continuidades de determinadas lógicas. Qualquer texto, com pandemia a pleno vapor, será velho na sua contextualização do número de famílias que pranteia a morte de um ente querido. Amanhã, as 476.792 vítimas brasileiras não serão mais 476.792 (OMS, 2021). Todavia, a população negra, pobre e periférica permanecerá sendo o alvo precípua de ações e inações que as expõem a esse e a outros tipos de letalidade.

Alain Badiou (2020) argumenta que as realizações estatais pelo mundo em tempos de pandemia, como o anúncio de nacionalizações de empresas e gastos nas cifras dos bilhões nas tentativas de conter o avanço do vírus e da morte, não podem ser interpretadas como um paradoxo ante às intenções neoliberais nas suas operacionalizações de monetarização de quase tudo, até mesmo da morte (SAFATLE, 2020).

Fazemos esses destaques sobre a pandemia de Covid-19 em um contexto de produção de desigualdades para refletirmos sobre as continuidades e descontinuidades dos processos que periferizam determinadas populações. A pandemia maximizou o que forçosamente já era colocado à margem, entendendo aqui o periferizar como um conjunto de práticas que cria territórios de exceção. Essa reflexão é importante porque o mundo não para que pesquisemos.

Enquanto os primeiros passos para vinculação junto às pessoas que fazem a Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária eram produzidos, a Covid-19 seguia seu curso, alterando os contextos em que a pesquisa foi se inserindo, a própria pesquisa e o pesquisador, que não estão à parte do mundo.

Diante de tudo isso, precisamos reconhecer que o “dispositivo pesquisa”, antes de mais nada, pode ser usado para provocar mais perguntas, inclusive sobre as perguntas feitas pela pesquisa, primando por escutas sensíveis às ressonâncias em relação ao ato de criar problematizações, pois não é apenas a academia que produz problema e se indaga sobre questões pertinentes a respeito dos mais variados temas. Isso ficou nítido quando me deparei com o projeto *Periferia em Pauta*, articulação entre a Livro Livre Curió e o coletivo Arte de Amar, da Associação de Santa Edwiges, que também fica no Curió. O *Periferia em Pauta* foi uma pista para eu perceber o que já estava na minha frente: as periferias também vêm “se pautando”. As periferias, por meio de movimentos sociais, coletivos, práticas culturais, etc, vêm falando, escrevendo, produzindo imagens e as mais variadas narrativas sobre suas vivências, saberes e re-existências (ACHINTE, 2017). Por que não abdicar da pergunta sobre as estigmatizações e traçar um plano outro em que a pesquisa pudesse compor com movimentações-conversações que pautam periferias urbanas desde as periferias?

Caminhar até chegar a outras perguntas diz sobre a necessidade de também estarmos atentos/as ao modo como concebemos as nossas pesquisas e a como nos deslocamos de jeitos de perguntar. Não consideramos que perguntar sobre como se resiste à estigmatização não seja uma problemática relevante. Precisamos sim produzir conhecimento sobre como se resiste à estigmatização para que os enfrentamentos a ela sejam fortalecidos. Todavia, quando entramos em contato com o campo, rizomaticamente (DELEUZE; GUATTARI, 2011) desenhado por leituras, conversas e andanças, somos interpelados/as e problemas em relação a como narramos nossos projetos de pesquisa também vão sendo criados, cabendo ao/à pesquisador/a fazer da pesquisa um corpo poroso a indagações.

Optamos por não descartar a pergunta de partida que nos fez chegar à atual para que pudéssemos narrar o percurso que justifica perguntar como periferias urbanas são pautadas a partir das práticas de uma biblioteca comunitária. Mudar a pergunta de partida é como realizar um giro em que as resistências às estigmatizações não estejam na “centralidade” das discussões que pautam periferias. Isso diz sobre como, hegemonicamente, as periferias urbanas têm sido pautadas pela academia, sendo necessário escutar como pessoas de periferias pautam suas próprias territorialidades. A partir disso, a pergunta que se pretende “desnorteadora” para esta

pesquisa é: **Como periferias urbanas têm sido pautadas em práticas realizadas por uma biblioteca comunitária inserida em uma territorialidade periférica de Fortaleza/CE?**

Com essa pergunta, não pretendemos “enquadrar” as práticas culturais produzidas pela biblioteca comunitária como solucionadoras dos mais diversos problemas que se interpõem nos cotidianos periféricos. Há que se ter cuidado para que a arte e a cultura não sejam olhadas e creditadas como responsáveis pela resolução de uma teia de desigualdades que forjam o tecido da vida de milhares de pessoas. No entanto, deslocar o olhar e acompanhar essas práticas diz de um movimento necessário quando se deseja complexificar esse olhar e o próprio caminhar. As periferias falam por si e uma de suas gramáticas tem sido composta por fios político-culturais. Foi assim que a frase de Talles Azigon, em uma primeira participação no *podcast* do VIESES, *Presentemente*, chegou até nós: “As periferias estão em todo canto, o centro é só um ponto”. Tal enunciado desloca o “centro” como único lócus de acontecimentalização da vida e anuncia as periferias como estando em todos os lugares. As margens são territórios múltiplos e mesmo o “centro” é atravessado por pessoas periféricas em disputas e ocupações pelos/nos espaços urbanos.

Em consonância com a pergunta geradora, já que a “pergunta de partida” ficou pelo caminho, e para dar conta dos deslocamentos ético-estético-políticos necessários ao caminhar desta pesquisa, seu **Objetivo Geral** foi: **Analisar de que modo periferias urbanas têm sido pautadas em práticas produzidas por uma biblioteca comunitária de Fortaleza.**

Já os **Objetivos Específicos** se concentraram em: 1) **Traçar um rizoma de práticas produzidas por uma biblioteca comunitária inserida em uma territorialidade periférica de Fortaleza/CE;** 2) **Discutir que deslocamentos a narrativas hegemônicas sobre periferias urbanas têm sido produzidos a partir das práticas dessa biblioteca;** 3) **Problematizar como as invenções artísticas realizadas no âmbito da biblioteca se constituem como dispositivo de re-existência em periferias urbanas.**

Neste capítulo introdutório, buscamos narrar como se deram os deslocamentos na própria concepção da problemática de pesquisa, o que implicou refletir sobre como as periferias urbanas têm sido hegemonicamente narradas, ou seja, pela via do estigma. Começamos provocativamente com uma citação de *A hora da estrela*, porque essa obra é a narrativa de um paulistano, Rodrigo S.M., sobre uma alagoana, Macabéa, retratada de forma caricaturizada e estigmatizada.

A literatura brasileira está abarrotada de exemplos em que um sujeito narra a vida de outrem como uma verdade inexorável, assim como há narrativas cortando o tecido social ao assujeitar determinados territórios e sujeitos periferizados. Apesar deste texto não ser e nem se

pretender literário, mesmo com sua abertura a um modo de contar que deseja ser inventivo, apostamos ser preciso narrar como foi construir o problema. No caso de *A hora da estrela*, Rodrigo S.M. diz como foi sua construção: a partir de um relance na rua, ele produziu uma personagem utilizando-se dos mais variados preconceitos a respeito de como ele concebia uma mulher nordestina morando em São Paulo, ele mesmo uma personagem de Clarice Lispector. Em contraposição a essa atitude, pretendemos que esta pesquisa seja uma narrativa pautada nos encontros com nossos/as interlocutores/as, marcando sempre a indignidade de falar em nome dos/as outros/as (FOUCAULT, 2007).

Os encontros necessários para se produzir uma pesquisa também apontam para os deslocamentos teóricos realizados para fazer as tessituras de problematização que aqui se inserem. De partida, anunciamos no projeto que trabalharíamos com autores/as pós-estruturalistas, a exemplo de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Judith Butler, buscando criar tensionamentos a esse campo de saber a partir de autores/as contra-coloniais, como Achille Mbembe e Grada Kilomba. Todavia, à medida em que fomos desenhando o campo problemático e a própria escrita, centralizar uma pesquisa com as práticas de uma biblioteca comunitária e seus modos de pautar periferias urbanas em autores/as do “norte global”, europeus/eias e estadunidenses, alocando pensadores/as contra-coloniais em um mero lugar de “deslocadores/as” do pensamento eurocentrado aparecia como um modo, ainda colonial, de fixar as periferias em leituras hegemonicamente postas.

Não que não possamos e que deixamos de fazer uso de inspirações em Foucault, Deleuze, Guattari e Butler para refletir e escrever. Dizemos isso, porque os/as diversos/as autores/as da Psicologia Social que discutem questões-problema sobre territorialidades urbanas e os/as autores/as críticos/as à colonialidade que inspiram esta tessitura, não estão aqui como auxiliares/as de operadores conceituais pós-estruturalistas. Buscamos fazer uma construção em que os operadores conceituais possam partir de multiterritorialidades teóricas, periferizando, desse modo, não só a estética do texto com experimentações poético-políticas, mas também as teorias que nos inspiram a realizar deslocamentos daquilo que se alça como “centro do saber” do mundo.

Por fim, o texto, excetuando-se esta Introdução e as Considerações Finais, está dividido em cinco capítulos.

No capítulo metodológico, intitulado **A cozinha da Pesquisa-Inter(in)venção: Narrando caminhos de criação da/na pesquisa**, buscamos apresentar como a pesquisa foi tecida, mostrando o que, geralmente, fica atrás da cena, isto é, sua “cozinha”, onde as pessoas se reúnem para elaborar conjuntamente seu alimento. Ao fazer esse movimento de virar a

pesquisa pelo avesso e deixar aparecer os fios bagunçados desta tapeçaria-texto, propomos uma reflexão sobre a necessidade de decolonizar e marginalizar a pesquisa, radicalizando a proposta implicada da Pesquisa-Intervenção em transformar para conhecer.

No capítulo 3, **“Há carinho o suficiente”**: **(Des)enquadrando territorialidades periféricas a partir de uma biblioteca comunitária livre**, ensaiamos uma discussão sobre os “desenquadramentos decoloniais” experimentados frente aos “enquadramentos coloniais” e “totais” impostos por tratos colonizadores sobre as periferias, dando ênfase às imagens inventadas pela Livro Livre Curió. Compreendemos que esses desenquadramentos são transversais a todo o trabalho, mas para dar uma materialidade maior a esse “(des)enquadre”, local e provisório, optamos por trazer um capítulo que pudesse falar diretamente disso.

Já no capítulo 4, **“Periferia é lugar de futuro, é lugar de memória”**: **Traçando temporalidades entre as práticas culturais da Livro Livre Curió**, refletimos sobre as temporalidades futuro e memória acionados pela biblioteca como modo de pautar periferias, além de buscarmos situar articulações de 12 bibliotecas comunitárias de iniciativa popular, dentre elas a Livro Livre Curió, como um dispositivo tensionador do que chamamos de “cidade neoliberal-colonial”. Essas articulações também se configuram como uma das práticas da biblioteca, produzindo um comum na disputa pelo “futuro-presente” diante das incertezas e precarizações da vida maximizadas pela pandemia de Covid-19.

No capítulo 5, **Nas encruzadas do corpo-território: vidas periferizadas e produção de multiterritorialidades**, debatemos a criação de multiterritorialidades a partir dos corpos-territórios que fazem a biblioteca comunitária, refletindo sobre os devires minoritários e periféricos que constituem a Livro Livro Curió como um dispositivo de leitura plural das periferias e do mundo.

2. A COZINHA DA PESQUISA-INTER(IN)VENÇÃO: NARRANDO CAMINHOS DE CRIAÇÃO DA/NA PESQUISA

2.1 Caminhando nas margens: Por uma *pesquisa marginal* com as periferias

Um semicírculo em torno de um microfone é criado. Práticas poéticas se movem entre redes de afetos (SILVA, 2019a). O que podem corpos que navegam entre rachaduras de uma cidade que se desfaz e se refaz entre rolezinhos que pixam, grafitam, dançam, cantam, declamam e protestam? Em torno da “vitrola livre”, os corpos fazem passinho e fissuram o estático do corpo-abordado. Os corpos-*break* põem o mundo de cabeça para baixo. As

hierarquias são desfeitas quando ninguém precisa se inscrever para ofertar um poema no sarau. O salão é a rua, o quintal, a praça, a pista de *skate*, o bar. É o entre-corpos se forjando e as fronteiras, como contato, (re)inventando territórios.

A métrica e a rima do que ali se declama são eventos cotidianos, uma espécie de “máquina de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 2012) levantada contra muros e catracas. O declamar é um “abridor de amanhecer” (BARROS, 2010) que concebe mundos pela lembrança de amores, pelo desejo de encontros e pelo fazer de festas.

Nessa trama, o corpo-cidade é um corpo-festa (HISSA; MAGALHÃES, 2013). Mas é preciso abandonar o olhar que vê de cima e se misturar entre uma multidão que caminha para praticar multiterritorialidades (HAESBAERT, 2021). Michel de Certeau (2014), do 110º andar de qualquer edifício ocidental, não sentiria a potência das muitas vozes que vibram na mediação de leitura que acontece em plena praça pública de uma periferia fortalezense. Não veria os manos, as manas e as monas soltando o verbo nas batalhas de *rap* como se soltassem raia⁴. É necessário descer da verticalidade e pesquisar caminhando, como mesmo indicou o pesquisador, pegando “busão”, onde os/as “poetas marginais” fazem seus corres (CERTEAU, 2014; SILVA; FREITAS, 2020a). É preciso seguir ao rés do chão, por mais que sobrevoos sejam alçados (KASTRUP, 2010).

A abertura deste capítulo metodológico é feita a partir da inspiração em andanças e conversas entre diferentes tempos e territórios e do imaginário de variadas práticas culturais concretas que produzem territorialidades na cidade de Fortaleza, das quais tive a oportunidade de conhecer algumas. Essa movimentação anuncia: não é apenas o eixo Rio-São Paulo que pratica cultura “de rua”. Cidades nordestinas também têm tido seus cotidianos transformados pela organização de saraus, produções audiovisuais, zines, teatros, danças e performances variadas (DIÓGENES, 2020). São disputas pela cidade que vêm acontecendo por meio de práticas dos mais distintos coletivos e organizações juvenis.

Foi seguindo um *ethos* de caminhar entre as práticas de uma biblioteca comunitária inserida em uma territorialidade periférica de Fortaleza que realizei esta **Pesquisa-Inter(in)venção**, reescritura da **Pesquisa-Intervenção** (MENEZES; COLAÇO; ADRIÃO, 2018; ROCHA; AGUIAR, 2003; ROCHA; AGUIAR, 2007). A nomenclatura “inter(in)venção” não é uma nova proposta para essa tendência de pesquisa participativa que

⁴ Raia é a palavra que damos ao objeto voador fabricado, geralmente, por crianças com palitos de folha de coqueiro, linhas, papel de seda colorido e papel crepom ou tiras de sacola. Em outros estados brasileiros, chama-se pipa ou papagaio. No Ceará, a arraia, que abreviamos para raia, faz do céu azul seu oceano, colorindo-o com lanceios bem pensados por bandos de crianças.

busca contestar práticas de pesquisa tradicionais que se baseiam nos binarismos de sujeito-objeto e teoria-prática (ROCHA; AGUIAR, 2007). A inter(in)venção vem para marcar o caráter inventivo da pesquisa-intervenção e para radicalizar a crítica a princípios cientificistas como os de universalidade, neutralidade e objetividade (MENEZES; COLAÇO; ADRIÃO, 2018; ROCHA, 2006).

Essa proposta metodológica, voltada, aqui, ao mapeamento do plano coletivo das forças implicadas nos processos que produzem e pautam periferias urbanas, partindo de uma inspiração nas políticas do pesquisarCOM, foi encarada como uma atitude de pesquisa em que, para conhecer, tornou-se necessário intervir e criar conjuntamente (PASSOS; BARROS, 2010; MORAES, 2014; COSTA; MOURA; BARROS, 2020). Ou seja, a inseparabilidade entre pesquisar e intervir, fez-nos chegar à pista ética envolvida na produção do conhecimento apontada por Passos e Barros (2009) que diz que toda pesquisa é uma intervenção, por mais que não se assuma como tal.

Diferentemente dessa posição em não assumir a pesquisa como intervenção, sustentada por uma racionalidade que preza por uma suposta neutralidade do fazer científico, elaboramos esta pesquisa de modo que ela pudesse anunciar o seu *como* de intervenção. Ou seja, buscamos responder ao seguinte questionamento: de que modo pesquisar sobre como as periferias urbanas são pautadas nas práticas de uma biblioteca comunitária radicaliza a pesquisa-intervenção? Isso porque não basta afirmar que intervimos para conhecer e apenas mapear o que se conheceu. Também apostamos na potência de narrar os caminhos inter(in)ventivos como conhecimentos criados a partir do deslocamento do/da pesquisador/a ao fazer encruzilhada com as trilhas dos/das interlocutores/as, inventando, assim, um campo de problematização gestado por encontros que indagam e fazem movimentar concepções, imagens, narrativas, afetos e desejos.

Dito isso, precisamos pontuar que a pesquisa-intervenção pode ser compreendida como um dispositivo teórico-metodológico que envolve pesquisa, pesquisador/a e interlocutores/as em uma coemergência na produção do conhecimento e na transformação do espaço social, possibilitando que novos planos e campos problemáticos sejam traçados por meio da intercessão desses/as e de outros/as coautores nas territorialidades habitadas (ROCHA; AGUIAR, 2007; ALVAREZ; PASSOS, 2009). Ou seja, a pesquisa passa a ser tomada como um dispositivo produzido não só pelo/a pesquisador/a, mas por uma conexão entre linhas que agencia aquele/a que pesquisa, os/as participantes, o problema de pesquisa e o próprio campo-tema, configurando-se como ação conjunta de criação e inter(in)venção (COSTA, MOURA; BARROS, 2020). O ato de intervir e de produzir conhecimento acontece em cruzamento com as territorialidades pesquisadas, produzindo pistas locais sobre a pesquisa-intervenção com

sujeitos periferizados, a exemplo das pesquisas realizadas em contextos fortalezenses por integrantes do VIESES (NUNES, 2021; COSTA, 2021; CAVALCANTE; 2021; CAVALCANTE, 2020; SOUSA, 2020; NUNES, 2020; ALENCAR, 2019; RODRIGUES, 2019; PINHEIRO, 2018; BENICIO, 2018).

Trazemos a noção de encruzilhada, de entrecaminhos, inspirados/as em alguns princípios pensados por Deleuze e Guattari (2011) ao desenharem o conceito-ferramenta de rizoma e na *pedagogia das encruzilhadas* proposta por Luiz Rufino (2019). Fazemos isso para marcar a marginalidade e a força de apostar em uma política de pesquisa que não hesita em afirmar que para produzir conhecimento há que cruzar mundos, não reproduzir práticas aniquiladoras e coloniais de mundos e almejar a criação de novos mundos coletivamente, pois, como nos diz Rufino (2019, p. 73), “a pedagogia das encruzas é parida no entre”.

Assim, a intervenção já começa a ser gestada a partir do momento em que descentralizamos a nossa maneira de conceber problemas, entendendo o centro como um local que se autorreferencia como neutro, como “espaço branco” que têm desenvolvido discursos teóricos coloniais ao construírem as margens como inferiores (KILOMBA, 2019). Descentralizar e/ou marginalizar a pesquisa diz respeito a produzir problemas com aqueles/as que pesquisamos, de modo a se lançar ante a tarefa urgente de decolonizar as formas de conhecimento, imensamente eurocentradas, quando nomeiam “saberes das margens” como específicos, subjetivos, pessoais, emocionais e parciais (KILOMBA, 2019). Decolonizar, nesse sentido, passa por fazer um cruzo, uma intercessão, entre os modos de pautar periferias urbanas e produzir conhecimento sobre periferias, historicamente silenciadas pelo projeto de embranquecimento da população brasileira, projeto esse sustentado por discursos científicos de “neutralização” de corpos e narrativas periféricas (NASCIMENTO, 2016).

Os dois primeiros princípios deleuzo-guattarianos sobre rizoma que nos ajudaram a conceber esse cruzo de saberes foram os de *conexão e de heterogeneidade*. De acordo com esses princípios, o rizoma é composto por diversas linhas que se conectam, divergindo da árvore por não terem um ponto fixo de partida (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Assim, entendemos que o modo como os/as participantes desta pesquisa pautaram e vêm pautando periferias urbanas a partir das práticas de uma biblioteca comunitária, é um emaranhado de conexões heterogêneas, pois os corpos que pautam as periferias e estas próprias passam por processos de constituição que não são homogêneos, cabendo estarmos atentos/as aos marcadores sociais e às singularidades que atravessam esses corpos-territórios e as conexões realizadas por meio de modos inventivos de existir nas margens (HAESBAERT, 2020; MIRANDA, 2020).

Com o princípio da *multiplicidade*, apostamos nos tensionamentos feitos pelas práticas da biblioteca e pelos/as participantes às estigmatizações que cristalizam e fixam as periferias em uma série de expectativas negativas e/ou silenciadoras de suas potencialidades como territórios de criação e de produção de vida. Os filósofos franceses lembram que a multiplicidade opera por linhas de fuga e/ou de desterritorialização, transformando-se ao se conectarem (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Isso nos possibilita pensar que as experiências periféricas não são rígidas e que desterritorializar, no contexto das práticas da biblioteca comunitária, diz respeito a fazer cruzo com os territórios apostando nas suas multiplicidades, nos seus devires, na força de transversalização que pautar periferias urbanas pode inventar e na produção de multiterritorialidades que os deslocamentos provocados pelas práticas artísticas, políticas e culturais da biblioteca acionam (HAESBAERT, 2021).

É com esse *ethos* de olhar e entrar em contato com as multiplicidades periféricas que fazemos os arranjos teórico-metodológicos desta pesquisa se engendram a partir de uma transversalização da Psicologia Social com o campo múltiplo dos estudos dos territórios e territorialidades, almejando a produção de linhas de fuga e de narrativas insurgentes com as margens urbanas (BARROS *et. al.*, 2017).

Segundo Costa, Moura e Barros (2020), apostar em uma política de pesquisa nas margens implica intervir na própria pesquisa, tornando-se necessário produzir um modo de pesquisar que seja “marginal”. Isto quer dizer que não basta inserir-se nas margens para fazer da pesquisa um dispositivo marginal de produção do conhecimento. De acordo com os/as autores/as, também é preciso movimentar-se à margem das formas hegemônicas do cientificismo para que essa produção seja contra-hegemônica e criativa (COSTA; MOURA; BARROS, 2020). Esse pensamento-experimentação teórico-metodológico ajuda-nos a compreender, aliados/as à proposição de hooks (2019), que a marginalidade pode ser experimentada e entendida como campo de possibilidade, potencialidade e invenção. Inspirados no que a pensadora afroestadunidense diz, afirmamos que a potência de um conhecimento que se produz desde as margens e com as margens diz respeito a caminhar com essas linhas e cruzos territoriais de modo a não tomá-las como espaços que devem ser negados, mas como “espaços de possibilidade radical” (HOOKS, 2019).

A palavra “marginal”, que carrega uma conotação que, geralmente, fixa algo/alguém como estando à margem da lei e da sociedade, é tomada, não de modo unânime, para adjetivar poetas, literaturas e territórios (SILVA; FREITAS, 2020b). Para alguns, há uma relevância ética, estética e política ao dizer que há práticas culturais periférico-marginais. Outros/as preferem dizer apenas “práticas culturais”, “literaturas”, “poetas”, etc, como uma maneira de pontuar que

tais práticas, apesar de se situarem em contextos de marginalização/periferização social e econômica e de terem uma estética e força políticas próprias, não devem ser alocadas como apêndice na história de tais movimentos culturais (SILVA; FREITAS, 2020b). Nesta dissertação, adotamos a estética “marginal” para falar das práticas da biblioteca por sua potência em criar espaços de possibilidade radical dos quais nos fala hooks (2019). Assim como usamos “pesquisa marginal” para dizermos de um *ethos* de pesquisa que busca caminhar com e nas margens, fazendo ruptura com as lógicas científicas citadas.

Esse caminhar nas margens ajuda-nos a chegar à seguinte pergunta: como decolonizar o conhecimento e a pesquisa-intervenção no encontro com territorialidades periféricas? Tal indagação faz com que precisemos vislumbrar algumas noções de colonialidade e decolonialidade nas quais nos inspiramos, tendo como *sul* pensar e experimentar o campo problemático desta pesquisa de modo decolonial.

De acordo com o peruano Aníbal Quijano (2005), um dos intelectuais que constitui o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), coletivo caracterizado pela radicalização do argumento pós-colonial por meio da noção de “giro decolonial” nas ciências sociais e políticas da América Latina (Ballestrin, 2013), a colonialidade pode ser compreendida como a permanência da dominação econômica e política de regiões historicamente colonizadas, ainda que findadas as administrações políticas coloniais do século XVI, XVII e XVIII, com o colonialismo, e dos séculos XIX e XX, com o neocolonialismo. O Grupo M/C tanto denuncia a continuidade dessas formas coloniais de opressão, “produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSGOUEL, 2008, p.126), quanto atualiza os processos supostamente superados pela/na modernidade (BALLESTRIN, 2013).

Assim, um dos principais argumentos do M/C está em evidenciar a relação fundante entre o colonialismo e o Estado moderno europeu, já que este, ao impor o ideal de homem branco, heterossexual, cristão e possuidor de bens para o centro do mundo, criou também o que não corresponderia à “humanidade”, o seu outro, animalizando-o e objetificando-o em suas promessas de “progresso civilizatório” caracterizadas por opressões diversas (LIMA; MALCHER, 2019). Ao observar a inseparabilidade de modernidade e de colonialidade e a continuidade dessas opressões e dominações, Quijano (2005) ajuda-nos a compreender que as operações que subalternizam sujeitos, territórios e seus saberes por meio da hierarquização de raça e de gênero, para citar apenas dois marcadores, permanecem atuando quando tais sujeitos são impedidos/as de falarem por si, o que torna necessário fazer coro com Spivak (2010) quando

esta indaga sobre a (im)possibilidade de pessoas marcadas por contextos de subalternização falarem, ou serem ouvidas.

Desse modo, a Modernidade, que compõe com o eixo Colonialidade as críticas e análises realizadas pelo grupo M/C, não pode ser compreendida como apartada dos efeitos da colonialidade, justamente por ser um espaço-tempo relacionado intrinsecamente às empreitadas do colonialismo (MALDONADO-TORRES, 2007). As concepções em hegemonia contemporaneamente sobre política, sociedade, cultura, conhecimento, etc, passam a ser elaboradas a partir de um sistema-mundo tornado possível graças à expropriação da natureza e à exploração de indígenas e negros/as, tendo a racialização como o sustentáculo e principal organizador dessa dominação colonial. Assim, Maldonado-Torres (2007, p. 43) explica-nos a colonialidade como um processo associado a

a padrões de longa data de poder que surgiram como resultado do colonialismo, mas que definem a cultura, o trabalho, as relações de intersubjetividade e a produção de conhecimento muito além dos limites estritos das administrações coloniais. Assim, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. É mantida viva nos livros, nos critérios de desempenho acadêmico, nos padrões culturais, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações do self, e em tantos outros aspectos da nossa experiência moderna. De certa forma, como sujeitos modernos respiramos colonialidade o tempo todo e todos os dias.

Isso nos convoca a pensar que tais noções são de extrema importância para a pesquisa em Psicologia Social e para a pesquisa-intervenção pelo fato de apontarem pistas para uma problematização dos efeitos psicossociais das marcas da colonialidade na produção de subjetividades no contemporâneo. A vulnerabilização e periferização de modos de viver tornados supérfluos ao capital (MBEMBE, 2017) estão imbricadas na elaboração de máscaras de silenciamento, que escamoteiam tanto as desigualdades na imposição de condições de vida precárias quanto a criatividade e persistência na vida produzidas nas margens (KILOMBA, 2019a). Quando dizemos “vulnerabilização” e “periferização”, falamos de todo um processo que impede a circulação e a permanência, seja a do corpo, seja a da palavra, e que está no bojo da precarização induzida por uma racionalidade neoliberal (BUTLER, 2018).

Periferizar determinadas vidas seria elevar a desigualdade às diferenças em torno do ideal de humano branco, cis, heteropatriarcal, de territórios tidos como nobres, etc. Seria também impedir ontologicamente que enxerguemos essas diferenças, negras, pobres, mulheres, jovens, crianças e periféricas como vidas, como criativas, como produtoras de imagens e de narrativas que compõem um “mundo visceral”, de resistência e de luta pela vida em contato, leitura e transformação das próprias vísceras em gestos e palavras (MBEMBE, 2019).

Todavia, indo de encontro com um “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013) de leitura do mundo, atentando-nos aos movimentos que margeiam nossos entendimentos provisórios, cambiáveis e tateantes, periferizar poderia ser também a aposta ética em abolir os centros de sua centralidade, entendendo os atos que fazem das periferias oficinas de arte, cultura, lazer e conhecimento não necessariamente como produtores de “centros” à maneira do que é tido como “ideal”, tensionando a necessidade instituída de ter que alcançar concepções hegemônicas para ser considerado “humano”, “digno”, “belo”, ou como se fosse imperioso passar pela chancela de “humano”, “digno” e “belo” para enfim algo ser reconhecido como do campo da cultura e do conhecimento. Isso nos leva a compreender que periferizar a pesquisa diz respeito a decolonizar a própria intervenção, inspirando-se em um *ethos* de pesquisa que foge da lógica da “inclusão” no mundo branco (FANON, 2008), já que tal mundo é fundado por uma identidade moderna sustentada pela inferiorização do seu “outro”, narrado como “inumano” e, portanto, “sem alma” (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Ao rememorar minha trajetória acadêmica a partir do VIESES, acompanhando e compondo com juventudes de periferias dispositivos inter(in)ventivos de pesquisa (MENEZES; COLAÇO; ADRIÃO, 2018), noto que a decolonização do ato de pesquisar torna-se uma reflexão necessária quando se busca criar espaços de problematização conjuntos. Observo ainda que o “giro decolonial”, expressão elaborada por Maldonado-Torres como uma nomeação para o movimento de resistência teórico, prático, político e epistemológico à modernidade/colonialidade (BALLESTRIN, 2013), precisa se tornar uma prática na realização de pesquisas que se pretendem ética, estética e politicamente implicadas, podendo partir, muitas vezes, do olhar e escuta sensíveis ao que se realiza em campo. Ou seja, o campo, multilinear, pode instigar movimentos para decolonizar a relação entre pesquisa, pesquisador/a e interlocutor/a. Um exemplo disso está em reconhecer que as periferias não começam a se pautar a partir do momento em que pesquisadores/as resolvem realizar as suas investigações nessas territorialidades. O que a pesquisa pode fazer é criar dispositivos coletivos para procurar potencializar o que já vem sendo engendrado em campo, fazendo problema, questionando as opressões que se expressam por meio da colonialidade em cotidianos periféricos e debatendo a criação coletiva de imagens e narrativas insurgentes desde as periferias e com as periferias.

Para Costa *et. al.* (2021), os cenários de vulnerabilização sustentados pela trama das colonialidades⁵ justificam o desenho de pesquisas e metodologias inter(in)ventivas por meio

⁵ Para o M/C, originalmente, a colonialidade é exercida a partir de três dimensões: a do poder, a do saber e a do ser, defendendo que a dominação colonial reverbera no âmbito político, econômico, na divisão do trabalho

das quais têm-se almejado romper com fazeres colonizadores nas periferias ao ter como intuito a desnaturalização de práticas instituídas, essencialistas e estigmatizantes e de perscrutar caminhos de análise e inter(in)venção conjuntos, em que corpos e territórios possam se pautar a partir de suas potências (COSTA *et. al.*, 2021). Fazer isso requer exercer um pensamento decolonial e fronteiriço, compreendendo a fronteira como lugar-espço epistemológico que pode dar corpo a problematizações a partir das periferias (TLOSTANOVA; MIGNOLO, 2012) e ressaltando, ainda, que “periferia não qualifica nem desqualifica um pensamento, mas o situa.” (ACHUGAR, 2006, p. 90). É por esse situar que falamos nas “periferias da pesquisa” como deslocamentos a concepções de pesquisa centradas em uma suposta universalidade e objetividade e na “pesquisa com as periferias” como a opção por caminhar entre concepções de cidade e de mundo marginais e re-existentis (ACHINTE, 2017).

Ao seguir por esses deslocamentos, buscamos apresentar **a cozinha desta pesquisa-inter(in)venção**⁶. Mostrar a cozinha, nesse sentido, é evidenciar o caminho que caminhamos e os encontros possibilitados pela pesquisa como um processo inter(in)ventivo para produzir visceralmente a problemática relacionada ao modo como participantes de uma biblioteca comunitária pautam periferias urbanas. Não podemos esquecer que a cozinha para as comunidades negras e periféricas também é poder (NOGUEIRA; ROCHA, 2021). Afirmamos isso, partindo das reflexões de Nogueira e Rocha (2021), porque é da cozinha que é feita a resistência visceral da qual nos fala Mbembe (2019) quando é lá que a vida é tramada, entre cozimentos e prosas. A cozinha da pesquisa opera aqui como uma metáfora que faz cruze de vozes com o intuito de abdicar da dita neutralidade científica e do seu interesse em domar “línguas selvagens” (ANZALDÚA, 2009).

Foi na cozinha que tive a primeira conversação com Talles Azigon e Dona Ritinha sobre a minha pesquisa. Ou seja, a pesquisa foi convidada a estar na cozinha da biblioteca e a tramar conjuntamente os movimentos para que fosse possível caminhar de modo coletivo.

internacional (colonialidade do poder), mas também nas produções intelectuais (colonialidade do saber) e nos modos de existência (colonialidade do ser) (LIMA; MALCHER, 2019).

⁶ A inspiração para pensar a necessidade de mostrar “a cozinha da pesquisa” veio de uma aula ministrada pelo Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo. Ele falava da importância de narrar as pedras do caminho de um caminhar de quem pesquisa. Aquela aula-concerto me fez lembrar que a trama da minha pesquisa foi iniciada na cozinha da Livro Livre Curió, em uma conversa com Talles Azigon, continuada com D. Ritinha. Foi aí que também surgiu “a cozinha da biblioteca”, o poema apresentada neste tópico. A cozinha, geralmente, é o último vão de uma casa. Para chegar nela, é preciso atravessar um corredor. É preciso entrar na intimidade de quem a habita. Falar sobre cozinha aqui é fazer um convite para entrar nesta pesquisa como eu entrei na Livro Livre Curió, sendo-me oferecidos os melhores manjares e as melhores prosas.

2. 2 Chegando ao Curió: O bairro como “livro aberto” e suas multiterritorialidades

2. 2. 1 Sarau Colorido: Uma entrada nas múltiplas práticas culturais de periferias

Um refletor ilumina com maior intensidade a pista de *skate*. Há algumas semanas era uma gambiarra feita de cima de um bar que lançava algumas réstias voltadas a um grupo de jovens que protestava contra o “apagão”. Esse acontecimento gerou uma série de mobilizações de coletivos de distintos territórios da cidade, que passaram a se reunir para pensar estratégias que pudessem denunciar a paralisação das obras de um polo de lazer e o apagão dos refletores, situações que passaram a inviabilizar práticas artísticas e políticas de juventudes na praça. Uma das reverberações dessas reuniões foi o Encontro LGBTQIA+: uma pequena multidão ocupando a praça no escuro para fazer de uma festa um protesto. O evento da vez na pista de *skate* é o Sarau Colorido, organizado pelo poeta e produtor cultural Talles Azigon, Dj Duda, Lucas Doth e pelos coletivos PoloTrans, com Stefany Mendes, e GuetoQueen, com Jô Costa, que acompanhei na composição da rede Entre-Coletivos entre 2018 e 2019.

O sarau ocupa a praça depois dos atos contra o apagão. Essa mesma prática poética e política, de fazer encontro pelo sarau, (SILVA, 2019a) havia sido utilizada pela rede como dispositivo para tecer encontros em outras territorialidades que acompanhei e compus ao longo da escrita de minha “mona-grafia” (SILVA, 2019b). Ver Talles e outras pessoas preparando a pista de *skate* para o sarau é como vislumbrar linhas de diversas periferias se entrecruzando. É por essas linhas que venho constituindo travessias, é por elas que a cidade de Fortaleza vai se tornando circulável para corpos tornados indesejáveis.

Dj Duda abre o Sarau Colorido. As galeras vão chegando. Avisto Jô Costa e Stefany Mendes e sigo no rumo delas. As jovens artistas correm contra o tempo dividindo pães em vários pedacinhos. Enquanto o cheiro do pão vai subindo ao ser multiplicado em cubos, cumprimentando-as dizendo que é uma alegria participar desse momento, com a pista de *skate* ocupada e com a arquibancada aguardando suas apresentações. Artistas e espectadores/as de distintos territórios também são aguardados/as. Quando tem rolê na periferia é assim: tudo junto e misturado. Stefany pergunta pelo suco de uva para alguém e diz que a “reinauguração” da pista vai ser “babado”, corrigindo: “Não vai ser exatamente uma reinauguração, pois a pista não deixou de ser ocupada no escuro. [...] Mana, vai ter performance”. Volto para a arquibancada e curto o som.

Talles abre o microfone e fala sobre o Sarau Colorido: “Nós LGBTQs fazemos arte, nós de periferias fazemos arte. Tentam nos impedir, mas fazemos arte.” Lucas Doth ocupa o centro,

que é aqui, na feitura da arte, à revelia dos editais, à revelia da fragmentação da cidade e cita com seu corpo, entre folhas secas, vários retalhos de poemas costurados. Manoel de Barros está no centro, porque nossos corpos em movimentação são o centro do mundo. Nosso quintal é maior do que o mundo (BARROS, 2010). Nossas quebradas são maiores do que o mundo. Carolina Maria de Jesus lembra que a favela é fixada como “quarto de despejo” da cidade (JESUS, 2001). O “quarto de despejo” é maior do que o mundo, porque nós somos o mundo. Jô e Stefany, no centro do mundo, fazem a performance “Transpassadas”. Elas falam de capturas coloniais dançando. O movimento delas é um corpo intenso que se funde ao corpo da arquibancada.

A cada um/uma é entregue pão e vinho: “Comam, este é o meu corpo. Bebam, este é o meu sangue. Não há arte sem partilha. Comam e bebam do corpo da arte e sejamos as várias que somos num corpo imenso”, dizem Stefany e Jô, em tom litúrgico. A arte como “profanação” (AGAMBEN, 2007) do rito católico é experimentada, seria um modo de dizer que sequestram o simbólico das periferias?

Jô e Stefany estendem um pano no chão e pedem para que os/as presentes usem a tinta que lhes foi entregue para jogar nele. Um tecido com muitos caminhos coloridos é confeccionado a várias mãos.

Talles tira o celular do bolso enquanto fala ao microfone. A tela do celular dele acende, como o foguinho do Eduardo Galeano (2011), e o poeta cearense incendeia com a palavra com seu poema “Como um impasse de mágica” (AZIGON, 2014): a cidade faz dormir/ todos os semáforos./ o caos instalado/ obriga-nos a ler o óbvio:/ os homens não se entendem,/ por isso os sinais./ o mundo relembra/ que é mundo/ (de pedra, ferro, cimento e gente).

Mais que a tela do celular, é a gente que se acende ao escutar o poeta, que abre o microfone: “*Mic.* aberto, agora venham compartilhar os poemas de vocês”. Poemas sobre os cotidianos nas periferias. Versos contra a desigualdade. Poema contra a morte do amigo. Aplausos confusos. Ao que a gente aplaude depois de uma poema sobre algo que a gente queria que não fosse? Poema sobre um mundo em que há amor, em que há fulgor, em que há corpo em chamas de prazer, em que há bocas que se encontram, vozes que se cruzam.

Figura 1: Sarau colorido



Fonte: Instagram da Livro Livre Curió (2019).

Pensar nas múltiplas linhas que inventam redes é um modo que encontro de caminhar nesses territórios existenciais. As práticas culturais nas periferias são acontecimentos diversificados. São essas práticas que torcem a cidade pelo ritmo do *reggae*, pela andança do rolezinho, pelos batuques dos festivais, pelas ondas sonoras que expandem o corpo no microfone aberto dos saraus realizados nas praças, nas ruas e nos quintais, pelas rodas de leitura do mundo recriado pela imaginação de crianças, jovens e mulheres, que fazem da Fortaleza não um forte, litígio entre concepções eurocêntricas, nem um conglomerado de pedra cristalizado com o bordão dos verdes mares bravios para amenizar sofisticadamente a colonização da vida pela palavra, mas um mundo da “mermazária” (SILVA, 2019a).

Tal mundo é fabricado por mãos, vozes e corações ainda em diáspora, em que a palavra não é apenas lírica. Ela é um verbo que faz “comungar”, como o pão da performance "Transpassadas". Ela é um verbo que corta o neoliberalismo, a branquitude, o cisheteropatriarcado, a concepção de centro fixo e periferia fixa, a necropolítica com o gume que deseja destruir o que não deixa caber, o que não deixa sonhar e o que não deixa viver. Ela é um verbo que (re)desenha o mundo pela partilha, não essa feita por aliados de guerra que distribuem despojos com marcas de sangue dos/das trabalhadores/as que fazem Fortaleza acontecer, mas pela partilha que multiplica territórios com linhas que se cruzam, disputam e também produzem a cidade. Basta tocar numa dessas linhas para chegar a várias outras. É, portanto, um traçado do toque, da presença e da composição (KASTRUP, 2010). É com esse

ethos que começo a fabular meu contato com a Livro Livre Curió e com os acontecimentos que se desdobraram a partir desse contato.

Nesse movimento, a cidade vai deixando de ser uma ideia, ao ser deslocada da concepção de “cidade-conceito”, que é elaborada como sujeito universal, homogênea, racional, hierárquica, para ser experimentada por meio de práticas desviacionistas que vibram, pulsam e devaneiam (CERTEAU, 2014). A cidade-conceito é sustentada operacionalmente pelo “mundo branco” do qual nos fala Fanon (2008), lógica de recinto fechado (MBEMBE, 2014), em que, para passar, torna-se necessário desviar, fissurar, fazer brecha. As diversificadas práticas culturais têm se destacado como um importante dispositivo para fazer “passagem” e “enfrentamento”, conectando fronteiras, corpos, afetos, histórias e narrativas.

Inspiramo-nos nas batalhas de poesia, ou batalhas de *rap*, para anunciar que a cidade acontece em disputa. As armas são afiadas pela subversão de imagens, de palavras, de rotas já traçadas para juventudes “nem, nem, nem” (nem estuda, nem trabalha e nem pretende trabalhar e estudar) (DIÓGENES, 2020). O que é estigmatizado e tomado como narrativa hegemônica sobre territórios e corpos periféricos passa a compor um repertório de signos com o qual tais juventudes não deixam de realizar problematizações no que se refere à sua carga de subalternização e nomeação violenta, sem, no entanto, abrir mão de fazer usos que subvertem, insurgem-se, re-existem (ACHINTE, 2017) e “profanam” (AGAMBEN, 2007) os sentidos aprisionadores e coloniais que lhes foram impostos, realizando reposicionamentos nos usos dos corpos e das palavras.

A palavra “periferia” é um emblema dessas disputas, assim como os territórios ditos periféricos. Afinal, em relação a que pontos de referência se diz que um corpo, uma expressão artística e cultural, um território, um movimento, etc, são “periféricos”? Em referência ao “centro”? Há apenas um centro? Se há mais de um, o que os conecta? Se a vida acontece nas periferias, “toda periferia é um centro”, como diz o poeta Baticum, também organizador de uma biblioteca comunitária no Antônio Bezerra, a biblioteca Okupação. Ao marcar a inspiração em Baticum, quando digo no “mapa dos bons encontros” que “o baticum de todos os corpos desenha geografias coronárias”, vislumbro uma cidade que vibra coronária a partir dos nossos corpos, fortalecendo a ideia de que os corpos, como produtores de territorialidades, inventam circulações ao atuarem como linguagem da cidade em movimento (TAKEITI; VICENTIN, 2019). Ou seja, é o coração como metáfora para a cidade.

Cruzamos os passos com os de Silva e Freitas (2020b), quando eles refletem sobre as práticas culturais como ações que desmontam cálculos de dominações históricas e sócio-espaciais, para reafirmarmos que as produções artísticas, políticas e culturais nas/das periferias

borram a rigidez de operações que constroem as noções de “centro/periferia” como armadilhas que aprisionam corpos, sentidos e vivências. As práticas culturais, em desenhos moventes que não desconsideram o que há de estável nos cotidianos periféricos, traçam geografias coronárias pelo fato de estarem interligadas. Quando fazemos contato com alguma prática cultural periférica, há uma grande possibilidade de conhecermos diversas outras práticas, pois aquela primeira, provavelmente, atuou ou atuará em rede com as outras em algum momento. Foi exatamente desse modo que conheci a Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária, e com isso não quero afirmar que as práticas culturais estão completamente interligadas, não havendo dissonâncias. No entanto, há encontro na dissonância. Os “encontros-saraus” (SILVA; FREITAS, 2020b), por exemplo, ligam territórios periféricos longínquos, como ligaram o Conjunto Ceará ao Curió no Sarau Colorido.

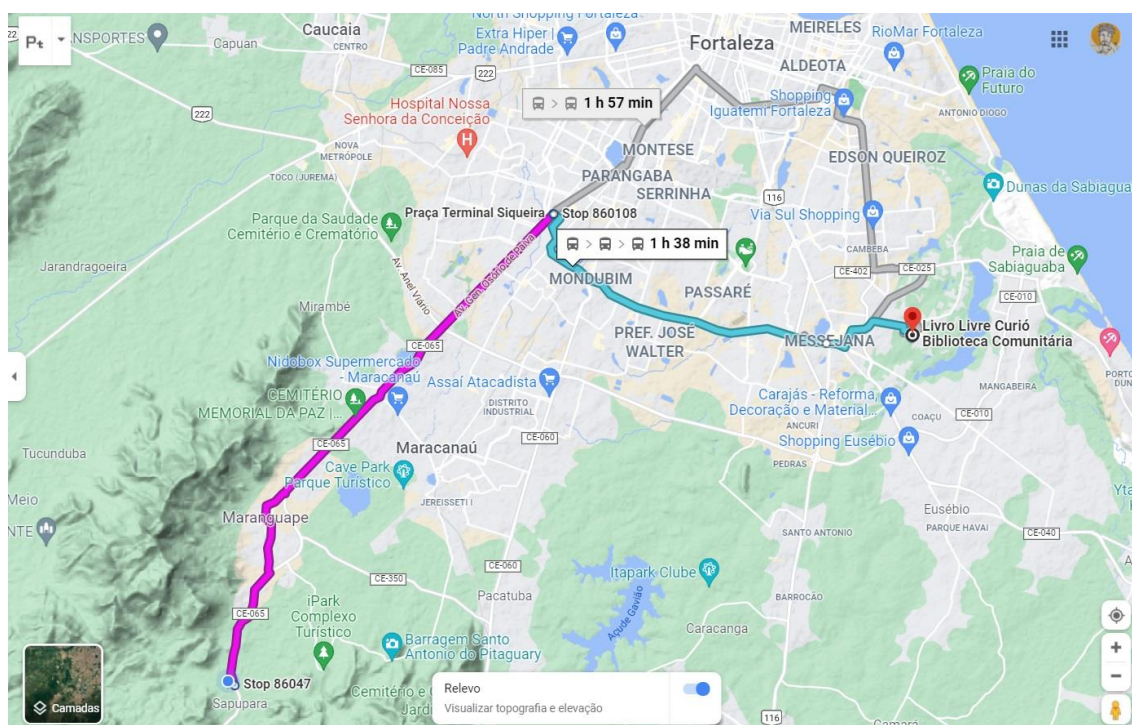
É assim que bibliotecas comunitárias de iniciativa popular (Casa Camboa - Sabiaguaba; Biblioteca Viva - Barroso; Papoco de Ideias - Pan Anamericano; Biblioteca Comunitária Okupação - Antônio Bezerra; Biblioteca da Filó - Santa Filomena/Jangurussu; Viva a Palavra - Serrinha; Livro Livre Quintal Cultural - Grande Bom Jardim; Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária - Curió, etc) vêm surgindo como importantes dispositivos na promoção de práticas culturais em periferias, sendo criadas pelos/as próprios/as moradores, sem financiamento público ou privado, e se caracterizado como locais que ultrapassam a atividade de empréstimo de livros, criando espaços de arte, cultura e lazer (ALVES, 2020). Isso fica nítido quando notamos muitas dessas bibliotecas organizando saraus, festivais, jogos, exposições, etc. Por isso que não foi difícil ter encontrado Talles, Dona Ritinha e Daniel em um sarau no Conjunto Ceará.

Por essa ética de conjugar as mais diversas práticas culturais e, portanto, territoriais é que apostamos em acompanhar ações de uma biblioteca comunitária para analisarmos de que modo periferias urbanas têm sido pautadas, sendo o Projeto Periferia em Pauta o agenciador das primeiras entradas no Curió e também a inspiração para tensionarmos a pergunta de partida da pesquisa e continuarmos nos questionando.

Abaixo fazemos um traçado sobre o local de pesquisa, a Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária, através do caminho realizado para irmos de encontro ao projeto Periferia em Pauta e, concomitantemente, à biblioteca.

2. 2. 2 Nas asas do passarinho: Sobrevoando e pousando na Livro Livre Curió

Figura 2: Rota de Maranguape para o Curió



Fonte: *Google Maps* (2021).

Maranguape, Ceará. Aguardo o ônibus Tabatinga/Pau Serrado. Nada de novo. Faço esse percurso quase todos os dias da semana desde que comecei a graduação em Psicologia na UFC. Pretendo descer no Benfica, bairro em que fica o bloco onde estudo, mas dessa vez não irei para o Centro de Humanidades. Eu poderia pegar o Grande Circular no Siqueira, porém, estou acostumado a chegar no Benfica e dali partir para outros destinos. É como se eu tivesse me territorializado ali, uma espécie de casa em que a rede de dormir fica a mais de 30 km de distância. Pelo menos o clima está bastante ameno, é o anúncio das águas de março que enchem as cachoeiras das serras e serrotes maranguapenses.

Reviso comigo: mapinha desenhado no caderno de travessia, caneta, dinheiro da passagem trocado e disposição para conhecer um lugar que há alguns anos habita o meu imaginário: o Curió.

O Tabatinga já desponta na avenida. Esse é um dos ônibus que leva quem mora nos distritos ao centro de Maranguape, 7 km de diferença. É também o ônibus que corta territórios com distintos “comandos” do tráfico de drogas consideradas ilícitas. O Raio está nas nossas “áreas” e também vivemos acuados/as.

Ao chegar ao Benfica, aguardo o 055 na Avenida 13 de Maio. Tem o 855 também, mas prefiro a topic. Aqui se inicia outra grande jornada: atravessar a cidade de Fortaleza até chegar ao Curió. Dizendo assim parece que a Tabatinga e o Curió são extremos do mundo. O Ceará não é só Fortaleza. Fortaleza não é só o Benfica. Esse é o bairro universitário da cidade, mas hoje o curso é no Curió. Penso nas vidas-lonjuras. São vidas afastadas do “centro” ou é o “centro” que se afasta dessas vidas?

Acompanho a viagem pelo *Google Maps*. Divido a atenção com o aplicativo e a paisagem. A cidade vai se transformando numa imensa vitrine de carros, móveis luxuosos, academias, faculdades privadas, clínicas das mais variadas especialidades, farmácias e livrarias. É um mundo de vidro e visibilidade, privado, como uma espécie de miragem que só se torna real para quem pode pagar. Fortaleza também é um grande *shopping center* a céu aberto encobrendo sorrateiramente mundos “sobrantes”. Os habitantes desses mundos são os mesmos que lustram os espelhos que dão visibilidade às coisas. Depois de um dia de labuta, esses habitantes voltam para seus mundos opacos.

Após um bom tempo passando pela Av. Washington Soares, o ônibus segue por outras avenidas e ruas, agora menos largo-afrancesadas, e tudo vai mudando novamente. A cidade vai deixando de ser vertical e as construções que aparecem não são mais conglomerados de concreto e vidro para o aparecimento das coisas. Quando o *Maps* aponta que faltam poucos minutos para chegar ao Curió, levanto e falo comigo: “Parece até que estou voltando para Maranguape”, isso porque aparece uma floresta bem na minha frente. A cidade-fuligem fica para trás.

No *Maps*, duas entradas para o Curió: uma em frente à delegacia e outra no fim da linha do 055 e do 855. Opto por descer na primeira entrada por ser o caminho mais curto até à associação onde o curso será dado. Num muro paralelo à delegacia há uma inscrição: “Justiça; 11 de novembro; Jamais os esqueceremos”.

A sensação que tenho, apesar de ser a minha primeira vez no bairro, é a de que estou retornando a uma territorialidade em que já estive. Quando ingressei no VIESES-UFC, as discussões a respeito da problemática dos homicídios infantojuvenis no Ceará faziam parte de uma das linhas que compunham a pesquisa sobre juventudes e violência urbana no grupo. Entrei em 2016. A Chacina da Grande Messejana, ou Chacina do Curió, episódio em que 11 pessoas foram assassinadas em novembro de 2015 em distintos territórios periféricos da cidade (Torres, 2017) passou a fazer parte do meu cotidiano de atuação como extensionista. Eu havia participado de atos que lembravam o episódio e que cobravam por respostas do Estado.

A chacina compunha o meu imaginário e atrelado a essa palavra de morte vinha um pássaro conhecido por seu belo canto. A primeira resistência a esse atrelamento-morte ao nome da ave foi a criação de um coletivo de mães que luta pela memória das vítimas e por justiça, o “Mães do Curió”. Escutei algumas vezes mães e familiares das vítimas, na “Marcha da Periferia”, dizerem: “O Estado matou, mas ficaram as mães”. Ficaram as mães sem assistência de políticas públicas. Ficaram as mães transformando o luto em luta.

Chegar ao Curió, olhar a floresta, saber que vou participar de um curso ofertado por uma biblioteca comunitária do bairro em articulação com um ponto de cultura LGBTQIA+ é um anúncio, sem romantizações, de que as periferias vivem e os pássaros ainda cantam e voam. Se José de Alencar (1991) disse que o Ceará é onde canta a jandaia, as Mães, a Floresta, a Livro Livre, etc. dizem que é onde canta o Curió, pássaro que pulsa nas memórias, nas matas, nos livros e corações periféricos.

Continuo caminhando com esses pensamentos e, enfim, chego na pracinha onde fica o “Ponto de Cultura LGBT” da “União do Povo de Santa Edwiges”, local de realização do curso, e vejo um grande arco-íris pintado numa das paredes. Comemoro comigo por essa grata surpresa. É uma sensação de estar em casa sem estar em casa, há alguns quilômetros de distância. São acontecimentos assim que me ajudam a entender a “casa” como territorialidade que acolhe, algo muito caro às populações LGBTQIA+, já que muitas das vezes começamos a lidar com nossas sexualidades e gêneros sendo destituídas de um lar ou tendo que encontrar fora de casa o acolhimento escasso no seio da família (PRINTES; MUNER, 2021). Considero relevante pontuar isso porque já na proposta do curso havia, no formulário de inscrição, a indicação de que o segmento LGBTQIA+ de periferias de Fortaleza e/ou região metropolitana teriam preferência. Ou seja, ao ver um “Ponto de Cultura LGBT” no Curió me deparo com um movimento “à contrapelo” em relação ao nosso preterimento em espaços, em políticas públicas e na própria cidade. Qual a contra-hegemonia num curso que decide acolher preferencialmente LGBTQIA+ periféricas?

Aguardo a abertura do ponto de cultura na pracinha. Não noto que a entrada fica do lado oposto em que estou e, a convite de Nilza Farias, presidente da ONG e integrante do coletivo Arte de Amar, entro pela cozinha: “Tu vai participar do curso, né? Pode entrar por aqui, o professor já tá na sala”. Da cozinha passo por um caminho que leva a um pátio. Deve ser nesse pátio que as ações com crianças do bairro são realizadas. A ONG tem um projeto que promove atividades culturais com crianças, o Pontinho de Cultura. Alguns cartazes de competições esportivas decoram as paredes. Há uma escada que leva até a sala em que o professor Alisson Severino ajusta cabos de conexão para a apresentação de sua aula a seguir.

Como não chegaram ainda os/as outros/as participantes, aproveito para contemplar o que eu já havia visto pelas redes sociais: uma Biblioteca LGBTQIA+ que leva o nome da primeira professora-doutora travesti do Brasil, Luma Andrade. Folheio alguns títulos da Coleção Feminismos Plurais: Racismo Estrutural; Encarceramento em Massa; O que é Interseccionalidade?; O que é lugar de fala? Eu sabia da existência dessa biblioteca, que fica dentro do Ponto de Cultura LGBT, pelas redes da Livro Livre Curió, que eu vinha acompanhando. A biblioteca já existia, mas teve acervo renovado e foi reorganizada numa força tarefa articulada pela Livro Livre.

Depois de alguns minutos, Alisson Severino inicia a aula com Talles Azigon falando sobre o projeto “Periferia em Pauta”. Talles frisa que o objetivo do projeto, criado em parceria com a União do Povo de Santa Edwiges, é o de formar uma agência de comunicação alternativa para as periferias.

A fala de Talles e o nome do projeto, Periferia em Pauta, são marcos para chegarmos a um campo problemático que se propõe a acompanhar os/as participantes das práticas da biblioteca narrando, versando, cantando e pautando periferias urbanas. A pauta, expressão de relevância na área jornalística e utilizada para dar enfoque a alguma temática, é relevante para o escopo desta pesquisa na medida em que observamos que, tradicionalmente, territórios periféricos são pautados nas grandes mídias como problema, associados a uma valência negativa (COIMBRA, 2001).

O que buscamos com nosso desenho-problema, ao acompanhar práticas da Livro Livre e realizar conversações com seus/suas participantes, é estarmos atentos/as aos deslocamentos/descentralizações da maneira como esses territórios (des)aparecem na grande mídia e nos imaginários, forjados a partir de (in)visibilidades perversas (SALES, 2007) e quais as imagens e narrativas produzidas por esses/as participantes ao pautarem as periferias. Ao fazermos esse desenho, inspirados/as na movimentação político-cultural da biblioteca comunitária, consideramos oportuno apontar que há marcas da colonialidade forjando narrativas hegemônicas quando periferias urbanas são pautadas desde “o centro”, sendo necessário que elas sejam pautadas desde as margens.

Finalizada a primeira aula do curso de audiovisual, sigo em direção à casa de D. Ritinha, mãe de Talles, para conhecer a Livro Livre Curió. Casa e biblioteca ocupam o mesmo espaço, fazendo uma linha tênue entre o público e o privado. Isso me faz recordar que alguns dos projetos comunitários que conheci ao longo da vida (rádio comunitária, casas de benzer, grupos de apoio, etc.) funcionavam, majoritariamente, nas casas dos/as próprios/as organizadores/as. Isso me ajuda a fazer a seguinte observação: as casas em periferias, sejam urbanas ou rurais

(resguardadas as distinções), podem ter uma propensão maior de serem vistas, e portanto usadas, como espaços coletivos. A vida pulsa nas casas com portas escancaradas para quem entra e sai. As cenas são variadas: vão da partilha de um café com prosa aos nascimentos de bebês. Eventos compreendidos como de foro íntimo em locais mais privatizados da cidade tornam-se agregadores de muita gente.

Deparar-me com isso é como entrar em contato com muitas das cenas que produzem o imaginário que tenho do lugar onde cresci: uma comunidade inteira se envolvendo na construção de uma casa, mesmo quando não se tratava de um mutirão propriamente dito; a vizinhança acompanhando e cuidando de nascimentos (nem sempre são as mães que dão o primeiro banho no bebê, às vezes, são vizinhas e/ou moradoras de outras ruas); aniversários e mais festas como um notável intercessor de crianças das ruas e becos que fazem as periferias. Sei que, atualmente, essas cenas não são as mesmas de décadas passadas. A lógica individualista do neoliberalismo também deve ter se capilarizado nessas territorialidades (um provável exemplo disso é a teologia da prosperidade, ligada à lógica neoliberal de produção de subjetividades, que tem abarrotado igrejas neopentecostais com discursos sobre o sucesso individual pela fé e pelo sacrifício). Ainda assim, é nas periferias que vejo a cultura da partilha fervilhando. Se antes a cena clássica da troca era a “xícara de açúcar”, hoje é a senha do wi fi.

É com esse percurso narrativo que buscamos iniciar a apresentação do local desta pesquisa: a Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária. A biblioteca teve suas atividades iniciadas em 2015 e conta com dois espaços: a casa da D. Ritinha, onde tudo começou, e a CasAvoa, espaço alugado para abrigar a maior parte das atividades da biblioteca atualmente.

2. 4 Dispositivos inter(in)ventivos: Saindo dos trilhos para “caçar outros jeitos”

Os dispositivos inter(in)ventivos e/ou estratégias metodológicas desta pesquisa envolveram: 1. Mapeamento/acompanhamento das práticas da Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária, atentando-se ao modo como os/as participantes e os/as organizadores/as dessas práticas pautavam periferias urbanas; 2. Realização de conversações sobre temáticas relacionadas às periferias urbanas, registradas por meio de áudio e videogravação e 3. Trocas de cartas com alguns/algumas dos/das participantes com o intuito de pautar periferias urbanas, gestadas a partir de cenas em que estes/as participantes apareceram.

Apresentamos abaixo uma tabela com as práticas da Livro Livre Curió que mapeamos e acompanhamos. Pretendemos detalhar como foi a nossa inserção em cada atividade.

Tabela 1⁷

Práticas da Livro Livre Curió mapeadas/acompanhadas ao longo de 2020/2021			
Prática	Modalidade	Nº de encontros	Data
Curso de audiovisual do Periferia em Pauta	Presencial	5	15/01/2020 à 25/01/2020
Curso de Redes Sociais do Periferia em Pauta	Presencial	3	30/01/2020 à 05/02/2020
Exposição Nomes	Presencial	1	20/02/2020
Festival Tarará	Presencial	1	14/03/2020
Clube de Leitura	Online	5	Início em 22/07/2020
Curso VISADX	Online	2	20/05/2020 à 21/05/2020
<i>Gameplay</i> VISADX	Online	1	13/01/2021
Curso História do Hip Hop	Online	2	05/08/2020 à 06/08/2020
Grupo de Poesia	Online	6	Início em 14/09/2020
Ó Uz Papo	Presencial	3	Início em 16/07/2021
Sarau Livre Curió	Presencial	1	23/10/2021
<i>Saral 1, 2 e 3</i>	Livros (leitura)	—	—

⁷ Nem todos os encontros que estão listados nesta tabela entraram ainda para as discussões do texto dissertativo.

<i>Zine Livre</i>	Zine (leitura)	—	—
-------------------	----------------	---	---

3. “HÁ CARINHO O SUFICIENTE”: (DES)ENQUADRANDO TERRITORIALIDADES PERIFÉRICAS A PARTIR DE UMA *BIBLIOTECA COMUNITÁRIA LIVRE*

3.1 Uma “ruma” de práticas livres: Ampliando o imaginário das periferias por meio da arte

O que é uma “ruma”? O que são práticas livres? E como o imaginário das periferias tem sido ampliado? Com essas três perguntas, buscamos desenhar alguns deslocamentos epistêmicos, territoriais, imagéticos e sensíveis sobre periferias que o mapeamento e a participação nas práticas culturais da Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária nos proporcionaram ao longo desta pesquisa. As três perguntas se atravessam e se inspiram no movimento de conexão feito por um rizoma, que tem aproximação com a “ruma” da primeira pergunta (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Começemos, então, por essa linha.

A expressão “ruma” é utilizada quando alguém deseja se referir a algo que remete a quantidades significativas. Uma ruma de gente; uma ruma de livros; uma ruma de coisas são, respectivamente: muitas pessoas, muitos livros e muita coisa junta. Por si só, a expressão não nos ajuda a perceber a potência que “rumatizar” tem tido nas periferias de Fortaleza, porque ela traz apenas uma conotação de sobreposição de elementos. É preciso que nos reportemos ao livro *Ruma: Poemas de saraus*, organizado por Talles Azigon (2019), para falarmos da inspiração que nos fez chegar à noção de que muitos elementos misturados caminham como uma micropolítica de resistência periférica.

O livro, idealizado e feito conjuntamente pelos coletivos de saraus de Fortaleza, pela Livro Livre Curió e pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT), traz uma diversidade de poemas autorais de artistas que transitam pelos vários saraus que ampliam poeticamente as territorialidades periféricas da capital cearense.

Os “encontros-saraus” são lidos por Rômulo Silva (2019) como um agenciamento que faz com que afetos de múltiplos territórios ecoem nos “microfones abertos” erigidos por jovens de periferias. Compreendemos essa intersecção de vozes como um modo de expandir esses territórios, porque é pelo poema-performance que o corpo se faz presente e transforma as fronteiras simbólicas marcadas por processos de exclusão e vulnerabilização social em lugar de

encontro. Isso se coaduna com Fabiano Piúba (2019, p. 03), na abertura do *Ruma*, quando ele diz que fazer poesia “é transformar uma coisa em outra. É transcender. É transgredir.” Os poemas de saraus têm feito esse movimento de transformar a fragmentação imposta pela segregação-sócio-territorial em encontro, isto é, em uma ruma de gente de uma ruma de lugar aliançada e fazendo da palavra uma “máquina de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 2012) contra o racismo, a LGBTQIA+fobia, as mais variadas formas de violência e o impedimento ao sonho e à vida em sua multiplicidade.

“Rumatizar”, assim como rizomatizar (DELEUZE; GUATTARI, 2011), não diz respeito a sobrepor sem sentido uma diversidade de vozes, de corpos e de territórios que não se conectam, isto é, rumatizar não “aparta-menta” a existência. Deleuze e Guattari (2011) ajudam-nos a sentir a ruma pelos princípios de conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura e cartografia. Para rumatizar poemas, territórios e a vida é necessário, portanto: conectar e produzir diferença; possibilitar o encontro do que é múltiplo para torná-lo ainda mais múltiplo; romper com lógicas que serializam e tornam o “mesmo” e/ou o “centro” em um modelo a ser seguido e, pelo toque, aprender a fazer uma “topografia póstica que está sendo descrita na superfície das periferias” (PIÚBA, 2019).

Na ruma, não se busca coibir eventos “muito misturados”, porque a heterogeneidade é o liame que dá asas às rimas e aos corpos que fazem festa. Mas essas são asas que permitem o pé no chão, porque rumar, ruamar, é fazer “correr” pela sobrevivência enquanto se inventa a re-existência (ACHINTE, 2017). Os poemas, em ruma, em rima, em polissemia-uníssonas, gritam contra as desigualdades e semeiam o amanhã, lavrando cotidianamente um comum que singulariza a terra, o território, a territorialidade e o corpo.

As práticas livres são as práticas culturais produzidas ao longo dos anos pelo que Sérgio Vaz chama de “primavera periférica” (2016). Primavera é também rumatizar. O poeta paulistano denomina o movimento em que múltiplas práticas culturais ganham as ruas, os bulevares, as praças, os becos e os quintais com as mais diversificadas performances nas periferias de grandes cidades brasileiras como uma primavera, como a natureza em pleno devir e festa. Certo que sua referência está nas margens de grandes centros urbanos do Sul e Sudeste do País, mas nem por isso os movimentos comunitários de outras regiões, como o Nordeste, têm deixado de performar seus poemas, danças e disputas na e pela cidade de forma criativa e potente. Silva (2019) singulariza esse circuito, ao falar especificamente de Fortaleza, quando nos lembra que as festas de *reggaes*, os saraus, os rolezinhos, os festivais de juventudes, as bibliotecas comunitárias, etc, têm buscado tornar a “palavra aberta” como ato de sobrevivência e de invenção da vida. Essa abertura é uma proposta de tornar livre o que se quer preso.

É necessário pontuarmos que as práticas são livres, ou abertas, pois, por vezes, determinadas políticas de (in)segurança pública tentam regulamentar, leia-se coibir, as manifestações e os ajuntamentos juvenis na capital do Ceará com a “justificativa” de que esses eventos atraem criminosos/as, traficantes e desordeiros/as (SILVA, 2019). Ou seja, essas pechas estigmatizantes têm sido atreladas à imagem de redes de organização periféricas que lutam, dentre outras questões, por segurança pública, educação, direito à cidade, arte e cultura ou simplesmente aos/às moradores de periferias que, não necessariamente, participam de algum movimento organizado. (BARROS, 2021).

Utilizamos a expressão “práticas livres” para falar de práticas culturais em contextos periféricos por inspiração nas práticas da Livro Livre Curió. Talles Azigon, ao me falar pela primeira vez das atividades que compõem os fazeres da biblioteca comunitária, disse: “A gente trabalha, a gente luta pra que não só os livros sejam livres. A gente quer as periferias livres, os jovens livres, os corações, os amores, as crianças, as mulheres, tudo... Queremos ser livres. E queremos pra ser a gente.”

Essa liberdade, ao fazer ressonância com um horizonte ético que preza pelo que faz ruma, porque rumar também é viajar, incita-nos a tocar a biblioteca comunitária como uma produtora de multiterritorialidades (HAESBAERT, 2021) por meio de práticas que promovem o ajuntamento e a conexão entre pessoas de distintos territórios. A razão de ser de uma biblioteca comunitária está em nascer a partir dos anseios do território, estando atenta aos seus desejos e singularidades. Talles desenha esse desejo com uma expressão: “liberdade para ser”.

A liberdade enunciada por Talles faz-nos chegar à proposição de Freire (2014), que argumenta a favor de uma educação libertadora, de uma educação que precisa ser praticada por todos/as aqueles/as que entram em um fluxo de ensino-aprendizagem, tendo como horizonte a transformação da realidade e a superação de processos que a tornam desigual para muitos/as. Se as práticas da Livro Livre são nomeadas, assim como a própria biblioteca, como livres (Sarau Livre, Zine Livre, etc.), há uma aposta ético-estético-política das pessoas que a fazem em tornar os encontros criados nas periferias em uma “luta para ser”. Dizemos isso, porque Bach Júnior (2012, pp. 157-158), ao refletir sobre a práxis da liberdade em Paulo Freire, argumenta que “libertar é humanizar, oprimir é desumanizar. Humanizar é dominar a realidade, desumanizar é ser dominado por ela. A condição de liberdade tem como oposto complementar a condição de opressão, é nessa relação dialética que estrutura-se o pensamento freireano.”

A “luta para ser”, nas periferias, é uma luta coletiva contra um processo histórico de desumanização que abarca os/as moradores/as dessas territorialidades. As engrenagens da opressão e da colonialidade do ser (QUIJANO, 2005) contra as quais se luta têm como

fundamento a raça, operacionalizada por mecanismos que forjam “zonas de não ser” (FANON, 2008). Gomes, Silva e Hünning (2021), ao analisarem o racismo como organizador de territórios urbanos, em debate com Fanon e Mbembe, lembram que “a raça sempre funcionou como uma maneira de divisão e organização das multiplicidades, pois distribuiu e fixou os sujeitos ao longo de certa hierarquia, organizando-os dentro de espaços mais ou menos definidos e estagnados” (p. 28).

Diante das impossibilidades interpostas contra o “ser”, para além de um enfrentamento às necropolíticas (MBEMBE, 2016), urge ampliar o imaginário, que, logicamente, compreendemos como uma arma contra as políticas de morte. Imaginar é uma forma de não morrer. É assim que, finalmente, chegamos à terceira pergunta do nosso mapa-ruma. Mas não chegamos sozinhos/as. Foi Dona Ritinha, no aguardo para o início de uma atividade da Livro Livre Curió, quem disse, baixinho no meu ouvido: “Dalgo, essas crianças, agora adolescentes, né, é que ampliam a gente”. “Como assim, Dona Ritinha?” “Sem elas esse quintal não era tão grande, nem tinha CasAvoa”.

A CasAvoa é um espaço anexo da Livro Livre. Ela teve que ser inventada porque uma ruma de práticas foram surgindo e porque muitos/as cresceram com a biblioteca. Uma casa que voa é realmente uma boa metáfora para a necessidade de ampliar o imaginário. Voar é atividade inerente à imaginação e está intrinsecamente ligada ao ato de deslocar-se de um canto para outro. Todavia, é a frase de Dona Ritinha que mais nos toca ao dizer que crianças e jovens, em ruma, ampliam-nos. Se o imaginário social que temos das periferias é fixo e, portanto, parco, é necessário escutar a voz de Dona Ritinha dizer que crianças e jovens de periferias movem-se em amplidão. Isso não resolve os problemas de precarização da vida induzidas contra as periferias (BUTLER, 2018), mas, permite que façamos da busca pela “liberdade de ser” um caminho combativo e sensível, como a ruma de práticas da Livro Livre Curió (saraus, festivais, literaturas periférico-marginais, exposições e conversações).

3. 2 Por uma decolonização de “lentes totais”: políticas da imagem, periferias e a *comunalidade do amor*

Alisson Severino começou a aula do curso de audiovisual fazendo uma proposta: “Eu peço que vocês falem seus nomes, o que fazem, de onde vêm e que digam a primeira imagem que vem à cabeça quando pensam sobre o lugar onde vivem.”

Aquele momento se transformou em uma partilha de imagens e a sala passou a ser habitada por desenhos narrativos singulares: um jardim cultivado por uma avó; um rio; um

desenho de um pássaro canoro no muro; um campinho de futebol; uma biblioteca; uma serra; uma janela escancarada; pessoas na calçada; um varal com roupas balançando; um pôr-do-sol. É como se o encontro de todas aquelas imagens tivesse criado um tecido coletivo em plena dança, cujos passos eram costurados por mãos e vozes de territorialidades diversas, algumas do Curió, as demais, de outras quebradas.

“Vocês perceberam que ninguém trouxe imagens de violência? O que isso diz sobre a nossa relação com os nossos territórios e sobre como eles são retratados? Será que esses mesmos territórios teriam esse tratamento nos programas policiais?”, provocou Severino. Essa fala me ajudou a experimentar uma colisão de imagens naquele instante. As imagens também fazem guerra, pensei, ou, as guerras também são feitas por imagens (HAMBURGER, 2018). Didi-Huberman (2012) nos lembra que as imagens nunca se impuseram com tanta força estética, técnica, cotidiana e politicamente como agora, sendo usadas para evidenciar realidades dolorosas, criar e tocar o inimaginável, mas também para mentir e falsear.

A assimetria entre as imagens estava no fato de que de um lado eu via as cenas corriqueiras construídas pela grande mídia, com a insidiosa narrativa de que territórios periféricos são única, exclusiva e naturalmente lócus de violência. De outra ponta, eu via um poeta e um aluno de cinema pautando periferias como territórios de produção de saberes e de comunicação. Via também o tecido coletivo em plena dança com suas vozes singulares a partir dos desenhos narrativos sobre os territórios dos/das participantes do curso de audiovisual.

As reflexões feitas nesse curso são tomadas aqui como mote para pensarmos algumas políticas de imagem que têm sido operacionalizadas para forjar o imaginário social hegemônico sobre periferias urbanas, dando foco aos deslocamentos feitos em relação a esse imaginário a partir do modo como os/as participantes das práticas da Livro Livre Curió usam a imagem e a concepção de imagem para pautar territorialidades periféricas. Neste primeiro tópico, abordaremos a decolonização das “lentes totais” que aprisionam/fixam as periferias em expectativas negativas, dando ênfase às imagens que a “*comunalidade* do amor” tem criado.

Uma das primeiras observações que fazemos sobre as políticas da imagem está em não tornar o lirismo da cena em que os/as participantes do curso partilharam imagens das periferias como uma espécie de romantização dos cotidianos desses territórios. A violência não inexistente. Ela é um projeto necrobiopolítico (BENTO, 2018). Uma das tecnologias necessárias nessa “maquinaria de guerra” (BARROS; ALENCAR; SILVA, 2021) tem sido a produção de “inimigos fictícios” (MBEMBE, 2017; CRUZ *et. al.*, 2017), cuja fabricação se dá por meio de imagens poderosas, que atravessam nossas retinas, ouvidos e peles de modo que venhamos a naturalizar a narrativa em que o par periferia-violência ou periférico/a-violento/a seja tida como

“verdade”. Ou melhor, instituída, pois como observa Foucault (2007), o que há são efeitos de verdade, elaborados a partir de articulações históricas e alçados como produtores dos próprios sujeitos nessa trama que o autor chama de “regime de verdade”:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (p. 12).

Um dos contrastes existentes entre narrativas dominantes e, portanto, estigmatizantes e aquelas que são elaboradas coletivamente desde as periferias, capazes de produzir deslocamentos à fixidez que codifica a margem como lugar de impossibilidades, está no modo como a hipervisibilização hegemônica posiciona a problemática da violência, isto é, como resultado de uma “selvageria natural” de pessoas negras, pobres e periféricas, o que tornariam necessárias e justificáveis as “pacificações” (BARROS *et al.*, 2018). Tal processo é investido de uma “ficção útil” (MBEMBE, 2017) baseada numa espécie de (re)conquista de territórios sob o domínio do tráfico, borrando ou narrando como “pacíficas” operações que subjagam, quando não matam efetivamente (BARROS *et al.*, 2018; BARROS; ALENCAR; SILVA, 2021).

As narrativas hegemônicas posicionam as periferias como colônias que precisam ser “pacificadas” e nisso há um roubo de imagens e silenciamento de vozes sendo exercido por um motor racial (MBEMBE, 2016). Nesse roubo da imagem, a possibilidade de enxergar a violência como um problema produzido por uma colonialidade colapsante (LIMA; MALCHER, 2019), que hierarquiza, categoriza, subjuga e desumaniza, é tornada inviável pela imagem narcisista da branquitude, também atuante nos imaginários sociais sobre os territórios. Essa colonialidade aprisiona as periferias ao fixá-las e amarrá-las em suas representações naturalizantes da violência e de outros processos que vulnerabilizam a vida nas margens.

Isso nos leva a algumas reflexões da pensadora Grada Kilomba (2019b). Em um vídeo-instalação chamado “Narciso e Eco”, a autora e artista reconta a história de Narciso e da ninfa Eco, buscando apontar de que maneira a hegemonia branca se torna regra na (re)composição imperativa de imagens do mundo. Por meio dessa narrativa performática, Kilomba oferece-nos elementos importantes para problematizarmos as violências sob as quais pessoas negras são submetidas através do mecanismo que as torna o/a outro/a do/a outro/a, ou seja, a ameaça e o perigo, características que a branquitude não quer reconhecer em si mesma.

Tudo aquilo em que Narciso não consegue se reconhecer é rejeitado e narrado como feio, ameaçador e violento e é projetado naqueles/as elencados/as como outro/a (KILOMBA, 2019b). Isso nos inspira a pensar que quando o olhar da branquitude, controlador dos grandes meios de comunicação, finca suas lentes sobre os territórios periféricos, há tanto um apagamento das diversificadas imagens que poderíamos ter desses territórios quanto um retrato da violência imposta pela imagem de Narciso, que se impõe como medida e modelo único para todas as coisas. Nesse sentido, o narcisismo da branquitude projeta a barbárie que lhe tem sido constituinte na pele e nos ossos das periferias, o que requer deixar entendido que “narcisista é esta sociedade branca patriarcal na qual todos nós vivemos, que é fixada em si própria e na reprodução de sua própria imagem, tornando todos os outros invisíveis” (KILOMBA, 2019b, p. 13) ou hipervisíveis pejorativamente.

Essas estratégias necropolíticas precisam ser tensionadas a partir do contato com as periferias como devir, o que nos provoca a pensá-las como um campo de forças que atua em disputa. Nesse sentido, o tensionamento feito por Severino sobre a imagética que os programas policiais produzem a respeito das periferias urbanas gerou discussões entre algumas participantes. Vitória Hellen falou que era “diferente você morar num lugar e falar sobre ele”, argumentando ainda que: “A gente tem histórias, não que aquilo que passa no programa policial não seja também uma história, mas é diferente de você contar.” “Eu também acho que a violência é uma realidade. Não é uma coisa que não tá presente. Mas como é que se conta?”, questionou Ingrid Pontes. “Tem o recorte. Tamo num curso de audiovisual. Só nessa pequena sala já acontece um bocado de coisa, mas o que é que eu quero mostrar? Se a gente fosse gravar essa sala, o que ia aparecer e o que ia ficar de fora?”, acrescentou Arianny Matos.

Enquanto elas falavam, Severino fazia sinais afirmativos com a cabeça e depois refletiu sobre os efeitos que se quer gerar quando uma imagem é fabricada, afirmando que ao enquadrar e destacar determinado movimento, algo aparece como secundário, sem contar no que desaparece de cena: “Eu quero que vocês exercitem esse pensamento mais crítico sobre o que uma produção audiovisual faz. Não tem como ela dar conta de toda uma realidade. Vamos precisar fazer um enquadramento, mas ele não é aleatório, ele vem com um objetivo.”

As falas sobre enquadramento no audiovisual fizeram-me recordar do conceito de “enquadramento” elaborado por Butler em *Quadros de Guerra* (2015). Nos termos da intelectual estadunidense, esse conceito, acoplado ao de “comoção”, está relacionado aos “modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado da violência” (BUTLER, 2015, p. 13). Essa seletividade estaria ligada

ao processo que definiria ou não o reconhecimento de determinadas vidas como dignas de comoção/proteção.

Zamboni (2016), ao analisar a tradução feita pela edição brasileira de *Quadros de Guerra* (2015), cujo título original é *Frames of War*, encontra divergências significativas relevadas pelos/as tradutores/as, apontando que a palavra enquadramento, tradução de *frame*, traria sentidos diversos e que essas diferenças são fundamentais para uma compreensão mais larga do livro. Um primeiro sentido seria o de “emolduramento”, em que modos de intervir através da e na imagem criariam um “dentro” e um “fora”. Assim, o “fora da imagem” ou “sem imagem” não teria a possibilidade de ser reconhecido/a como pertencente ao grupo tido como detentor de “medidas” que emolduram o mundo e as pessoas a partir do uso de critérios cis-hétero-patriarcais-brancos. Um segundo sentido teria proximidade com o que em português é “armação” e, conseqüentemente “incriminação”: “cair em uma armadilha ou ser incriminado falsa ou fraudulentamente com base em provas plantadas” (BUTLER, 2015, p. 23).

Uma coisa foi ficando cada vez mais nítida com as reflexões sobre enquadramento nas partilhas feitas no curso: a imagem é produzida. Quando falo da imagem, ancorado nas reflexões de Butler (2015) sobre enquadramento, não me refiro apenas à fotografia dos planos. Falo do imaginário, das narrativas, dos argumentos, das pautas, dos traços, dos entrelaçamentos que são construídos em torno de algo. Eu fiquei muito atento a todas as informações mais técnicas do curso, pois precisava aprender sobre decupagem, enquadramentos e planos. Mas também fiz conexões com o que foi dito durante as aulas sobre políticas da imagem e passei a estar atento às imagens que o habitar as práticas culturais da Livro Livre Curió me suscitaram.

Ainda sobre enquadramento, periferias são enquadradas por dispositivos políticos, midiáticos e jurídicos como “zonas de morte”, de perigo e de vulnerabilidade em processos de criminalização, produzindo não só imagens como também subjetividades.

No ínterim desses pensamentos, Severino passou uma série de *slides* apresentando outros conceitos técnicos do cinema e do audiovisual, dando exemplos do cotidiano e exemplificando esses elementos com algo que remetia a territorialidades periféricas: “Pensando nessas técnicas que eu apresentei até agora, eu proponho que vocês reflitam sobre quem detém o poder de veicular imagens de longo alcance, porque produzir imagens nós já produzimos.”

A todo instante ele retomava o pensamento sobre a própria política da imagem, argumentando que não adiantaria preparar um curso e apontar apenas para elementos técnicos, que logicamente são imprescindíveis nas condições de sua produção. Mas, antes de qualquer técnica, seria necessário pensar o papel dela em nossos cotidianos: “A nossa sociedade é bem

imagética, a gente tá produzindo imagem o tempo todo, mas a gente precisa perguntar qual é a narrativa que tá por traz dela, o que é que essa narrativa quer criar”, finalizou Severino.

A expressão “imagens de longo alcance”, proferida por ele, atravessou-me como um dardo. Lembrei-me das tecnologias de guerra estadunidenses e israelenses utilizadas nos conflitos contra árabes no contemporâneo. Grégoire Chamayou (2015) vai nos atentar para as novas configurações “necroéticas” trazidas pelo uso de *drones* ao redor do mundo como máquinas de “vigiar e aniquilar”. Estaríamos assistindo à defesa “humanitária” de uma tecnologia que percorre os ares como um “panóptico voador e aniquilador”?

Segundo Chamayou (2015), os defensores da arma argumentam que a não-tripulação dessa tecnologia de guerra tornaria os meios de matar mais “humanos”. Isso porque haveria o salvo-conduto para matar sem precisar estar na mira dos seus alvos. A “necroética” teria por princípio, portanto, “salvar vidas” que operam a morte. A questão é justamente esta: no enquadramento colonial tecnológico dos drones armados, quem seria reconhecido/a como vida e como humano/a? Quem não seria?

A resposta não está distante, salvaguardadas as diferenças. O poder de escrutínio possibilitado pelo “olho de Deus” tecnológico também se faz presente nas periferias fortalezenses com as células de vigilância implantadas nos últimos anos (COSTA, 2019). A partir das torres, a vigilância consegue ir mais longe, 360 graus mais longínqua em seu raio ocular de alcance. Obviamente que não há aqui uma equiparação entre um drone armado e uma torre de vigilância. Mas há aproximações. Em ambos os casos, a imagem do alvo-inimigo é embaçada, distorcida. Os 360 graus maximizam a capacidade de ver sem serem vistos, mas o que realmente vêem é uma “imagem de controle” (COLLINS, 2018). Os drones armados vêem terroristas. As torres de vigilância fortalezenses vêem “envolvidos” (BARROS *et. al.*, 2018; COSTA; BARROS, 2020).

O corpo em uma grande cidade como Fortaleza, imbuído de uma adesão subjetiva à barbárie (BATISTA, 2013), é aparelhado para ver o que antevê através de imagens narrativas investidas de ódio. Isso se relaciona com o fato de Severino atentar em suas falas sobre a necessidade de pensar um audiovisual que possa pautar as periferias urbanas a partir de experiências periféricas, pois as imagens dominantes que se arvoram sobre esses territórios têm sido operacionalizadas, muitas vezes, pela via da estigmatização, revestindo os olhos de ódio e a pele de medo.

A torre de vigilância é uma lente de aumento de uma “verdade” em que o olho perde a sensibilidade do toque. Desse modo, uma espécie de “lente total” aprisiona os corpos a serem visados em codificações de “anormalidade” e “dessemelhança” (MBEMBE, 2017). O drone, ou

quem o controla, vê apenas um borrão se mexendo. É preciso enquadrar rápido para não perder a “presa”. A tecnologia da hipervisibilidade não é um problema em si. Antes dessas tecnologias de ponta, uma mais arcaica era sacada: narrar o/a outro/a e aprisioná-lo/a sob uma lente. Essa tecnologia, que remonta à colonização, continua operando. Nas sociedades de controle (DELEUZE, 1990), as instituições totais (GOFFMAN, 1987) são os raios territoriais alcançados por essas “lentes totalizadoras” e por olhares colonizadores. Faixas territoriais inteiras sofrem esse controle, que é antes de mais nada narrativo, discursivo e imagético.

Patrícia Hill Collins (2018), ao falar sobre as imagens que são produzidas sobre mulheres negras, denuncia que a representação dominante destas geralmente vem associada à subalternização, à subserviência e à hipersexualização, dizendo, portanto, que urge que essas mulheres construam as suas próprias imagens. A “imagem de controle” (COLLINS, 2018) que uma narrativa hegemônica tem sobre histórias subalternizadas precisam ser deslocadas, desmontadas, desnaturalizadas e decolonizadas a partir de imagens e narrativas que disputem e inventem a si mesmas.

O pensamento de Collins nos provoca a refletir sobre uma espécie de “imagem de controle” que o projeto necropolítico à brasileira estaria operando sobre as periferias urbanas ao atrelá-las à periculosidade, fazendo-nos tecer as seguintes questões: como desviar desse projeto de dominação que também é imagética?; como desviar das “imagens de longo alcance”, das “imagens de controle”, das armas/armadilhas humanitárias?

Severino, a partir de uma correspondência criada para debatermos as reverberações do curso no modo como a Livro Livre Curió vem pautando as periferias, oferece-nos pistas com uma imagem de periferia que não abdica de uma narrativa crítica sobre a violência, assim como não silencia o *possível* e a *criação* como lugares para caminhar perifericamente:

Tem uns anos já que uma imagem não sai da minha cabeça sempre que penso sobre a periferia e o que quer que tenha relação com o imaginário de periferia. Uma cena. Dois amigos numa batalha de rima, adolescentes, talvez um deles não mais. Eles fazem rimas violentas um para o outro, ameaças de morte com certa crueldade até. No entanto, a cena é uma das mais doces que eu já vi. Eles riem, brincam. É carinhoso. De lá pra cá essa cena sempre martela na minha cabeça. Nós comemos e bebemos a violência da cidade desde pequenos (isso faz parte de ser periferia) e isso nos torna capazes de nos entendermos na violência, mas ainda assim não somos a máquina de destruição do programa policial na hora do almoço, há carinho o suficiente. Isso a gente sabe muito bem. A gente sabe melhor que todo mundo. Com essa imagem eu consigo acessar um ponto importante sobre a periferia real e a periferia fictícia. Sobre o projeto de dominação em se criar periferias e, principalmente, sobre como desviar o corpo desse projeto. Eu gosto e acho necessário pautar a periferia como um lugar possível, um lugar de criação e gosto do requinte em, para isso, usar as mesmas armas que eles nos dão (CARTA DE ALISSON SEVERINO, 2021).

A cena dos dois jovens em batalha de rima não esconde que come-se e bebe-se da violência desde muito cedo. Comer e beber da violência da cidade desloca a ideia de que as margens são naturalmente violentas. A periferização é um processo que segue devido às centralizações, o que nos permite compreender que o modelo de urbanização, pautado na segregação sócio-político-cultural-espacial, tem sido uma marca violenta sustentada por um Estado Securitário. Essa periferização existe, em outras palavras, porque há centralizações no exercício do poder que gere e faz a cidade para uns poucos, de modo a fabricar margens, o que não quer dizer que estas estejam inteiramente subordinadas às decisões tomadas nesses centros. Os corpos que rimam no riso desviam desse projeto de dominação, por exemplo. Como diz Severino, “há carinho o suficiente”. Esse carinho é o que inventa comuns, ou “comunidades amorosas”, para nos remetermos à bell hooks (2019). O que rima a partir desse comum é a partilha de conhecimentos produzidos coletivamente por iniciativas como as das bibliotecas comunitárias de iniciativa popular.

A partir de bibliotecas como a Livro Livre Curió, as periferias, que, como nos lembra Severino, têm sido pautadas hegemonicamente como “máquinas de destruição” (sic), emergem, na “marginalidade”, como “lugar do possível” (sic) e “lugar de criação” (sic). É bell hooks (2019) quem vai nos anunciar que a “marginalidade” é muito mais que um lugar de falta, sendo também “espaço de possibilidade radical” e de “produção de um discurso contra-hegemônico que não se encontra apenas nas palavras, mas nos hábitos de existência e de vida” (p. 289). Há carinho, rima e denço nas periferias e falar sobre essas territorialidades, mesmo quando somos deslocados/as de concepções assujeitadoras, não diz respeito necessariamente a uma busca de afastamento da *marginalidade*, do que se assume como marginal.

Isso nos convoca a fazer um encontro entre o que vem sendo pautado nas invenções da Livro Livre Curió, a ética e estética do artista brasileiro Oiticica e bell hooks. Em carta a Lygia Clark, em outubro de 1969, Oiticica dizia: “manter-se integral é difícil, ainda mais sendo-se marginal: hoje sou marginal ao marginal, não marginal aspirando à pequena burguesia ou ao conformismo, mas marginal mesmo: à margem de tudo” (Figueiredo, 1998). O que fica nítida na carta entre artistas é a fuga produzida em relação ao que se fixa como marginal, o que não quer dizer que seja preciso desvencilhar-se da marginalidade como potência e criação para encontrar um centro em que se caiba e haja reconhecimento dentro de um enquadramento específico. Estar à margem é lido, portanto, como possibilidade criadora. É a fuga, em sentido deleuziano (DELEUZE; GUATTARI, 2011), como germinação de mundos. É aqui que bell hooks aparece com sua aposta na marginalidade como possibilidade. Nas palavras da pensadora:

[...] eu não estava falando de uma marginalidade que alguém quisesse perder – da qual quisesse se livrar ou se afastar à medida que se aproximasse do centro –, mas sim de um lugar onde se fica, e até mesmo ao qual se apegamos, por alimentar a sua capacidade de resistência. Essa marginalidade oferece a uma pessoa a possibilidade de ter uma perspectiva radical a partir da qual possa ver e criar, imaginar alternativas, novos mundos (bell hooks, 2019, p. 289).

Os hábitos de existência dos quais nos fala bell hooks (2019) para traçar a marginalidade como possibilidade radical de existencialização são uma inspiração para pensarmos a ética, a estética e a política de *ser das periferias* a partir dos modos de vida que são inventados nelas e com elas. Isso também pode ser associado ao deslocamento feito por Talles sobre o atrelamento das periferias a uma “condição social” (sic), lembrando que falar sobre periferias pode ser também falar sobre identidade.

Tal identidade, trazida pelo poeta, não diz respeito a se fixar dentro de uma compreensão encapsulada que dita significados de ser periférico/a. A busca é justamente por traçar linhas de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 2011) no que se refere às imagens homogêneas que são impostas às periferias, apostando nas próprias “existências periféricas” como possibilidades criativas. Assim, para além de dizer que há periferias, no plural, é necessário que estas, ao serem narradas por elas mesmas, pelas pessoas que as fazem existindo e re-existindo, possam ser escutadas em seus atos criativos e que concepções dominantes sejam deslocadas de seu lugar centralizador de dizer o que elas são.

Nesse processo, o poeta adverte que o próprio entendimento do que é o “contra-hegemônico” precisa ser problematizado, pois, nas suas palavras “se eu digo que algo é contra-hegemônico, eu já me coloco numa seguinte situação de que eu sou o outro do hegemônico, eu já me coloco nessa posição de outro, eu já me coloco nessa posição automaticamente quase que desvalorizada ou subvalorizada”. Por isso que optamos em afirmar que “existências periféricas”, para além de se deslocarem de concepções hegemônicas que são fixadas sobre elas, pulsam como possibilidades criativas ao existirem na marginalidade (hooks, 2019) Assim, Talles traz as periferias e suas paisagens diversas para que possamos pensá-las não como “condição” mas como ousadia de fabricação de suas próprias identidades, quebrando as imagens de controle do qual nos fala Collins (2018):

Aqui no Curió eu tenho essa paisagem e outra paisagem quando eu tô em Salvador e outra paisagem quando eu tô no Rio de Janeiro, é outra paisagem quando eu tô em Beirute ou quando eu tô na Nova Zelândia. E a gente acaba achando e tecendo cenários pra imagens, né, porque a gente funciona linguisticamente assim. Quando eu penso numa palavra eu penso numa imagem pra colar com ela pra linguisticamente eu entender daquilo que eu tô falando. Isso é uma coisa que nós fazemos naturalmente. Mas, quando eu falo periferia, eu penso em favela, né? E nem sempre a periferia é a favela. Eu tenho hoje uma periferia rural, por exemplo, muito forte no Ceará, ou uma

periferia que ela é mista, ela é meio urbana, ela é meio rural, ela tá nessas cidades que não é Fortaleza, ela tá nessas cidades que tão em processo de urbanização, mas que têm todos os traços ainda de cidades que são voltadas pra agricultura, pra pecuária. Então, eu acho que [...] a gente deve, a gente pode pensar que hoje periferia é antes de qualquer coisa uma identidade. E isso a gente pode pensar dentro do que vocês colocaram aqui como contra-hegemônico, porque se eu sou colocado como periferia como uma questão de condição social, essa é uma primeira provocação de quem tem o poder, eu respondo dizendo que não, periferia não é condição social e sim é identidade, isso é muito ousadia, né? Então, eu acho que essa é uma das possibilidades ditas contra-hegemônicas das quais nós podemos pensar periferia.” (TALLES AZIGON, 2020).

Inspiramo-nos nas críticas elaboradas por Gómez (2019) sobre o “ponto zero” epistêmico, pautado na constituição de uma visão universal em que o centro étnico de observação e narração do mundo se ocultam, deixando de se nomear e nomeando o/a “Outro/a” como parte dos processos de uma colonialidade do espaço-tempo-imaginário global, para questionarmos as imagens dominantes que se produzem sobre as periferias contemporaneamente. A nossa crítica pousa no que chamamos de *enquadramento colonial*, que busca tirar a possibilidade das periferias imaginarem e enunciarem a si mesmas, já que uma geopolítica e “geoestética” (Gómez, 2019) atuam para que estas recaiam sempre sobre os domínios daquilo que se alça como detentor da nomeação, da classificação, da categorização e da palavra, isto é, a branquitude, auto-posicionada como “centro”.

Nas palavras de Talles Azigon (2020), referindo-se aos discursos que são pronunciados *sobre* as periferias, sejam aqueles que as colocam no lugar do negativo, sejam os que as reduzem a um único modo de expressão, “aquela pessoa que [...] achava-se que não podia falar, que pra branquitude não podia falar, quando ela fala, aí sim, pra domesticar o discurso dela se coloca isso num pacote e dá a esse pacote determinados nomes”. Desse modo, afirmamos que o anúncio das periferias e de suas invenções não pertence ao instituído/institucionalidade, apesar destes tentarem isso por cooptação, porque a heterogeneidade não *pertence a* e nem pode ser representada.

Diante disso, cabe às práticas acadêmicas, aliadas a insurgências decolonizadoras, mirarem os discursos/narrativas que silenciam, apagam e enquadram as periferias, inclusive suas próprias lentes, quando essas vêm desvinculadas de uma imanência ética pautada nos encontros, “desarmando” discursos beligerantes, desumanizadores e culpabilizantes. Dizemos isso apostando que o “olho universal”, “lente total” para a forja de uma “história única” das periferias (ADICHIE, 2019), precisa ser enquadrado e lacerado.

A fala de Talles lembra-nos que posicionar-se contra imagens que representam e enquadram as periferias é um deslocamento necessário frente à hegemonia imagética colonial e que isso pode ocorrer a partir de práticas que enquadrem quem e/ou o que enquadra, fazendo

com que o processo de sujeição das periferias e de seus moradores/as possa ser apontado e desnaturalizado. É preciso, portanto, “declodir o olhar como experiência de abertura, retirada e destruição das molduras e enquadramentos criados pelo Mundo-Branco” (Silva, 2021, p. 08).

Embaçar essa (in)visibilidade que aprisiona diz respeito a “sair da sombra de um pensamento “apadrinhado” e controlado através das categorias do pensamento “alheio”” (MUNANGA, 2019). Isto é, desenquadrar periferias passa também por desmontar usos já cristalizados da própria palavra-imagem ou de uma necessidade de chancela de classificações do “centro” para pensar, criar, circular e pulsar. Talles Azigon fala sobre os problemas de categorização das periferias, mas também aponta como estas se reconfiguram e resistem a essas classificações:

Então, se a gente for pensar primeiro que periferia é uma palavra que tá dentro do nosso vocabulário, no português, mas que vai ter em outros idiomas outras palavras que não vão necessariamente conotar as mesmas coisas do que é pra gente, né, do que nós acabamos assimilando o que é periferia ou o que não é periferia... Até porque, na década de 80, a gente tem aí o Milton Santos, que vai falar de Terceiro Mundo, esse conceito de Terceiro Mundo é um conceito criado pelo Primeiro Mundo pra nos subclassificar, nos subcategorizar. Mas o que acontece? Ao criar uma categoria e ao dizer que nós somos essa categoria e ao delimitar essa categoria e querer mais ou menos estilizar dizendo o que é isso ou o que não é isso, o poder acaba sempre criando problema para ele mesmo, porque no fim das contas as coisas acontecem à revelia de qualquer planejamento, de qualquer projeto, né? Então, se você imagina que periferia seria o local da qual tudo aquilo que não é branco ou tudo aquilo que não está dentro das tomadas de decisões [e] está no controle do poder, é o espaço do poder, então tudo aquilo que não é isso que eu vou botar pra lá e vou chamar de periferia, o poder quando faz isso ele não entende os desdobramentos que isso pode acontecer. E aí, algo que aparentemente ou primariamente é tido como negativo ele vai ser totalmente reconfigurado, e se reconfigura todos os dias, na verdade. Porque, quando Mano Brown nos anos 90 falava periferia, ele falava outra periferia do que o de Djonga ou a Roberta Kaya fala periferia, é outra coisa. Porque não é um conceito pacífico e não é um conceito estático, é um conceito que vai se modificando e se transformando, né? E aí, a partir do momento em que eu descobro, eu como poeta e várias pessoas dentro de movimentos de saraus e das bibliotecas comunitárias vão começar a descobrir que dizer é fazer, né, que a linguagem é poder, aí essas pessoas vão poder dizer que periferia é uma outra coisa totalmente diferente do que até então os pesquisadores, as pesquisadoras, a mídia e todos esses atores diziam que é periferia. Então, hoje é bem complexo assim de dizer, mesmo de uma visão contra-hegemônica, visão que discorda do que nos é imposto (TALLES AZIGON, 2020).

Diante da fala de Talles, pensei no poema que é um antipoema, o verso de todas as escritas, o lugar onde é possível devanear (NASCIMENTO, 2019) e fazer outros mundos, o lugar onde se decupa com o corpo uma infinidade de imagens não tidas como oficiais. Não é oficial ler as periferias como territórios do conhecimento, ou territórios onde conhecimentos são produzidos, ainda mais em se tratando de jovens LGBTQIA+ negros. Quando eu viro a imagem de um curso de audiovisual sendo feito no Curió pelo avesso, o verso que eu toco, porque a experiência de tocar transcende à experiência do ver, eu sinto palavras musicadas, histórias

contadas, falas de jovens sobre a necessidade de pautar as periferias desde as periferias, porque ao serem pautadas hegemonicamente elas têm sido animalizadas, brutalizadas, apagadas e silenciadas.

Conceição Evaristo, escritora negra, talhando um livro com um facão num muro de alguma cidade brasileira, foi uma das imagens que Severino apresentou para falar de ética e estética. Trazer esse facão talhando um livro em um muro para esta escrita é como tentar virar a imagem pelo avesso e tocar seu verso, ou a sua margem. No meio da aula Talles dizia, entre risos de satisfação: “Minha amiga, ela almoçou lá em casa”. Depois dos risos, era apresentada uma imagem de um jovem negro dando grau com a motocicleta, um quê de São Jorge desafiando um dragão com seu cavalo e lança. Arianny perguntou: “Qual a narrativa dessa imagem?” Severino devolveu: “Qual narrativa vocês acham que é feita com um menino pobre, negro, dando grau na moto e desafiando um dragão?” “Talvez, seja algo parecido com a narrativa da imagem da Conceição. Quando pessoas periféricas escrevem e dão grau, elas tão lutando contra algo”, arrematou Arianny. Severino complementou: “Vejam como ler imagens é importante. É lendo a imagem que a gente cria imagem”.

Lembro que a tela do *notebook* de Severino eram mulheres negras com suas foices em riste. Que imagens-mundo você cortaria com essas ferramentas afiadas, Severino? Que outros mundos você criaria dando grau, fazendo giros e desafiando dragões?

Pensando o quadro como recorte da realidade, pensamos ali também sobre o que fica de fora do quadro, sobre o poder de quem decide qual é a narrativa única de uma cidade e quem são os vilões e os heróis dessa história. A faca já era um instrumento criativo antes de ser destrutivo, talvez a câmera com seus quadros afiados também. Por aqui eu continuo pensando que a melhor coisa que posso fazer pelo mundo que quero é ajudar as pessoas a usar as quatro facas da câmera para que novas histórias possam ser contadas e novas realidades possam ser criadas (CARTA DE ALISSON SEVERINO, 2021).

Para usar as “facas das câmeras” e experimentar contar e criar realidades, Severino pediu que formássemos duplas para um exercício. Eu e Marcelo Gonçalves ficamos juntos. A atividade consistia em conduzir o/a parceiro/a de olhos vendados até um ponto em que se queria produzir uma imagem. Severino explicou como funciona uma câmera a partir de uma comparação com o olho humano. Seria preciso posicionar o/a parceiro/a exatamente no ponto em que se desejava fazer a imagem, já pensando no enquadramento, e desvendar apenas para realizar o registro com os olhos e a memória. É como se tivéssemos pedido os olhos e a memória do/a outro/a emprestados para fabricar uma imagem. Isto é, não se faz uma imagem sozinho.

Imagem 1: Imagem se faz é com mais de um



Fonte: Arquivo do Projeto *Periféria em Pauta* (2020)

No caminho para o exercício, conversei com Marcelo e perguntei se ele estava gostando do curso. Ele respondeu que sim e disse que tanto a Associação quanto a biblioteca eram muito importantes para os/as jovens do bairro: “Eu aproveito as atividades, sabe? Ainda mais que é bem *pertin* de casa; os cursos que têm, as palestras, é bom tá junto com o pessoal. E tu é daonde?” “Eu sou de Maranguape, de um distrito. É longe daqui. Inclusive, eu adorei aqui. Lembra um pouco onde moro”. “Sério? Mas tu costuma vir pra Fortaleza?” “Sim, eu estudo aqui, mas moro em Maranguape”. “E veio conhecer o Curió...”. “Uhum. Aproveitar pra fazer o curso e também conhecer. Confirmar que Fortaleza é muito mais que os cartões-postais”. “É, a cidade é aqui também”. “Eu posso te levar primeiro pro ponto pra você registrar a imagem que eu pensei?” “Sim, tranquilo”.

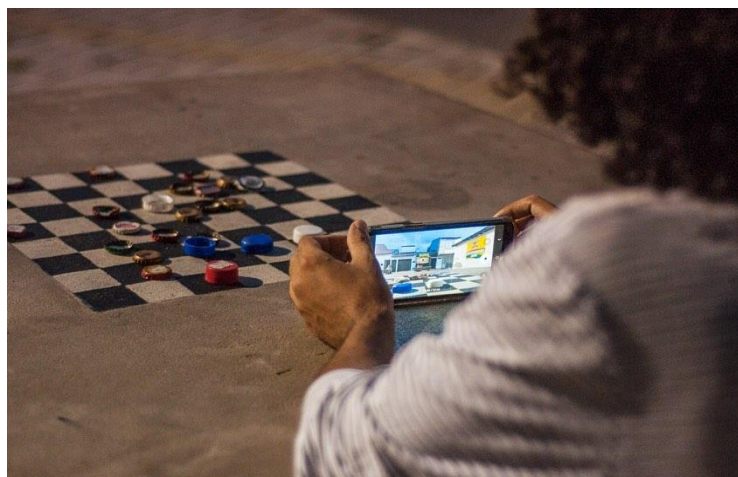
Após essa conversa, tapei os olhos de Marcelo e ele caminhou na minha frente. Busquei direcionar o olhar dele, que naquele momento eram as minhas mãos, exatamente para o que eu queria que ele visse e registrasse: o arco-íris do Ponto de Cultura LGBT. Lembrei que essa foi uma das primeiras imagens que me marcaram ao entrar no Curió. “Pode abrir os olhos e registrar”, eu disse. “Pronto, tá registrado. Agora é a minha vez”. Marcelo me conduziu não sei para onde. Parei e ele pediu para eu abrir os olhos e registrar. Eu fiquei em dúvida sobre para onde deveria olhar exatamente e se precisava focar em algo. Ele disse que queria que eu registrasse num mesmo plano um cacto e um banquinho de concreto da praça.

Quando começaram as apresentações na sala, surgiram narrativas fotográficas de donas Marias indo para algum lugar; crianças correndo; o dono de alguma mercearia trabalhando; a calçada; a menina e a bicicleta; o gato faceiro; a caminhada da tarde; o Ponto de Cultura LGBT;

a praça com vista panorâmica; a entrada da Livro Livro Curió. Essas foram algumas das imagens compartilhadas que me chamaram a atenção, mas fiquei ainda mais atento à fotografia de Marcelo, que eu acabava de descrever para a sala. Na produção dessa imagem, eu fui a câmera e a memória fotográfica que narrou detalhes, completados por meu companheiro de atividade. Apresentei a imagem, mas quem deu o tom do argumento foi ele, que disse: “Eu quis fazer uma imagem que pudesse mostrar um lugar que me faz bem. Me sinto bem quando chego em frente desse cacto, que gosto, e já avisto o banquinho onde vou ficar, vou descansar, vou pensar”. A criação dessa e de outras imagens desenquadravam territorialidades periféricas daqueles quadros que as fixam e as impedem de movimento. Penso isso com Simas (2019), que vem refletindo sobre a necessidade de “desamarrar o mundo” dos olhares que unificam, normatizam e planificam os modos de ser.

Depois do exercício do corpo-câmera, Severino pediu para que fizéssemos um vídeo de um minuto, utilizando as técnicas e reflexões produzidas até aquele momento: “Antes de começar a gravar, a gente precisa enquadrar. Temos que pensar a imagem, porque depois que começamos a gravar, a gente se torna refém dela. Mas uma só imagem não precisa dar conta do todo.” Com essa informação, desci as escadas e fui direto para o banquinho preferido de Marcelo. Apontei a câmera do meu celular para o jogo de damas pintado na mesinha de concreto e a posicionei para o jogo desenhado por uma dupla formada por crianças, jovens, adultos ou idosos. Seriam rastros de um jogo abandonado ou guardado para mais tarde? Que outras brincadeiras desenham as periferias? Esperei que, ao fundo, aparecesse a vizinha chegando na porta da outra com um pano de prato pendendo do ombro. Um gato saltou da janela enquanto as duas começavam a prostrar sabe-se lá sobre o quê. Uma delas fez um meneio. O que estaria lhe contrariando? Eu via a noite descendo pelos ombros delas. As lentes que totalizam enquadrariam o pulo do gato com a gaitada de mulheres-marias?

Imagem 2: O pesquisador participa do *jogo-imagem*



Fonte: Arquivo do Projeto *Periferia em Pauta* (2020)

Essas considerações e deslocamentos nos levam à discussão feita por Arianny sobre o maquinário que produz imagens e seus usos, o que nos ajuda a pensar sobre a necessidade de subvertermos a utilização de instrumentos que representam os territórios: “Isso também tem a ver com usar uma ferramenta que muitas vezes veicula coisas negativas sobre nós. Não pra maquiagem uma realidade, mas pra mostrar que ela é bem maior”, disse Arianny.

Como subverter as políticas de subjetivação “maquinadas” por imagens rígidas, instituídas, viciadas e vendidas em larga escala? Como mostrar que “a realidade é bem maior”? Lembro que os passos que Aryanne compartilhou comigo ampliaram a minha realidade e virtualidade do Curió. Aquela tarde em que ela me chamou para comprar pão me possibilitou entrar na cozinha da biblioteca e conversar sobre o que era o amor com Dona Ritinha. Como fazer para conhecer um território se não for habitando-o, indo comprar pão, caminhando, proseando, sentindo as ruas e sendo as estradas que levam ao desconhecido? Nunca aprendi o caminho do fim da linha para pegar o ônibus. Sempre precisei da companhia de Aryanne para não me perder no caminho de volta para casa à noite, depois das tardes nas aulas de audiovisual. No trajeto, ela me falava sobre o amor entre mulheres. Eu a escutava atento, porque as ruas de suas palavras me levavam a um Curió invisível.

Esse “Curió Invisível”, ou invisibilizado e silenciado em seu canto, também foi-me apresentado pelas conversas que tive com Dona Ritinha em sua cozinha. Tais conversas, muitas vezes motivadas pela contação de histórias sobre como a biblioteca foi criada, apontavam para a “*comunalidade* do amor” como produtora de imagens insurgentes de periferias carinhosas (hooks, 2020). Havia “carinho o suficiente” nos gestos feitos por Dona Ritinha quando ela falava

de sua mãe, Dona Genésia, e de como ela aprendeu com ela que “a casa é lugar de amor quando cabe todo mundo”. A imagem amorosa da mãe acolhendo uma diversidade de pessoas em sua casa foi por anos associada a cabarés por olhares segregadores e preconceituosos, por receber “todo tipo de gente”. De acordo com Dona Ritinha, as periferias são como essa casa aberta de sua mãe, e como tal contrariam as pessoas “que não são mente aberta” e que “falam mal do amor”. A imagem das periferias que Dona Ritinha traça por meio de sua narrativa é uma imagem de sua mãe e de seu *ethos* comunitário e amoroso:

Ela entrava nas casas de gente que nem conhecia e pedia água, porque não se nega água a ninguém. Ela dizia que era o básico. A água era de todos. Acho que aprendi com ela que a gente não nega o amor, que é a nossa casa aberta pra quem quer entrar, como um livro. A gente tem que fazer o outro se sentir em casa. Eu me sinto assim nas periferias e nos livros da Conceição Evaristo e quero que o outro se sintam também nessa casa, nessa biblioteca (DONA RITINHA, 2021).

As associações que Dona Ritinha fazia entre a água, como elemento básico que não pode ser negado e que pertence a todos/as, e o amor leva-nos à compreensão de que, se por um lado bebe-se da violência desde cedo, como nos disse Severino, também bebe-se do amor e do carinho que faz da periferia-casa um lugar aberto para o/a outro/a. É importante notar isso, porque a história que estava sendo contada era a história da Livro Livre Curió. Depreendemos dessa conversa que a história da biblioteca está envolta de um sentimento amoroso de comunidade e de pertença. Dona Ritinha repetia que a sua casa é um lugar que “precisa deixar a pessoa à vontade para ser quem ela é”, assim como ela se sente quem é e quem pode ser nas periferias e nos livros escritos por uma mulher negra.

O reconhecimento e a possibilidade de invenção também são modos carinhosos de pautar as periferias como “comunidades amorosas” (hooks, 2020). A casa aberta, nesse sentido, é uma boa metáfora para falarmos das periferias, pois concordamos com hooks (2020) que fazer parte de uma comunidade amorosa não quer dizer não haverá conflitos e coisas ruins, mas que no amor, como produtor de comunalidade, há possibilidade de realizar enfrentamentos que afirmam e elevam a vida. A casa e as periferias, pelo amor, fazem-se lugares de regresso, porque “o amor que criamos em comunidade permanece conosco aonde quer que vamos. Orientados por esse conhecimento, fazemos de qualquer lugar um local em que podemos regressar ao amor” (hooks, 2020, p. 146). Em síntese, as periferias que nos forjam nos acompanham aonde vamos, é o que lembra Talles Azigon em um poema seu quando diz: “vó, a gente muda de casa/ de país/ aprende dois idiomas/ visita o louvre de paris/ e não deixa de ser a gente/ [...] todas as ruas do mundo são as ruas da maraponga” (2021, pp. 64-65).

Talles também anunciou a criação dessas comunalidades amorosas quando os/as adolescentes e jovens que compõem o clube de leitura e de conversação *Ó Uz Papo* levaram a pauta da amizade para a roda. Muitos/as deles reconheceram que a biblioteca, como segunda casa, tem possibilitado que amizades sejam criadas e fortalecidas. Para Talles, “a amizade é uma maneira legítima de construir relação que transborda a família tradicional”. Isso lembra o que bell hooks fala em *Tudo sobre o amor* (2020) ao tecer reflexões sobre a amizade: “amizades amorosas nos dão espaço para experimentarmos a alegria da comunidade num relacionamento em que aprendemos a processar todos os nossos problemas, a lidar com diferenças e conflitos enquanto nos mantemos vinculados” (p. 137).

As rodas de conversação do *Ó Uz Papo* surgiram justamente desse sentimento amoroso que torna o ato de conversar uma forma de inventar comunidade e intimidade (hooks, ANO). Nas palavras de Talles, foi “uma maneira de fazer com que as crianças, que tão virando adolescentes e jovens, continuem caminhando nesse coletivo que é a biblioteca a partir de temas que eles desejam debater”. A conversa cria conexões que a consanguinidade, por si só, não consegue criar. É um modo de manter-se aliançado/a para além de um movimento de filiação, como nos diria Rômulo Silva (2019), o que permite uma experimentação da vida conjuntamente.

Pautar periferias urbanas como espaços de conversação, criação, intimidade e amorosidade, portanto, desenha uma imagem das margens silenciada pela colonialidade da palavra. A circularidade dessa palavra, no entanto, persiste nas periferias como um “abraço da comunidade” em vidas singulares, em consonância com o objetivo de comunidades, que é o de “assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons que trouxe ao mundo” (SOBONFU, 2007, p. 35). Como disse Dona Ritinha, a biblioteca comunitária é esse abraço, pois “a biblioteca é o junto; não é só um monte de livro junto, é a gente junto. Nossa vida é isso, tá em saber compartilhar. O junto também é tá junto com as outras periferias” (2021).

Ainda segundo Somé Sobonfu (2007), a comunidade, em um sentido tribal, é o lugar de cura onde as pessoas se reúnem para realizar seus propósitos e cuidar umas das outras. Dona Ritinha, em uma conversa sobre a necessidade de “sempre estar à disposição pra acolher o outro”, disse que o grupo de leitura que ela criou para reunir as mulheres do Curió na biblioteca tem sido um espaço em que ela escuta “a sangria das mulheres”. Ao falar dessa escuta ela recorda do pião roxo e do mastruz, folhas usadas para reza e cura de diversos males pelas mãos de benzedeirias. Para Dona Ritinha, a abertura que essas benzedeirias fazem de suas casas para acolher quem precisa de cuidados é também a abertura que ela busca fazer com a biblioteca, “o pião e o mastruz é a abertura pra receber”, disse. No poema **mastruz**, escrito por Talles Azigon, conseguimos acompanhar esse ato de amor e de abertura do qual Dona Ritinha fala: de todos os

anti-inflamatórios do mundo/ o mais poderoso é o amor./ minha vó o buscava longe/ misturava com mastruz/ e outras plantas/ suas amigas ancestrais/ curando minha garganta/ e meu medo de não viver (2021, p. 70).

Para conhecermos essas facetas imagético-amorosas, foi preciso habitarmos a Livro Livre Curió e participarmos de um território existencial em que a opacidade também se faz elemento político importante na constituição de imagens e subjetividades. Nem tudo deseja estar à mostra. A visibilidade não é um imperativo, porque em alguns casos ela pode ser danosa. Ao deslizarmos em pensamento-sentimento com o martiniquenho Glissant (2008), movemo-nos com o “direito à opacidade”⁸, à noite e às sombras como defesa daquilo que não se dá a conhecer em sua completude, abrindo frestas para zonas de indeterminação em que seres não homogêneos circulam enigmaticamente. Remetemos isso às diversas periferias e suas opacidades, convocando-nos para que caminhemos as suas ruas e produzamos conhecimentos com o corpo, a partir do encontro.

Experimentar a marginalidade do conhecimento diz respeito, nesse sentido, a caminhar com “existências periféricas”, apurando o corpo-escuta para que os cantos do Curió de Arianny, Dona Ritinha, Talles, Severino e dos/as jovens do *Ó Uz Papo* disputem a imagética das periferias por meio da comunalidade do amor. Isso porque pautar periferias urbanas também se relaciona a estar atento/a ao modo como se fala sobre as práticas amorosas. Parafraseando Mombaça (2019), o trabalho das periferias, nesse deslizamento contrarrepresentativo, “tem sido o de ocupar e demolir num só movimento, habitando os escuros do mundo da supremacia branca para então estudá-los, e adivinhar suas brechas, bordas, gatilhos, campos de explosão e implosão, linhas de fuga e *moonlights* para outras terras” (p. 36).

3. 3 Entre fotografias, ilustrações, colagens virtuais e lambe-lambes inventados com a Livro Livre Curió: A imagem como dispositivo de re-existência

Existimos entre imagens. Foi o que acompanhamos no tópico anterior e é o que ratifica Giselle Beiguelman (2021) em suas reflexões sobre as políticas da imagem, que têm aparelhado processos de vigilância e resistência no contemporâneo. A autora nos convida a pensar as

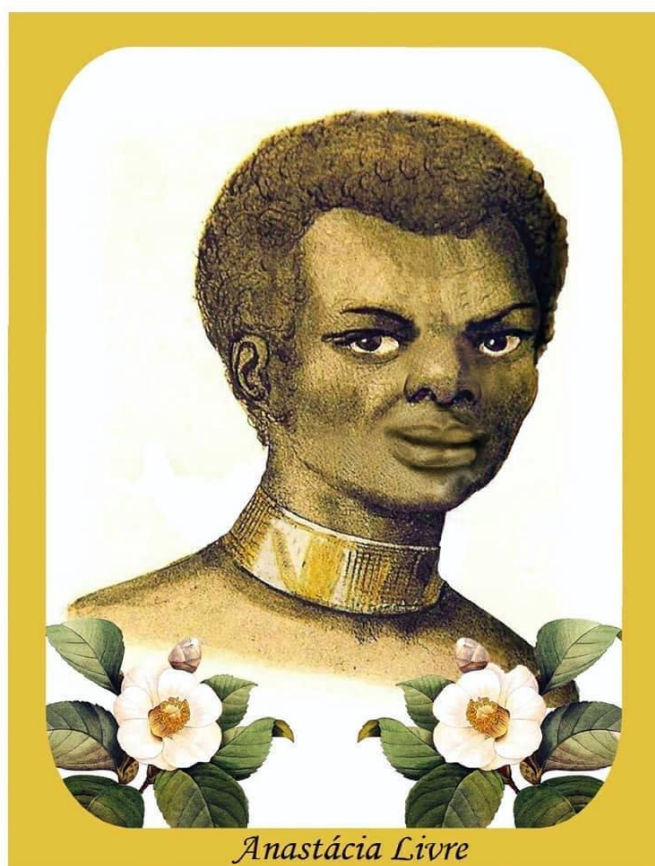
⁸ Rena (2020, p. 15), comentando a *opacidade* em Glissant, lembra-nos que “ao contrário de imaginar que tudo está dominado pelo capitalismo contemporâneo com seus dispositivos que tudo capturam e tudo controlam, buscamos observar nos filmes da última década processos subjetivos que resistem à dominação criando formas de viver em comunidade (seja em uma ocupação urbana ou em uma aldeia indígena, ou mesmo nas grandes cidades) que inventam formas de vida alternativas àquelas neoliberais, formas de vida que escapam das luzes opressivas do espetáculo e das trevas de nosso tempo presente”.

imagens como dispositivos que têm sido utilizados para “docilizar nossos olhares”, tornando-os banais perante padronizações de nossas formas de ver e não ver na “dadosfera” os diversos problemas que atingem determinados segmentos sociais e as resistências que esses travam para existir, apesar das precarizações induzidas estratégica e desigualmente contra eles (BEIGUELMAN, 2021; BUTLER, 2018).

As imagens, portanto, participam dos mecanismos com os quais nos subjetivamos. Ninguém está livre delas. Como, então, tomá-las como dispositivos de re-existência (Achinte, 2017)? Talvez, realmente não estejamos livres das imagens, principalmente por, na nova economia de subjetivação, não nos sentirmos ameaçados pelos seus poderes vigilantes e sim pela possibilidade de desaparecermos e não sermos vistos (BEIGUELMAN, 2021). Todavia, ousamos conjecturar a imagem como algo que pode se libertar. Quem sabe assim nos libertemos em concomitância, já que, historicamente, a imagem tem sido utilizada em larga escala para concretizar projetos coloniais.

Yhuri Cruz (@yhuracruz), artista visual, escritor e dramaturgo brasileiro, ajuda-nos a pensar em uma libertação da imagem, pela imagem e com a imagem por meio de sua obra “Anastácia Livre” (2019), que pode ser visualizada na **Imagem 3**. O artista refaz a imagem que circula na historiografia oficial sobre a mulher negra escravizada, porém sem a máscara que lhe tolhia a voz. Há um texto que acompanha a imagem de “Anásticia Livre” no *Instagram* do autor, no qual ele diz que:

Anastácia Livre é uma viagem no tempo. É voltar ao passado e libertar essa mulher negra escravizada que veio do Congo no século XVIII e foi condenada à mordaça pelo resto da vida por lutar contra um homem branco que a violentou sexualmente. Se tornou a “escrava santa” por sua firmeza, mas refém de uma iconografia colonial. Em Monumento à voz de Anastácia, trabalho que exponho hoje, ergo um monumento à voz dela. Uma voz negra, feminina, de luta pela existência (CRUZ, 2019).

Imagem 3: “Anastácia Livre”

Fonte: *Instagram* @yhuricruz, 2019.

Com Yhuri Cruz (2019) e Grada Kilomba (2019a) somos sensibilizados/as a notar que não há libertação sem a extinção das máscaras e dos processos de silenciamento que ainda colonizam corpos, territórios e imaginários por meio de práticas imagéticas subalternizantes. A iconografia colonial tem de ser combatida, ao passo que imagens de re-existência precisam receber monumentos às narrativas que lhes dão sentido e sustentação. O que seriam imagens de re-existência, afinal?

Se re-existir, para Achinte (2017, p. 20), relaciona-se com enfrentar tudo aquilo que “controla, domina e mercantiliza os sujeitos e a natureza”, apostando em modos de produção de existência que jogam contra o estabelecido e que operam na invenção de formas criativas para continuar existindo, as imagens de re-existência seriam dispositivos que teriam a capacidade de (re)inventar a vida a partir da emancipação daqueles/as que são mirados/as pelas câmeras e pelas ilustrações, de modo a serem reposicionados/as e não mais ocuparem o lugar-fixo de objeto do “mundo branco” (FANON, 2008). As imagens de re-existência, desse modo,

movimentariam-se como “imagens selvagens” que buscam manter vivo o espírito de revolta diante da operacionalização dos mais variados processos de exclusão e vulnerabilização social, lambendo as feridas e articulando-se para ferinamente visibilizar a racialização e a marginalização com sua “língua selvagem” não domada (ANZALDÚA, 2009).

Imagem 4: O que pode uma mirada?



Fonte: Saral 2 (AZIGON; SILVA, 2020).

Imagem 5: Cosmovisão criança I

Fonte: Saral 2 (AZIGON; SILVA, 2020).

Imagem 6: Cosmvisão criança II



Fonte: Saral 3 (AZIGON; DOMINGOS, 2021).

Imagem 7: Rolê carinhoso



Fonte: @colagemnegra, posters para Saral 3 (AZIGON; FERREIRA, 2021).

Imagem 8: Matriarca cidade



Fonte: Zine Sem Nome (SILVA; HELEN, 2021).

Imagem 9: Curió, rogai por nós



Fonte: Zine Sem Nome (SILVA; HELEN, 2021).

4. “PERIFERIA É LUGAR DE FUTURO, É LUGAR DE MEMÓRIA”: TRAÇANDO TEMPORALIDADES ENTRE AS PRÁTICAS CULTURAIS DA LIVRO LIVRE CURIÓ

*Apesar das acontecências do banzo há
 Apesar das acontecências do banzo
 há de nos restar a crença
 na precisão de viver
 e a sapiente leitura
 das entre-falhas da linha-vida.
 Apesar de...
 uma fé há de nos afiançar
 de que, mesmo estando nós
 entre rochas, não haverá pedra
 a nos entupir o caminho.
 Das acontecências do banzo
 a pesar sobre nós,
 há de nos aprumar a coragem.
 Murros em ponta de faca (valem)
 afiam os nossos desejos
 neutralizando o corte da lâmina.
 Das acontecências do banzo
 brotará em nós o abraço a vida
 e seguiremos nossas rotas
 de sal e mel
 por entre salmos, Axés e aleluias.*

Desviar a flecha do tempo, Conceição Evaristo.

4.1 Campanha #bibliotecanazaria: Bibliotecas comunitárias de iniciativa popular decolonizando fronteiras e futuros em uma cidade neoliberal-colonial

Baticum entoava um “vaaaaaaai ser saaal, vaaaaaaai ser saaal” munido de um pandeiro enquanto era acompanhado pelos ecos de algumas palmas. À medida que a cantiga do poeta e o tum-tum-tum produzido pelo encontro das mãos de seus/suas cinco companheiros/as disputavam o futuro de 12 bibliotecas comunitárias de iniciativa popular, uma menininha, que se multiplicava ao grupo, corria para lá e para cá com um livro debaixo do braço. Ela dava pulinhos e ria ao ocupar a recepção da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR).

A menininha Tainá, filha de Baticum, parecia brincar com a ideia de que as batidas melódicas dos adultos, seu riso-pulo e as histórias do livro fermentando debaixo de seu braço ocupariam com mais propriedade o espaço responsável por coordenar as políticas públicas de cultura de uma grande cidade. Ela parecia correr com a ideia de que o livro a ser lido naquela altura era a sua presença, e a de seus/suas seis companheiros/as de batucada, em um sarau, como

tantos outros que abundam nas periferias de Fortaleza (SILVA, 2019b), organizados para fermentar a vida de pessoas “desimportantes” para a cultura e política “oficiais”.

Para além desse festejo, o Sarau Urgente, como foi nomeada a ocupação artística realizada por coordenadores/as de bibliotecas comunitárias na secretaria para a entrega da solicitação por recursos no Plano Plurianual de Fortaleza (2022-2025), demonstrava uma preocupação advinda da ausência de políticas públicas de cultura nas periferias. Essa preocupação baseava-se na existência incerta, principalmente em tempos de pandemia, das muitas bibliotecas comunitárias que povoam as margens da capital cearense. Naquela ocupação, as bibliotecas lutavam contra a falta de apoio institucional⁹ para continuarem munindo crianças, dona-marias e poetas com livros, risos, pulos e histórias potenciais, fazendo tanto do presente quanto do futuro territórios habitáveis.

Após o “vaaaaaaai ser saaal, vaaaaaaai ser saaal”, Baticum disparou com minúcia sobre não ter apoio governamental para o que ele chamou de “prestação de serviço pra cidade”. Ele argumentava que as bibliotecas comunitárias realizam um grande serviço junto às comunidades de Fortaleza, configurando-se como práticas essenciais na construção de uma cidade que precisa ser partilhada: “a gente não tem apoio governamental, não tem apoio do setor público. Nós tiramos do próprio bolso pra manter esses espaços de acesso à leitura, esses espaços de atividades culturais e artísticas que prestam um grande serviço às comunidades”, concluiu o poeta.

⁹ Apesar de haver editais, disputados pelas bibliotecas para a realização de eventos específicos nos territórios, eles não contemplam a real necessidade para manter práticas culturais vivas nas periferias. Também falta orientação para as bibliotecas comunitárias sobre os critérios de participação nesses editais. Como disse o próprio #bibliotecanazaria, em carta de repúdio a um edital voltado para as bibliotecas: “os editais se omitem em valorizar a história e o trabalho das bibliotecas genuinamente populares quando inabilitam as bibliotecas do movimento por uma questão de ordem burocrática” (*Instagram* do movimento #bibliotecanazaria, 2022).

Figura 3: Biblioteca urgente *nazária*



Fonte: Perfil do *Facebook* da campanha #bibliotecanazaria

Com essa cena, sobre presente, futuro e periferias, iniciamos este capítulo, cujo objetivo é o de discutir as temporalidades criadas pela Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária a partir da diversidade de suas práticas culturais, que vem agenciando territorialidades e fazendo com que fronteiras emergjam como lugares de encontros tecidos por políticas da amizade. Além de traçar tais temporalidades, situaremos, neste tópico, as articulações de 12 bibliotecas comunitárias de iniciativa popular, dentre elas a Livro Livre Curió, como um dispositivo tensionador do que chamamos de “cidade neoliberal-colonial”. Essas articulações também se configuram como uma das práticas da biblioteca, produzindo um comum (REVEL, 2012) na disputa pelo “futuro-presente” diante das incertezas e precarizações da vida maximizadas pela pandemia de Covid-19 (BUTLER, 2018; SEIXAS, 2020).

A primeira observação que fazemos em relação à cena que abre este capítulo é que naquele sarau entre bibliotecas havia uma disputa pelo futuro. As bibliotecas, em suas lutas para serem resguardadas das incertezas induzidas pela precarização levadas a cabo por políticas neoliberais em um mundo catastrófico (BUTLER, 2018; STENGERS, 2015), defendiam artisticamente a relevância da propagação das práticas de leitura nas margens da cidade. Ou seja, havia ali uma defesa pelo direito à imaginação e a modos de vida potencializados por leituras diversas do mundo (FREIRE, 2011). Não era apenas uma defesa da continuação das atividades de bibliotecas comunitárias *per si*. Era uma defesa precipuamente arraigada e preme *de futuro*.

Ressaltamos o futuro como disputável por essas bibliotecas pensando em uma expressão bastante difundida pelo senso comum, que manifesta que determinados/as sujeitos não têm futuro (GALVÃO, 2020). Essa expressão, geralmente acompanhada de significações meritocráticas, recai violentamente sobre corpos vulnerabilizados por uma indução da racionalidade neoliberal, que tolhe tais existências de seus porvires, seja pela impossibilidade simbólica de imaginarem um futuro vivível (BUTLER, 2018), seja pelo impedimento direto de persistência na vida que resulta de operacionalizações necropolíticas (MBEMBE, 2016).

Yala Galvão (2020), em seu estudo sobre projetos de vida de jovens que habitam periferias de Salvador, argumenta que jovens pobres, negros/as e moradores/as de territorialidades periféricas têm sido marcados/as pejorativamente pela insígnia “sem-futuro”, observando que pensar “o lugar do futuro” requer compreender a sua relação com o tempo e com o espaço da vida em que esses/as sujeitos/as se inserem. Ou seja, nesse processo, cabe estarmos atentos/as ao modo como as periferias vêm tensionando e disputando a *territorialidade futuro*. Como observamos, a partir das movimentações artístico-políticas de bibliotecas comunitárias de periferias fortalezenses, o futuro da cidade têm despontado como um campo de luta quando elas se aliam e produzem comunalidades para re-existir coletivamente e existir no amanhã (ACHINTE, 2017).

Futuro e cidade, meritocraticamente falando, têm sido territórios sustentados pela lógica de desenvolvimento atrelado ao lucro, mas também têm sido tensionados por práticas culturais inventadas nas margens urbanas. Futuro, nos termos das lutas encampadas pelas bibliotecas, concebe-se antes de mais nada como a existência em devir (DELEUZE; PARNET, 1998), produzindo territorialidades por e para sujeitos/as subalternizados/as e fazendo frente a concepções de cultura elitistas, como as que maquinam para que os livros e o *viver a cidade* estejam restritos a pessoas privilegiadas.

Um emblema de como futuro e cidade podem ter um direcionamento meritocrático e elitista foi cunhado por uma campanha adotada por empresas diversas em Fortaleza durante os períodos mais críticos da pandemia de Covid-19. Nessa campanha, paredes, fachadas de grandes lojas, hospitais privados e até mesmo os letreiros de ônibus foram inundados por otimismo em bairros tidos como nobres com a frase utilizada por cearenses em situações difíceis e corriqueiras: “vai dar certo”.

Como perguntou Santana (2021): vai dar certo para quem? Para as elites, à revelia de crises e catástrofes, ou melhor, às custas de crises e catástrofes, sempre deu certo. A frase de otimismo, marca do neoliberalismo, seria antes uma afirmação sobre o futuro da cidade, em

que se expõe onde e para quem continuará sempre dando certo, do que um envolvimento com “energia positiva” para que “todos pudessem “sair da crise”.

Não é preciso muito para manter-se positivo em bairros de Fortaleza como a Aldeota e o Meireles, territórios em que abundam a frase de efeito. O vai dar certo enunciado nesses territórios é vazio de significado, porque não funciona como uma frase dita quando tudo está dando errado. Ela é um disfarce que tenta colocar a elite em um “mesmo barco” inexistente. O “vai dar certo” de grandes lojistas fortalezenses faz contraste com o “vai ser sal” enunciado por quem vive “sobre o fio da navalha”, como nos diz a *rapper* Má Dame, pois o “dar errado” nas periferias é o “vai dar certo” do centro em uma cidade cindida por otimismo que tentam camuflar racismo e desigualdade social diante da pior crise sanitária global no contemporâneo. Isso é resultado de uma espécie de colonização do futuro operacionalizada por um “mundo branco” meritocrático e lucrativo (FANON, 2008).

Diante disso, as fronteiras produzidas pela neoliberalização não foram aplacadas por conta da pandemia. As apostas iniciais de que o vírus borraria as fronteiras produzidas pelas desigualdades e colocaria todos/as em um mesmo patamar, pelo fato de estarmos lidando com um agente biológico, foram desmentidas. Podemos até não ter conseguido êxito na prática do isolamento social como tática para o controle da disseminação do SARS-CoV-2 no Brasil, tendo na figura do poder executivo federal ancoragem para discursos negacionistas quanto a tal necessidade, mas é inegável a maximização das distâncias sociais que essa situação sanitária, aliada a políticas de deterioração da garantia de direitos, produziu e vem produzindo em contextos periferizados (SEIXAS, 2020; NASCIMENTO; COLOMBO, 2021).

Talles, em uma *live* sobre as infâncias de periferias em tempos de pandemia, traçou as distinções no que se refere a experienciar o início desse fenômeno nas periferias e em bairros considerados nobres da cidade de Fortaleza. Dentre as diferenças, foi destacada a impossibilidade de permanecer em isolamento em territorialidades periféricas devido a especificidades, muitas vezes, ignoradas pelo poder público e pelo próprio senso comum:

A gente recebeu aqui também uma pessoa que veio passar o isolamento com a gente e ela mora na Praia de Iracema e ela até fala “muito diferente o isolamento da Praia de Iracema do isolamento do Curió porque lá na Praia de Iracema não aparece nenhuma alma, ninguém sai realmente na rua”. Aqui na comunidade não funciona dessa maneira. Pessoas saem. Infelizmente, o hábito de estar na calçada continua, o que acaba gerando uma série de problemas. Primeiro de críticas que são feitas automaticamente “ah, fulano não respeita a quarentena”, “ah, o pessoal da periferia não respeita a quarentena, não tem informação”. E o que seria um problema que deveria ser resolvido como problema da cidade vira mais um motivo de distinção desse jogo social e desse jogo político, né? Eu tinha feito uma observação, há mais ou menos um mês atrás, numa rede social, falando que [...] eu acho que o que vai acontecer... a disseminação do vírus na periferia vai aumentar bastante e nos bairros,

tipo, falando de Fortaleza, Meireles, Aldeota, Porto das Dunas, vai diminuir. E é isso que a gente tá observando agora, realmente tá acontecendo isso. Isolamento tá funcionando nesses espaços, mas na periferia não tá funcionando tanto. A gente tem índices cada vez maiores de infecção, números de mortes cada vez mais altos (TALLES AZIGON, 2020).

A fala de Talles foi contundente ao observar que o problema de saneamento básico e as especificidades das periferias deveriam ser enxergadas como um problema social da cidade. Essa observação aponta que o poeta não aparta as “margens” do “centro”, ao passo que denuncia que a necessidade de integrar os problemas vividos nas periferias à toda a cidade demonstra como os territórios têm sido fragmentados e segregados entre zonas de “semelhantes” e “dessemelhantes” (MBEMBE, 2017).

A “zona de semelhantes”, a “cidade-centro”, seria aquela com possibilidades de sobreviver ao vírus, devido ao privilégio de poder permanecer isolada sem preocupar-se com as consequências imediatas desse isolamento. Sobreviver ao isolamento seria um desafio para a “zona de dessemelhantes”, “as margens da cidade-centro”, porque isolar-se seria bater de frente contra a virulência maximizada das desigualdades (SILVA *et. al.*, 2021). Assim, tanto em relação a esse período pandêmico, como antes dele, algo ganha relevo: a “cidade-centro”, dos “semelhantes”, sempre foi viabilizada pelas suas margens, habitada pelos/as “dessemelhantes”. Como pontuaram Nascimento e Colombo (2021, p. 488):

não precisa ser sociólogo para entender que a resistência às medidas de isolamento social, sobretudo nos bairros mais populares e periféricos das grandes cidades brasileiras, acompanha a lógica da indiferença de quem sempre foi invisível ao Estado e que hoje, pouco percebe a piora das condições de vida antes e depois da pandemia. Para essa parcela expressiva da população não se trata de uma crise, mas de uma crise dentro de outra crise. Uma tragédia natural que intensificou os contornos de uma catástrofe social que não é nova.

Entre as desigualdades produzidas pelas fronteiras que separam “centro” de “periferias”, podemos destacar ainda aquelas que se referem ao cuidado com as crianças. A partir disso, Talles problematizou o olhar que se lança sobre as periferias dizendo que

só porque chegou o coronavírus as crianças não arranjaram uma pessoa pra cuidar delas de uma hora pra outra não. A babá da criança da periferia muitas vezes é a escola, é a escola que cumpre essa função. Não tem escola, logo a criança tá em casa, a mãe ou a responsável tá trabalhando, então ninguém tá lá pra vigiar se a criança tá ou não tá dentro de casa. E a gente tem uma grande circulação de crianças pelas ruas, de bicicleta, jogando bola e se a gente fica pensando... criminaliza ela, porque acaba acontecendo isso. O primeiro movimento do restante da cidade é de criminalizar essas pessoas, mas como eu posso criminalizar e culpabilizar se não existe aqui nesse contexto nenhuma condição pra apoiar a mãe dessa criança, que não deixou de trabalhar. [...] As pessoas nem conseguem ficar todas juntas dentro de casa. É muito complexo e muito complicado a gente simplesmente criminalizar, até mesmo porque

não aconteceu, não foi feito um plano específico pros nossos territórios. Não tem nenhuma mobilização, não existe nenhuma secretaria especial, não existe nenhum grupo de trabalho na câmara dos vereadores ou na câmara dos deputados de pensar especificamente. Nós somos muitas e muitos e nós somos muitas e muitos que tá sendo tratado basicamente do mesmo modo como outro espaço da cidade que tem melhores condições. Se o Estado não deu essa resposta... uma simples propaganda que você vê na televisão “fique em casa” não é suficiente, não é eficaz. (Talles Azigon, 2020).

Essa problematização tensiona um movimento recorrente em homogeneizar os distintos territórios que compõem uma cidade. Olhar a cidade como um espaço plano habitado por pessoas “semelhantes” é apagar as singularidades que as fazem. E foi problematizando a homogeneização que o poeta pautou as periferias a partir de suas complexidades, que, segundo ele, são postas sob invisibilização quando moradores/as desses territórios são criminalizados pelas condições de desigualdade produzidas pelas mesmas lógicas que os/as culpabilizam. Apesar de nos movimentarmos para não fixar as periferias nessas desigualdades, acaba tornando-se necessário debatê-las. Primeiro, porque elas produzem “periferizações”. Segundo, porque esse processo precisa ser enxergado de forma contrária à lógica da culpabilização e, principalmente, porque os/as participantes da pesquisa trouxeram essas questões para pautar periferias urbanas. Diante disso cabe perguntar: como disputar as fronteiras e os futuros nestes tempos de incertezas, em que as certezas giram em torno da maximização das desigualdades?

Em se tratando de sujeitos/as subalternizados/as, a disputa pelo futuro caracteriza-se por uma luta pela própria vida e pela possibilidade de imaginar outros mundos. Isso torna-se nítido se observamos que os limites impostos por visões ocidentalistas, provocados pela usurpação da história mundial calcada no eurocentrismo (NDLOVU, 2017), permanecem operando para que as imaginações do futuro do mundo não transponham a lógica capitalista de progresso. Morgan Ndlovu (2017) complexifica esse debate ao apontar que saberes indígenas e suas imaginações de futuro continuam sendo sequestradas por essas limitações universalistas, colonizando, assim, a imaginação sobre os modos de viver na atualidade e negando maneiras de imaginar e inventar o amanhã que não estejam fundamentados pela branquitude e pelo que é imposto como progresso para as cidades.

Ao pensarmos com Ndlovu (2017), é possível pautarmos a negação do Estado a populações de periferias urbanas no que se refere à sua necessidade de realização de leituras e de outras práticas culturais a partir de seus próprios territórios como um impedimento a imaginações que fazem dissidência com tempos e olhares hegemônicos. Compreendemos que essa negação é fruto do que o autor (NDLOVU, 2017), em relação aos saberes indígenas, e Carneiro (2005), no que concerne aos saberes afrodiaspóricos, chamam de epistemicídio.

O epistemicídio, cometido contra determinadas práticas de existência e “sobre formas não-ocidentais de saber quando lhes é negado o *status* de universalidade pela maneira ocidental totalizante do saber” (NDLOVU, 2017, p. 132), também tem sido posto em funcionamento a partir de uma ausência estatal em termos de arte, cultura e lazer nas periferias, assim como passa pela não valorização de saberes construídos à margem do que é imposto como “centro do saber”.

A busca por saberes à margem das visões ocidentalistas, saberes indígenas, negros e periféricos, por exemplo, “é a busca de um mundo pluriversal onde todos os saberes desempenham um papel igual na determinação da direção e no futuro do mundo” (NDLOVU, 2017, p.143). Isso se relaciona com as bibliotecas comunitárias pelo fato destas surgirem em um contexto marcado por essa lacuna provocada pelo Estado (MACHADO, 2009), reivindicando a pluriversalidade de leituras e de imaginações dos territórios em que elas se inserem, a despeito e contra a operacionalização epistemicida em curso.

Talles, em uma *live* do Sarau Urgente feita para explicar a campanha #bibliotecanazaria para os/as seguidores/as do movimento no *Instagram*, disse que as bibliotecas comunitárias, apesar de serem fruto da coletivização da vida nas margens, surgem, também, pelo fato do Estado não se fazer presente em termos de arte, cultura e lazer em territorialidades periféricas:

A prefeitura, o Estado, todos esses atores políticos que administram o meu dinheiro, o seu dinheiro, porque a gente gasta muito dinheiro pagando imposto, esses entes deviam entender, deviam perceber que o que a gente faz é o que eles não fazem. Então por a gente conseguir fazer o que eles não conseguem fazer, logo, eles deveriam transferir parte da nossa renda pra que a gente continue fazendo o que a gente faz. É mais que uma necessidade das bibliotecas, é uma necessidade dos bairros em que essas bibliotecas estão localizadas e também uma necessidade da nossa cidade (2021).

A fala de Talles traduz a urgência da campanha #bibliotecanazaria na necessidade dos territórios em que as bibliotecas comunitárias atuam, ressaltando que os espaços criados por elas são necessários à cidade. Isso vai de encontro com o que Baticum falou na Secultfor sobre as bibliotecas prestarem serviços para Fortaleza. Essas considerações tornam-se ainda mais importantes quando observamos que um dos elementos que caracterizam a criação e gestão de bibliotecas comunitárias é a conexão com os interesses do território em que elas surgem.

Dizer que a cidade necessita das bibliotecas comunitárias, assim como erigi-las e mantê-las como uma das possibilidades de experimentar e viver os espaços urbanos, ao nosso ver, é realizar um giro na lógica de fazer cidade que se ampara nas imposições das lógicas capitalistas/neoliberais de produzir (des)convivialidades humanas/urbanas, que pautam a cidade como um espaço privilegiado para a racionalidade do lucro e do rendimento e não como

lócus de encontros e devires (FARIAS; DINIZ, 2018). Assim, as bibliotecas tensionam esse modelo de cidade, visada por essas imposições neoliberais como campo fértil para especulações, remoções, segregações socioespaciais, zoneamentos, etc, ao deslocarem a pauta para as periferias e para a promoção de cultura.

A campanha #bibliotecanazaria fortalece esse tensionamento ao afirmar que tipo de cidade as periferias desejam e buscam construir. É uma cidade pautada a partir de suas margens, singularizada pelos territórios que compõem as bibliotecas comunitárias e, portanto, pelas diferenças territoriais que produzem a vida urbana. Baticum lembra-nos disso ao falar sobre como as articulações entre as bibliotecas comunitárias pautam as periferias urbanas:

A partir do momento que a gente se movimenta, que a gente se mobiliza, que a gente faz, que a gente realiza, que a gente se move, que a gente pensa, que a gente age, a gente tá pautando as nossas periferias. Em todos os momentos a gente tá pautando a periferia, porque a periferia é um universo, ela é uma pluralidade, uma diversidade. Existem várias periferias dentro de uma periferia. Existem vários contextos. Existem várias formas de se vivenciar as periferias (Carta de Baticum, 2021).

A #bibliotecanazaria produz singularidade e diferença, enquanto as práticas centralizadoras do viver, neoliberais, promovem “o mesmo”. Isso merece nossa atenção porque “a questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos” (HARVEY, 2012, p. 74). Dito isso, vale notar que os valores éticos e estéticos presentes na disputa pelo futuro da cidade por meio dessa campanha, composta por multiterritorialidades periféricas engendradas a partir de 12 bibliotecas de iniciativa popular, giram em torno da produção de políticas da amizade e políticas do comum (REVEL, 2012) frente ao que Farias e Diniz (2018) chamam de “cidade neoliberal” e Mbembe (2017), de “colônias contemporâneas”.

As políticas da amizade às quais nos referimos conectam-se com o que Silva (2019b) nomeia de “ética da mermazária”. Segundo o pesquisador e poeta cearense, essa ética diz respeito a movimentações que se fortalecem por aliança e não por filiação (Silva, 2019b). Ou seja, praticar “mermazária” estaria relacionado a produzir um comum, um rizoma, cuidando para não haver um apagamento e/ou achatamento das singularidades que engendram os territórios e, portanto, a cidade. “Merma”, nesse sentido, não reduziria a territorialidade ao “mesmo” da homogeneização.

Praticar “mermazária” seria justamente fazer as linhas das periferias cruzarem-se, partindo das próprias diferenças que as compõem e produzindo mais singularização por meio de modos de vida pautados em re-existências e por meio da invenção de atitudes destoantes de

práticas racistas, mercantilistas e patriarcais típicas do capitalismo (ACHINTE, 2017). Assim, as bibliotecas comunitárias, ao aliançarem-se e produzirem comunalidade pela campanha #bibliotecanazaria, estariam conectando não só os territórios, mas também os tempos (passado, presente e futuro), fragmentados pela linearidade imposta pela racionalidade eurocêntrica, apostando na criação de uma territorialidade comum, heterotópica (FOUCAULT, 2013), virtual, que é a territorialidade habitada por práticas “dazária”. Ou seja, apostamos que praticar “mermazária” em um presente e passado marcados pela fragmentação de laços e de chão seria tecer um “futuro ancestral” em que, de acordo com Souza (2019), a ousadia de sonhar com um mundo não limitado ao real faria com que outros mundos pudessem ser criados.

Essa tessitura faz fibra com a reflexão elaborada por Amaral (2015) sobre a amizade de jovens de periferias como a arte de construir a si mesmos, uma vez que nos ajuda a vislumbrar as práticas “dazária” forjadas pelas bibliotecas comunitárias, ao criarem uma “mermazária” (Silva, 2019), como uma possibilidade da amizade e da sua potencialização política. É importante fazer esse destaque, porque pautar as periferias como sendo territorialidades “dazária” e de futuro é fazer uma torção na ideia de que a inimizade é inerente e parte da “natureza” das pessoas que habitam as margens urbanas, sendo essa, efetivamente, uma imposição das narrativas hegemônicas que enlaçam as “maquinarias de guerra” e que se interpõem nesses cotidianos a partir do olhar colonizador lançado a esses/as sujeitos (BARROS; ALENCAR; SILVA, 2021). Essa imposição está no bojo da sustentação do que podemos chamar de cidade neoliberal-colonial.

O poeta Lipe da Silva, que participou de uma das edições do Sarau Urgente, ajuda-nos com algumas pistas sobre as contradições que erguem Fortaleza como uma cidade neoliberal-colonial, expressão que utilizamos aqui para falar das fronteiras impostas em cotidianos periféricos e dos processos que fazem-nas emergir como intransponíveis para existências subalternizadas. O poeta aponta essas contradições quando diz que as bibliotecas comunitárias fazem frente à lógica de políticas públicas para as periferias que, invariavelmente, envolve a morte:

Tamo aqui na luta pela #bibliotecanazária, pelas bibliotecas urgentes, que são espaços de muita alegria e de muito encontro, de muita transformação na vida de muita gente nas periferias de Fortaleza e que fazem frente a uma história de que política pública pra periferia só tem que envolver morte. Muito pelo contrário, as bibliotecas são espaços em que a gente consegue produzir vida, consegue produzir cultura, consegue produzir estratégias de bem viver pro nosso povo e são lugares que são fundamentais pra que a gente possa pensar outras perspectivas pra nossa cidade, pras nossas crianças (2021).

Perspectivar a cidade pelas periferias, pela produção de vida e de cultura e pelos encontros, como pontuou o poeta Lipe, requer que tracemos como as periferias urbanas têm sido pautadas pelas pessoas que as fazem cotidianamente, que no caso desta pesquisa são aqueles/as que, de forma rizomática, compõem as práticas de uma biblioteca comunitária livre. Isso requer que estejamos atentos/as ao modelo de cidade que é tensionado a partir desses perspectivismos periféricos, já que esta também mostra-se como uma maneira de pautar as periferias. Esse modelo, fundamentado no atrelamento colonial entre periferia e morte, foi denunciado por Lipe em sua fala sobre as bibliotecas comunitárias. Ou seja, as políticas de segurança pública, ancoradas na militarização ostensiva apontada pelo poeta, são um dos elementos que forjam isso que chamamos de cidade neoliberal-colonial.

Esse modelo de fazer cidade, contraposto pelas práticas das bibliotecas comunitárias, opera na produção de zoneamentos, calcados na ficcionalização de “inimigos”. (Mbembe, 2017). Localmente, esses/as “inimigos/as” são fixados/as como “envolvidos/as”, “piranguinhos/as”, “almas sebosas” etc, que são apenas algumas das pechas utilizadas para desqualificar e criminalizar moradores/as de periferias, pessoas negras e pobres, corriqueiramente associados/as ao tráfico de drogas consideradas ilícitas (BARROS; ALENCAR; SILVA, 2021).

Esses zoneamentos têm sido praticados pela imposição simbólica e concreta de fronteiras, desde aquelas produzidas pelas facções ligadas ao tráfico de drogas e armas em suas disputas territoriais, impossibilitando que moradores/as de um território “comandado” por uma facção “x” circule por um território de facção “y”, até as fronteiras que marcam a leitura de determinadas existências como humanas ou inumanas, isto é, as “zonas do ser” e as “zonas do não ser”, principalmente em se tratando de jovens precariamente inscritos na lógica varejista do tráfico (FANON, 2008; BARROS; PAIVA; RODRIGUES; SILVA ; LEONARDO, 2018; BARROS; ALENCAR; SILVA, 2021).

As fronteiras produzidas pelas múltiplas violências, apesar de aparentarem se contrapor, acabam por produzir um efeito comum, que é a fragmentação da cidade para sujeitos cujos direitos têm sido historicamente negados e violados (ROCHA, 2021).

Aqui caberia uma referência à história do nome de Fortaleza para falarmos dessas duas forças que engendram fragmentação, impossibilidade e morte, sustentando essa cidade neoliberal-colonial.

Segundo a história oficial, o embrião de Fortaleza teria sido a construção de um forte holandês. O forte, de nome impronunciável para muitos/as cearenses, erguido às margens do Riacho Pajeú, esteve no epicentro de disputas entre a colonização holandesa e a portuguesa. Ao

vencer os holandeses, os portugueses trocaram o difícil nome Forte de Schoonenborch por um mais aprazível à língua lusitana: Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Resguardadas as distâncias históricas do nome da capital cearense, arriscamos dizer que a violência urbana na Fortaleza contemporânea não só fabricam efeitos comuns como também partem de processos que se complementam. Esses processos são coordenados por uma colonialidade que gera lucro para uns poucos. A faccionalização é sustentada por uma lógica de empresariamento, visando ganhos econômicos, simbólicos e políticos. A “guerra às drogas” e suas experiências de “pacificação”, levantadas para tomar as periferias do “inimigo”, monetarizam a morte e o encarceramento em massa de pessoas subalternizadas por essa colonialidade (BORGES, 2018; BARROS *et. al.*, 2018). Ou seja, o que tem sido feito, em termos de políticas públicas para um enfrentamento desses zoneamentos, intrínsecos ao neoliberalismo, assemelha-se ao que os portugueses realizaram séculos atrás ao trocarem o nome do forte e ao fazerem permanecer o domínio da branquitude com a alternância do poder eurocentrado.

A lógica da violência tem convertido as margens urbanas em verdadeiros campos minados, dificultando o acesso, que já é precarizado, a serviços básicos como educação e saúde (CAVALCANTE; ALTAMIRANO, 2019). Minar as periferias e colocar seus/suas moradores entre o “fogo cruzado” da militarização, da faccionalização e da precarização induzida de suas vidas faz parte de um projeto necropolítico à brasileira sustentado por uma racionalidade neoliberal (BUTLER, 2018; BARROS, 2019; SEIXAS, 2020).

É importante salientar que, em diálogo com Michel Foucault (2010), compreendemos o neoliberalismo como uma racionalidade de governo e não como um motor unicamente econômico. É por isso que argumentamos que a imposição de fronteiras opera-se por um modo neoliberal e colonial de governar a cidade. Ou seja, as colônias contemporâneas das quais nos fala Mbembe (2017), são cidades neoliberalo-coloniais. Neoliberais porque assentam-se na revogação de direitos (menos Estado), na negação da cidade para quem não pode pagar, na lógica meritocrática de viver uma urbe militarizada (mais Estado securitário), faccionalizada, fragmentada etc. Coloniais porque privilegiam os/as ditos/as “cidadãos/ãs” em detrimento dos/as “não-humanos/as”, pautando-se na desumanização de pessoas que habitam suas periferias. Isso porque, silenciadas por esse processo, “as colônias são semelhantes às fronteiras. São habitadas por “selvagens”. As colônias não estão organizadas num modelo estatal e não criaram um mundo humano” (MBEMBE, 2017, p, 127).

O neoliberalismo, como corrosão das políticas e dos laços sociais, estabelece-se como uma marca da colonialidade ao fragmentar não só a cidade e as possibilidades de encontro,

fazendo com que as fronteiras funcionem como dispositivos de contenção de uma massa de “condenados” (FANON, 1979), mas também por deteriorar subjetividades, (des)subjetivando moradores de periferias como “selvagens”, como não-seres, como sujeitos que habitam o limiar de fronteiras minadas (MBEMBE, 2017; Fanon, 2008). Ou seja, a neoliberalização pode ser comparada a um cupim, que, de modo capilarizado, perfura o trabalho, a educação, as políticas públicas, os territórios, mas também as relações e as subjetividades, produzindo inimizade e perfurando a rede social de mãos que sustenta a vida (BROWN, 2019; BUTLER, 2018; MBEMBE, 2017).

4. 2 “O futuro das periferias é daqui a pouco”: Criando uma temporalidade poético-problematizadora

Talles Azigon, em uma carta em que me falava sobre a relação entre as periferias e o futuro, não hesitou em dizer que o futuro das periferias “é daqui a pouco”. Partindo de uma compreensão não-linear do tempo, o poeta fez coro com Ailton Krenak quando este apontou, em um contexto pandêmico de demasiadas incertezas, que “o futuro é aqui e agora” e que “o amanhã não está à venda” (2020, p. 06). Essas conexões nos remetem às observações que fizemos acima sobre a colonização que o neoliberalismo tem feito do tempo, principalmente no que se refere ao futuro da natureza e do curso da vida em sua multiplicidade, buscando fazer com que estes sejam etiquetados como moeda de troca nos pregões das bolsas de valores mundo afora.

Apesar de compreendermos a urgência de Krenak em dizer que não é possível vender o amanhã, a colonialidade tem nos mostrado que o futuro tem sido roubado de determinadas populações e territórios, sendo arregimentado a partir da especulação para a geração de lucros quando o dito “progresso” é diretamente proporcional à piora das condições de vida de indígenas, negros/as, mulheres, LGBTQIA+, pobres, periféricos/as, etc. A mão *invisível* do mercado, por mais que não preze por incertezas quanto às suas próprias negociatas político-cambiais na troca de cadeiras de chefias do executivo de nações das periferias do capitalismo, tem tornado vidas subalternizadas em um acúmulo de expectativas negativas, além de crescer assustadoramente com a insegurança dessas populações diante da vida.

Como nos lembra Davi Kopenawa (2015), “o desejo de mercadoria” tem feito das cidades verdadeiros epicentros patogênicos no “sistema céu-terra” a partir do esfacelamento de modos de vida não-hegemônicos. Esse desejo desenfreado de transformar tudo em mercadoria tem lançado mão do futuro como algo lucrativo e, portanto, passível de ser vendido. É nesse

processo que as periferias, além de terem suas populações enquadradas pejorativamente como “sem-futuro”, têm sido roubadas de seu tempo, seja o passado, quando suas memórias são apagadas e silenciadas, seja o futuro, quando vidas são ceifadas e possibilidades criativas, minadas. Sobre isso, Talles disse em carta que o “roubo do amanhã” arquitetado contra as periferias também é eminentemente linguístico e simbólico:

Nós estamos sendo roubados. Estamos sendo roubados de tempo. Não falo de futuro especificamente, porque o tempo é uma categoria mítica, física, narrativa, poética. Se a gente for pensar a nossa vida, o nosso cotidiano, a gente pode pensar por diversas perspectivas, mas eu acredito que a perspectiva da poética, da narrativa, hoje, ela fica cada vez mais evidente. Se em algum momento a gente recorreu à razão e antes disso a gente recorria à divindade para justificar determinadas coisas, hoje, a gente recorre às narrativas. A gente diz que tudo é uma questão de narrativa; pensando nesse jeito, a categoria de futuro, passado e presente são categorias narrativas. Se eu falo futuro, eu tô falando isso também como narrativa, uma criação de linguagem. Nós estamos sendo violentados e violentadas com as questões das desigualdades e do capitalismo, mas não só do capitalismo e das desigualdades sociais, mas também pela perspectiva desse mundo branco que move todas essas engrenagens. Nós estamos sendo violentados e violentadas quando nos é ensinado que não podemos imaginar o futuro (Carta de Talles Azigon, 2022).

Consideramos relevante frisar a associação que Talles fez entre futuro e imaginação, porque Freitas e Messias (2018), quando refletem sobre o afrofuturismo nos movimentos artísticos e críticos negros, perguntam-se: “como a comunidade negra diaspórica que teve deliberadamente o [...] passado roubado e apagado pela escravidão consegue, sem esse acervo de imagens, vislumbrar futuros?” (p. 04). A pergunta parece ser paralisante, porém com ela conseguimos construir um sul: para além de fazermos ressonância com a voz de Krenak (2020) quando ele clama para que o amanhã pare de ser vendido, é preciso recuperarmos o passado, que continua sendo roubado por operações colonialistas que o revisitam e o revisonam para ratificar sua versão, apresentada como “história única” da modernidade e da própria humanidade (ADICHIE, 2019).

Em uma das rodas de conversa que ajudamos a criar com Talles, nomeada de *Ó Uz Papo*, inventada com o intuito de conversarmos sobre temas de interesse de adolescentes e jovens que a biblioteca vem acompanhando desde a infância, o futuro virou tema central.

Na conversa que tivemos com Talles para pensarmos a metodologia dessa atividade, partimos do pressuposto de que era necessário deslocar a ideia de adolescência como um projeto, fazendo frente à compreensão de que a realização e produção de modos de vida significativos só podem ser alcançados pela adultez. Para não cairmos nessa lógica, de matriz adultocêntrica, ao invés de perguntarmos “o que você quer ser quando crescer?”, algo que também está muito mais ligado a uma ideia de profissão/trabalho, utilizamos uma frase geradora

para trazer a possibilidade de pôr em questão o “futuro”: No futuro queremos fazer... A escolha dessa questão foi pertinente, porque como observou Talles, as pessoas que habitam as periferias “têm sido tolhidas de futuro”, o que nos convoca a pensar como adolescentes e jovens lidam com essa questão.

Dentre muitos sonhos desenhados na cartolina que disponibilizamos para os/as adolescentes e jovens tecerem seus desejos para o futuro, ganhavam destaque escritos que apontavam para futuros sem LGBTQIA+fobia e sem racismo. É interessante observar como esses/as adolescentes e jovens dão um sentido coletivo, social e político para o futuro, evidenciando que violências estruturais minam sonhos e que para sonhar também é preciso lutar por condições dignas de existência.

O futuro coletivo, traçado pelas mãos desses/as jovens, é um futuro que requer um presente combativo porque desse combate depende a própria vida. Isso nos remete aos questionamentos de Freitas e Messias (2018) sobre o vislumbre do futuro e a necessidade de um “acervo de imagens”, assim como a necessidade de recobrar para si a capacidade poética de fazer a vida problematizando as amarras do racismo, da LGBTQIA+fobia e de outras violências que dificultam e, muitas vezes, impedem que se sonhe.

Os sonhos “individuais” escritos na cartolina do futuro, como “ser médica”, “ter um bom emprego e ajudar a mãe”, “ser jogador de futebol”, “ser uma grande cientista”, etc, estavam intimamente ligados aos sonhos coletivos que clamavam por “paz”, “respeito às diferenças” e “mais amor”. Tais sonhos se atravessam e inventam um futuro comum. Dizemos isso, pois, durante as reflexões realizadas a partir dos sonhos, Talles lembrou que “nas periferias ninguém sonha e nem faz nada sozinho”. Primeiro, porque a prática da partilha é um *ethos* que habita as margens. O sonho de “ser uma grande cientista” de uma jovem também é o sonho de uma comunidade. Segundo, porque realizar coletivamente se faz necessário diante de situações de privação induzidas pelo neoliberalismo (BUTLER, 2018). Nenhum/a morador/a de periferia chega em um espaço que lhe foi historicamente negado e roubado sem uma ancestralidade e uma coletividade que sonhou e sonha junto.

Ainda sobre o roubo do passado-presente-futuro, é preciso compreender que ele esconde as outras faces das moedas da modernidade e das democracias liberais, que se sustentaram e vêm se sustentando pela lógica predatória e pela desumanização e descartabilização daqueles/as que são responsabilizados/as e culpabilizados/as pela perda de seus lares, de seus direitos ao próprio corpo e de seus estatutos políticos (MBEMBE, 2017). Sobre esse processo, poderíamos cruzar as vozes de Talles e Mbembe e dizer que o assalto realizado por essa lógica “civilizatória”, calcada na inimizade, tem operado na perda do estatuto político do sonho e da

imaginação de pessoas tratadas como desimportantes. Afinal, pode o/a subalterno/a sonhar? De que matéria é feito o sonho quando não se tem o luxo de não problematizar as próprias condições de vida? Como sonhar e combater? Como delirar e lutar?

Podemos encontrar algumas pistas para essas perguntas com as invenções realizadas pelo afrofuturismo. Esse movimento, cuja expressão foi cunhada na década de 1990 por Mark Dery, aparece com o intuito de vislumbrar criações artísticas de afro-americanos/as que vêm experimentando futuros possíveis para as populações negras por meio da ficção (FREITAS; MESSIAS, 2018). De modo geral, o contexto dessas criações está envolto pela tecnocultura do século XX (DERY, 1994). Todavia, isso não quer dizer que o afrofuturismo esteja limitado a fazer com que pessoas negras ocupem a tecnocultura e a ficção, espaços historicamente negados a essas populações, algo que poderíamos enxergar como um sintoma de que àquelas é negado o direito à imaginação. O afrofuturismo como possibilidade estaria primordialmente voltado para os processos que narram o passado-presente-futuro. Nas palavras de Souza (2019):

Quando há narrativa, o afrofuturismo pode mudar o passado, elevar a imaginação para além das convenções da realidade, questionar os problemas do presente e criar outros parâmetros de expectativa para pessoas negras. Pode utilizar a ficção como ferramenta para resgatar passados sistematicamente apagados ao mesmo tempo em que projeta futuros, mesmo que o pensamento sobre o futuro seja algo prejudicado pelas amarras do racismo (p. 34).

O pensamento de Souza (2019) se conecta ao de Talles, pois para este o futuro negado às periferias também evidencia a negação à narrativa que a essas territorialidades é imposta. Arelado a isso, o poeta cearense narra que o futuro é logo ali, ou melhor, logo aqui e agora, argumentando que as periferias, apesar de silenciadas pelo “mundo branco” (FANON, 2008), vêm fazendo de seus cotidianos o seu jogo de ficção e realidade:

Vivemos no presente e o futuro é daqui a pouco. Uma vez uma pessoa disse assim numa mediação de leitura que tavam sendo usados meus poemas, ela disse: “Ah, eu gosto desses poemas. Esses poemas aqui são uma espécie de resposta”. Eu também vejo assim. Nunca tinha pensado nessa perspectiva dessa mãe que participou dessa atividade, de que os poemas poderiam ser uma espécie de resposta. A lógica da resposta vem daquilo que virá e esse virá é o futuro. Talvez, pra gente, que somos dos movimentos de periferias, pras pessoas que são das bibliotecas comunitárias e pras pessoas que não participam de movimento nenhum mas que nasceram nas periferias e que estão sob essa lógica, o futuro é muito mais próximo do que imagina, porque o momento do futuro também é o momento de mudar a narrativa, é o momento de mudar uma história dita e isso tá latente. O futuro é logo já porque a gente tá mudando a estrutura que diz o que a gente deve ser. Esse é o futuro-presente (Carta de Talles Azigon, 2022).

Citamos o afrofuturismo como uma possibilidade para encontrarmos pistas para falar da importância de narrativas das periferias que envolvam a multiplicidade de temporalidades

por compreendermos que, a partir da noção do que Souza (2019) chama de “futuro ancestral”, seria possível entrevermos algumas das invenções realizadas no âmbito da Livro Livre Curió como respostas aos modos com os quais as periferias se projetam, se reconhecem, se narram e se transformam. Um desses modos tem sido encontrado em práticas literárias das periferias, isto é, no fazer cotidiano que forja as periferias como “lugar de futuro” e “lugar do futuro” por meio de literaturas e oralituras.

No *Grupo de Poesia* organizado por Talles, e do qual participamos compondo, o viés poético das literaturas eram considerados e desejados, ao mesmo tempo em que atos que problematizam o mundo eram elencados como uma linha de invenção necessária à prática poética. Talles compartilhava com o grupo: “A poesia cria o mundo, porque vem de poiésis, poiésis é fazer. Que mundo a gente quer fazer com a nossa ação poética? Que mundos a gente deseja criar?”. Ao nos enveredarmos por essas perguntas, chegamos à ideia de que a temporalidade futuro, o devir, a invenção e a prática poética de vislumbrar outros mundos andam de mãos dadas com a problematização e a destruição deste mundo. É preciso escrever contra este mundo. Quando Ailton Krenak (2019) diz que o fim do mundo precisa ser adiado, ele está se referindo a um mundo ancestral com o qual necessitamos aprender, porque o mundo colonizado, tal como é, não pode ter seu fim protelado. É necessário antecipar o fim deste mundo colonial e a prática poético-problematizadora é convocada a participar do movimento que o fará ruir.

A poética, de acordo com Tatiana Nascimento (2016), além de ser lugar de denúncia, é lugar de delírio e de sonho no campo da resistência. Walidah Imarisha (2015) potencializa esse pensamento quando diz que as populações negras do contemporâneo são fruto do que um dia negros e negras sonharam e tiveram que realizar por meio de lutas infundáveis. Não queremos dizer com isso que a situação atual dessas populações, que, de modo prevalente, habitam as periferias, pode ser romantizada e as violências que se lhes impõem, relativizadas. Mas queremos lembrar, com Imarisha (2015), que sonho e combate, entremeados, tem tornado possível pensar que o “futuro seja logo ali”.

Para Talles, esse futuro-presente se faz realidade quando “o mundo é lido a partir da vivência de pessoas das periferias”. Segundo o poeta, isso acontece quando o mundo passa a ser lido e ouvido a partir da história de pessoas como Conceição Evaristo, Mano Brown e pelos/as diversos/as poetas de periferias que “estruturam a vida” pela palavra, pois como nos aponta Audre Lorde “a poesia não é apenas sonho e imaginação; ela é o esqueleto que estrutura nossa vida. Ela estabelece os alicerces para um futuro de mudanças, uma ponte que atravessa o medo que sentimos daquilo que nunca existiu” (2019, p. 43). Na senda de ultrapassar o medo

daquilo que não existe e utilizar a raiva como ferramenta de luta e transformação, Talles traça um futuro a partir de uma ameaça em um dos poemas que compõem o livro *Saral 2*:

nós iremos destruir vocês/ pode demorar dois séculos/ até mais, mas iremos destruir/
passando muitas vezes/ por cima de vossas carcaças/ essa gente preta, vermelha/
moura, armadas com cimitarras/ cavalgando éguas e potros/ rompendo pelos sertões/
chapadões e pantanais/ chegará tal qual/ chuvas tempestade/ e irá destruir vocês,/ sem
conciliações/ o dna é indestrutível/ Dandara, Carolina, Malcon X, Marielle/ estão
cozinhado no sangue/ dos futuros que virão/ para destruir vocês [...] (2018, p. 28).

Não haverá futuro sem uma raiva emancipadora, lembra-nos Audre Lorde (2019). Às populações negras e periféricas tem sido negada a imaginação, o futuro e também o direito de demonstrar raiva ante as mais variadas injustiças que lhes são perpetradas. É por isso que a raiva também comparece no ato de pautar periferias urbanas. O uso político da raiva, por aqueles/as ao qual ela tem sido negada, não pode ser considerado irrelevante e nem deve atender aos apelos do mundo colonial quando este assevera que as margens devem conter sua violência, justificativa forjada para violar existências periféricas. As margens são violentas, como nos diz Bertold Brecht (2012), porque existe um rio de opressão que as comprime. Não confundamos o amor, que também tem sido usado como imagem e narrativa para pautar as periferias, como uma inabilidade para produzir enfrentamentos necessários à sobrevivência, pois o amor também é combativo, poético e problematizador. O amor, assim como a raiva, que lhe constitui, é eminentemente político.

É preciso doses de raiva, amor e imaginação para tecer um “futuro ancestral” e um “mundo ancestral” (SOUZA, 2019; KRENAK, 2019). Só assim faremos os messias verem a volta do mundo, como desenha Talles Azigon (2021) em seu poema “o messias vê a volta do mundo”:

todos os seres e coisas/ que esmagamos por serem/ menores que nós/ todos os filhos
abandonados/ todos os segredos não revelados/ todas as consequências iminentes/
todos recados dados anteriormente/ e os índices que previam/ e os dossiês que
analisavam/ e as obras de arte que antecipavam/ virão/ o fim é sempre próximo (p.
57).

4.3 “A biblioteca não é feita só de acervo, é de gente...”: Dispositivo-memória na criação de narrativas de insurgência

“Nessa sala aqui colocaram esses 11 relógios. 11 horas diferentes. Uma bem *pertin* da outra. Tu sabe, né?”, perguntou Aryanne cerrando os lábios e olhando para mim prolongadamente com os olhos marejados. A resposta à pergunta de Aryanne ficou tentando encontrar uma saída do labirinto da minha garganta, comprimida pela tristeza e pela revolta. As

horas próximas, registradas em quatro territórios, denunciavam o ato coordenado no assassinato de 11 adolescentes e jovens no que ficou conhecida como Chacina do Curió, ou Chacina da Messejana. Antes de entrar na sala das horas, passamos por um corredor, cuja parede havia sido usada para expor as fotografias dos meninos. Os registros mostravam cenas do cotidiano. Bebês nos colos de suas mães, crianças bambeando em suas bicicletas, aniversários, formaturas, jovens entre jovens, sorrisos, olhares fixos para as câmeras, como se olhassem para as futuras linhas de suas vidas. Todas essas imagens destoavam das reportagens dos programas de televisão em suas matérias sobre o caso.

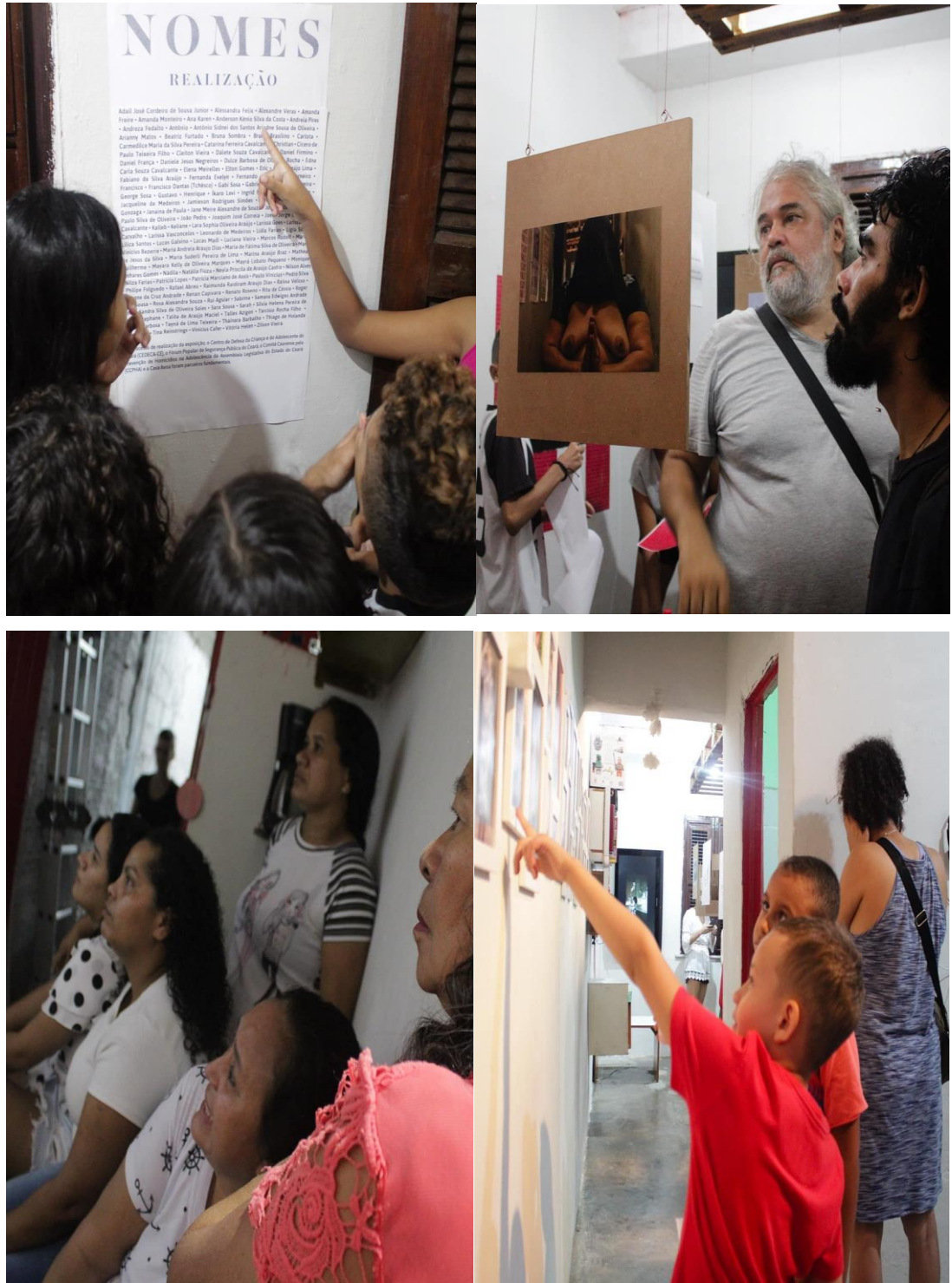
As 11 horas eram cifras para a necropolítica, não eram nomes, nem crianças bambeando em suas bicicletas, nem jovens entre jovens, nem filhos, nem primos, nem amigos, nem amores. As 11 horas, para a necropolítica, eram as horas das estrelas dos ninguéns (LISPECTOR, 2017; GALEANO, 2011).

Entre as lembranças das trajetórias dos meninos assassinados, misturavam-se imagens de moradores/as do Curió. Pés ligeiros em torno da bola no campinho de terra batida, os seios fartos à mostra, a vida farta não querendo ser escondida, outros jovens, outras mães. “Poderia ter sido eu” ecoa quando vejo esse itinerário de histórias se entrecruzando. “Poderia ter sido eu”, em *looping*, circulava entre as periferias de Fortaleza. Essa era uma das frases que mais se ouvia de amigos e de pessoas próximas às vítimas, mas também de jovens de outras quebradas que na mesma noite ocupavam as calçadas, partilhando conversas e redes de *wi fi*.

“Somos todos envolvidos” foi o título dado por jovens da Barra do Ceará a uma zine construída coletivamente com o Vieses após uma roda de conversa sobre homicídios juvenis. O jovem “envolvido” é a ficção útil usada para regular o “zoneamento” que fabrica espaços marcados pela exceção, exclusão e aniquilação de sujeitos considerados “dessemelhantes” (MBEMBE, 2017; BARROS *et. al.*, 2019). Mas essa é uma expressão que também pode ser lida como uma convocação para nos “envolvermos” por memória e por justiça. Era assim que as imagens estavam: todas envolvidas naquela trama-re-existência (ACHINTE, 2017).

Alguns poemas faziam morada naquela exposição. Num deles, Vitoria Helen (2020) trazia um desenho verbal de um “corpo perifa” em trânsito: “corpo cansado/ lugar de sangrar/ corpo perifa/ corpo em trânsito/ que não entende/ que não pode entender/ que pausa também é movimento” (2019).

Imagem 10: Abertura da *Exposição Nomes*



Fonte: Arquivo da *Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária* (2020)

O relato que fizemos acima tenta recriar nossos passos dentro da exposição *Nomes*, que tive a possibilidade de conhecer a partir da apresentação de Aryanne Matos. Essa exposição, cujo intuito era narrar as histórias das vítimas da Chacina do Curió e de moradores/as do Curió, teve sua primeira passagem pelo Sobrado Dr. José Lourenço, equipamento da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult), no centro da cidade. Todavia, a que acabamos de percorrer foi realizada na Livro Livre Curió e contou com a participação de muitas pessoas que integram a biblioteca, de organizadores/as a crianças e jovens que também a fazem.

Na conversa que tive com Aryanne, enquanto ela me apresentava a exposição, refletimos sobre o quão significativo era realizar *Nomes* no próprio Curió, um dos bairros em que houve vitimizações letais e que deu nome a essa que foi uma das maiores chacinas da história do estado. Ela dizia: “Ainda mais que a primeira exposição aconteceu no centro. A gente precisa trazer o centro pra cá também. Eles precisam aprender a escutar a gente narrando as nossas histórias, porque aqui é a gente falando pela gente”.

O modo como Aryanne falava, com seus olhos marejados, confundia-se com o jeito com que as mães das vítimas nos vídeos instalados na biblioteca contavam as histórias de seus filhos. Existia algo que conectava todas as vozes e olhares. Como dito, havia um sentimento que pairava sobre as periferias, o sentimento do “podia ter sido eu” ou “podia ter sido alguém da minha família”. No entanto, para além dessa sensação de enlutamento coletivo e medo de um passado que poderia se repetir e efetivamente se repetiu em outras chacinas pelo Ceará, a exposição também tecia uma espécie de memória coletiva (Halbwachs, 1990) das periferias, porque era preciso não esquecer e não fazer esquecer aqueles nomes que quiseram transformar no número 11: Antônio Alisson Inácio Cardoso (17), Jardel Lima dos Santos (17), Álef Sousa Cavalcante (17), Marcelo da Silva Mendes (17), Patrício João Pinho Leite (16), Jandson Alexandre de Sousa (19), Francisco Enildo Pereira Chagas (41), Valmir Ferreira da Conceição (37), Pedro Alcântara Barroso (18), Marcelo da Silva Pereira (17), Renayson Girão da Silva (17).

A autoridade institucional nos ensinou a “manipular” e a “dominar” a memória por meio de um “modelo clássico bem conhecido: consiste na recitação da lição decorada” (RICOEUR, 2007, p. 75). Passamos a reconhecer de cor e salteado as ditas “histórias oficiais”, duvidando, muitas vezes, da memória produzida pelos fios não oficiais da história universal. Mesmo que “de cor” signifique “de coração”, fomos induzidos/as a contrariar o que dizem nossos corpos sobre as nossas próprias histórias. A manipulação da memória, nos termos de Ricoeur (2007), requereu, e ainda requer, o apagamento do “corpo periférico” da Vitória Helen (2020). A manipulação oficial reclama para si o direito exclusivo de realizar a narrativa do

“acontecimento, em especial suas implicações políticas, sociais e econômicas. Essa narração tem sua própria estética, de tipo colonial. A memória, então, fica relegada a se assumir como um exercício de interpretação subjetiva de aspectos menores [...], face à sua não cientificidade” (SCHLENKER, 2019, p. 04).

O dispositivo-memória, entretanto, segue produzindo re-existências ao criar narrativas insurgentes sobre e, principalmente, *com* territorialidades periféricas. A própria prática da memória erige-se como uma re-existência. Como disse Talles, em comentário sobre a exposição *Nomes*: “Memória não é só pra não esquecer, é pra saber o que a gente pode ser”. Aqui o poeta embaralha as temporalidades e permite que façamos uma inferência da memória como acionadora de devires. Praticar memória é praticar possibilidades e, portanto, futuros. É nesse sentido, de quebra temporal frente à marcação e captura do tempo pela colonialidade, que um “futuro ancestral”, tal como Souza (2019) nos inspira a pensar, abre-se e permite que o habitemos. Não há futuro sem memória, e vice-versa. Recobrar a capacidade de enunciação do passado é um movimento de disputa pelo entre-tempos, que chamamos presente, porque apenas com um corpo-presença conseguiremos alçar mão da imaginação para habitarmos concomitantemente o passado-presente-futuro.

5. “A GENTE DAS QUEBRADA EXISTIR JÁ É UMA PERTURBAÇÃO DA ORDEM”: VIDAS PERIFERIZADAS NA PRODUÇÃO DE MULTITERRITORIALIDADES

5. 1. Abolindo “as catracas das nossas vidas”: Juventudes arteiras em cena

Era dia de finalização do curso de audiovisual no Curió. Na penúltima aula, passamos a tarde toda mexendo em câmeras e tripés, enquadrando e desenquadrando nossas próprias imagens. Aquele exercício fez-se necessário devido à proposta para o fechamento do curso: a gravação de vídeos e a fabricação de algumas fotografias para a divulgação do *Festival Tarará*, organizado pela Livro Livre Curió. Tal evento fora gestado a partir de uma conversa entre Talles Azigon, Daniel Firmino, Má Dame e Mateus Fazen Rock. “O que eu acho massa é que, nos últimos anos, coletivos, bibliotecas e saraus têm organizado festivais assim e é sempre delicioso ver nossa galera integrada. É um espaço de compartilhamentos”, disse Talles em entrevista ao jornal sobre o evento que movimentou a cena artística e cultural de Fortaleza (DIÁRIO DO NORDESTE, 2020).

Má Dame e Mateus nos aguardavam na CasAvoa para a sessão de fotos e vídeos, que seriam postados nas mídias da biblioteca e no *Instagram* do *Periferia em Pauta*. Como havia sido dito por Talles no primeiro encontro do curso, “a gente quer[ia] comunicar nossos eventos de periferias pras periferias” e nosso grupo estava se movendo em torno disso.

Enquanto organizávamos os equipamentos no quintal, onde aconteceria a gravação de uma curta entrevista com a *rapper* Má Dame e o músico Mateus Fazen Rock, outros/as jovens apinhavam-se em frente à biblioteca para fotografar. Uma bandeira-arco-íris, com a qual a *rapper* se vestia e brincava ao lado do jovem cantor, e os conhecidos passarinhos pintados na parede da CasAvoa completavam o quadro: poetas que musicam cotidianos das periferias posando para a divulgação de um festival periférico.

Eram jovens poetas de outros territórios desenhando uma *mermazária* (SILVA, 2019b) e *pousando* para cantar *com* o Curió, território em que habitam por meio de comunalidades praticadas na disputa pelo cotidiano e pela cidade. A biblioteca comunitária, nesse caso, seria um “intercessor de juventudes” de distintas periferias, ou as juventudes seriam “intercessoras de periferias distintas”? O que fica evidente é a invenção de espaços comuns a partir do encontro-intercessão de jovens, desde o diálogo em que surgiu a ideia do festival, ao curso de audiovisual que teve como finalização a divulgação desse evento.

Segundo Deleuze (2000), não há obras sem intercessores, que são uma criação. O que remete de modo precípua ao conceito deleuzo-guattariano de *intercessão* é o verbo interceptar e “suas conotações de deriva, devir, desvio” (RODRIGUES, 2011, p. 236). Interceptar aqui seria um sinônimo para a captura e para uma espécie de roubo criativo. Roubar opõe-se à imitação (DELEUZE; PARNET, 1998). O roubo possibilita que usos improváveis e desviantes de algum conceito, pensamento, imagem, narrativa, lógica, etc. sejam suscitados. É o próprio Deleuze, em roubo frenético de conceitos com Parnet (1998), que lembra que Bob Dylan poetiza ser um ladrão de pensamentos.

Quando apostamos no encontro com juventudes, o pensamento hegemônico de que há *uma juventude* é interceptado. Isso acontece porque, a partir do encontro, que produz devires e intercessões, entramos em contato com pluralidades de movimentos e existências, agindo poeticamente como Dylan e fazendo desvios em relação à imagem rígida de jovem como sendo branco/a, de classe média, morador/a de territórios tidos como nobres, cis, heterossexuais, cristãos/ãs. É necessário, portanto, desviar dessa imagem homogeneizadora do que é “ser jovem”, como também é preciso desmontar as racionalidades que marcam juventudes de periferias a partir de signos e expectativas que as inferiorizam.

Os intercessores, por serem sempre múltiplos, inspiram-nos essa imaginação-cena do desvio de juventudes de periferias das estigmatizações que as (des)subjativam como risco, problema e perigo (DIÓGENES, 2020). Assim, compreendemos que roubar esses dispositivos dominantes que narram esses/as que são fundados/as como outro/a diz sobre a necessidade de apropriação e, portanto, interceptação de um roubo estruturante do “mundo branco”, que também podemos chamar de “roubo ontológico”, herança da colonização e operador contínuo da colonialidade ao posicionar determinadas vidas em uma *zona do não ser*, tendo como regra a violência que lhe é inerente (FANON, 2008).

Quijano (2005), ao falar sobre o eixo da colonialidade do ser, traz a dimensão ontológica que opera na animalização e desumanização dos/as que não se enquadram na humanidade eurocentrada, ou na *zona do ser* (FANON, 2008). Pautamos isso para criar problema com Deleuze, para enrabá-lo, para lembrarmos que o “pertencimento” e o “reconhecimento” que faz cerca, cerceamento, silenciamento e apagamento também se faz a partir de um roubo, que é um roubo de vozes, imagens e territórios existenciais diversos. Ou seja, a modernidade é fruto de saqueamentos, assim como os discursos que posicionam *a juventude* brasileira como uma massa homogênea estão fincadas no sequestro de pluralidades juvenis.

Depois do ensaio fotográfico a partir do qual pensamos essas juventudes, quando já havíamos encontrado um lugar para realizar a gravação, um dos jovens que integrava o *Periferia em Pauta* elaborou de improviso algumas questões para usar na entrevista com os/as artistas. Severino escolheu nosso grupo para gravar as primeiras cenas com Má Dame. Eu fui o primeiro a operar a câmera com o tripé e outro jovem usou a câmera livre para fazer imagens complementares.

Má Dame falava sobre as cenas artísticas das periferias de Fortaleza, apontando as condições para ser artista e jovem na cidade. A *rapper* dizia que, para “colar nos festivais e saraus” que acontecem na capital cearense, pular catracas tornava-se uma prática imperativa, dadas as condições de impossibilidades produzidas por uma lógica urbana extremamente desigual. Ela afirmava isso de modo metafórico, denunciando os diversos impedimentos interpostos nos cotidianos de juventudes pobres, negras e periféricas, mas também de maneira literal, ao apontar a não-mobilidade urbana de determinados corpos como um entrave para a construção de uma cidade partilhada: “As catracas tão ali. É um lembrete de que não querem que a gente ultrapasse aquela linha. Se a gente não se atreve a ultrapassar, também não faz o nosso. Essas catracas são reais?” Sim! Metaforicamente ou não, a gente é impedida de circular”, concluiu a poeta.

Quando foi a vez do outro grupo gravar, Mateus Fazeno Rock, a partir da sua música *Missã Negra*, complementou o que Mã Dame havia falado: “*Missã Negra* fala sobre o pessoal das *quebrada* indo pra praia no domingo. A nossa missã é na praia. A gente passa a semana todinha trabalhando, ralando, dando duro e tentam tirar nosso único lazer.”

Trazer questões relacionadas ao cotidiano de juventudes periféricas que caminham com a arte em uma discussão sobre como periferias urbanas são pautadas nas ações de uma biblioteca comunitária faz-se pertinente na medida em que possamos problematizar as condições de desigualdade que são impostas nas vidas desses/as sujeitos/as. Principalmente, quando notamos que tais vidas juvenis, marcando aqui a diferença dessas juventudes em relação à raça e ao território, têm sido concebidas e lidas genericamente como categoria etária, como um “vir a ser” relacionado a uma preparação para assumir determinadas “funções sociais”, implicando em uma noção de juventude como “falta”, como “fase natural” do ciclo da vida e como representação de rebeldia, crise e risco social, isso para falar apenas de perspectivas com conotações negativas, já que também há uma expectativa social em relação a um modelo de juventude como aposta para a resolução de problemas estruturalmente impostos (BARBOSA, 2021).

Juventudes periferizadas e pauperizadas têm sido alvos históricos de intervenções por parte dos mais variados atores da sociedade. Silva Junior e Mayorga (2019) lembram-nos que, no passado, eram os/as jovens atrelados/as à periculosidade que apareciam como principais responsáveis pelas inquietações da governamentalidade e que, no presente, essa figura é “protagonizada” por jovens ditos/as inativos/as, mais popularmente reconhecidos como “*jovens nem nem*”, por não estudarem, nem trabalharem e nem procurarem emprego. Em ambos os casos, que em nossa leitura não se excluem mas ampliam o espectro de apagamento das desigualdades como um processo de precarização induzida (BUTLER, 2018), os alvos continuam sendo as juventudes de periferias, pobres e negras. Isso porque, em uma visão estigmatizante, que traz em seu bojo um entendimento de “pobre virtuoso” e “pobre vicioso” (Coimbra, 2001), aquele/a jovem que nem estuda e nem trabalha é tido como potencialmente perigoso, insígnia que não recai sobre jovens brancos de classe média alta, por mais que não estudem, nem trabalhem e nem procurem emprego.

5. 2 Vozes e territorialidades LGBTQIA+: O devir-bixa-sapa-trans de uma biblioteca comunitária

“A biblioteca sai do lugar. Não! É além disso. A biblioteca inventa lugares.” Escutei isso enquanto me acomodava no sofá vermelho da sala da biblioteca. Mal comecei a conversa

com o poeta e ele já veio com suas peraltagens: “Se você vai num sarau, você diz no outro dia “ah, eu tava no sarau”. O que é isso, “eu tava no sarau?” É território. O sarau, o festival, o rolezinho... tudo isso que a gente faz é território. A biblioteca num é apenas um espaço físico, ela é o lugar que a gente cria pra ser possível estar”, disse Talles com gestos ou arabescos desenhados com as mãos, à moda de Adélia Prado em suas experimentações sacro-profanas em poesia (2016). Esses desenhos no ar disputavam a minha atenção com os livros e com as cores dos esmaltes de Dona Ritinha nas prateleiras, que guardam as ferramentas de um dos seus ofícios.

Eram muitas veredas de prosa para caminhar. Mas o que ganhou corpo mesmo na minha imaginação foi aquela biblioteca saltitante, com pernas e tudo o mais, indo de um canto para outro. Saltitante porque a biblioteca comunitária é também o corpo das pessoas que a fazem. O corpo produz territorialidades (HISSA; MAGALHÃES, 2013). Afirmamos isso inspirados no que fala o malinês Hampâté Bâ sobre os/as anciãos/ãs serem bibliotecas vivas (2013). No entanto, não são apenas os/as anciãos/ãs que notamos construindo lugares “pra ser possível estar” (sic). Jovens, adolescentes e crianças também atravessam e oralizam a cidade. Alguns/algumas deles/as passavam pelo corredor para realizar um *upload* da cozinha da biblioteca enquanto eu conversava com Talles. Era como se a biblioteca estivesse fazendo caminho para conectar-se com outros mundos.

Reiteramos que o corpo produz territorialidades deslocando-nos de conceituações eurocêntricas, principalmente as anglo-saxônicas, que priorizam as propriedades jurídico-políticas para ver e falar sobre território (HAESBAERT, 2021). Esse deslocamento vai de encontro com os tensionamentos epistêmicos latino-americanos que questionam uma problematizam as heranças do modelo capitalista extrativista moderno-colonial, e enfatizam a defesa da própria vida em torno dessa questão do território (HAESBAERT, 2021). Ou seja, fazemos ressonância com a frase “o lugar que a gente cria pra ser possível estar” (sic) com o intuito de produzir atenção (KASTRUP, 2010) para o modo como coletivos e movimentos de periferias vêm concebendo as suas existências e como estas se entrelaçam aos seus territórios e/ou como, a partir dos territórios, suas existências são engendradas. Se há a necessidade de constituir territórios que possibilitem a existência é porque têm havido operacionalizações que segregam sócio-espacialmente as populações pobres, negras e periféricas, destituindo-as de seu estatuto político, de seus lares e de seus corpos, formando aglomerados humanos de exclusão que partem de amplos processos de precarização territorial (MBEMBE, 2017; COSTA; BARROS, 2020; HAESBAERT, 2021).

Pensamos, portanto, que, ao nos depararmos com um poeta falando da urgência na invenção de territórios a partir das mais diversas culturas de periferias, dando ênfase às ações da biblioteca comunitária, torna-se pertinente termos em discussão tanto a precarização, a instabilidade e a contenção territorial (HAESBAERT, 2021) presentes nesses contextos, quanto a necessidade de transmutar territórios instituídos em territorialidades instituintes. Ou seja, as periferias urbanas têm sido pautadas, à margem dos discursos tidos como oficiais, como territorialidades em que práticas cotidianas (CERTEAU, 2014) disputam politicamente não apenas *nos* espaços urbanos, como se esses fossem meras plataformas para a reunião de corpos para as suas reivindicações diversas, mas disputam precipuamente pelos próprios espaços, fazendo com que a luta política seja uma luta pelo território e com que a luta pelo território seja uma luta por existência (BUTLER, 2018).

Naquele momento, Talles cumprimentava de soslaio os/as jovens que passavam e, como uma biblioteca viva, voltou o olhar novamente para a nossa conversa, iniciando uma tessitura de memórias sobre um tempo em que, para se divertir, era necessário ir ao centro de Fortaleza, acrescentando que “Ser viado tinha que ser longe da comunidade”. Chegamos até esse ponto porque eu falei sobre a pesquisa que realizei em 2019, em que acompanhei coletivos LGBTQIA+ na construção de uma rede que buscou fortalecer eventos artístico-políticos de periferias, mas também porque falamos sobre os saraus e os festivais organizados pela biblioteca como um lugar inventado. Talles, com suas memórias, foi anunciando que não era mais preciso sair do Curió nem para se divertir e nem para existir. Não era mais imperioso ir ao “centro” para ser “viado”. “Não que os outros espaços também não sejam pra gente, mas fazemos nossos rolezinhos por aqui também”, ressaltou.

A fala sobre continuar fazendo rolezinhos pelos espaços da cidade que são elencados como “centro” e a circulação entre eventos de periferias nos levam à conversação com Talles em que o próprio sentido de “centro” e de “periferia” aparecem como algo que deve ser problematizado:

Essa questão da dualidade entre centro e periferia é que ela é vista de uma maneira errada. Não é o centro o principal e a periferia o secundário. É a periferia que está em torno desse centro, ela é o principal. O centro é só um ponto, entende? É só um ponto dentro dessa coisa grande, desse ecossistema gigante. Então, o desafio de travar esse debate é primeiro desafio de tentar dizer pros alunos, pros pesquisadores, a coisa primeira que é essa. Periferia não é uma coisa cravada, essa identidade onde você vai ver um menino andando de skate e cantando hip-hop. Porque tu vai lá no Jangurussu, tu vai lá no Pirambu, tu vai lá no Curió, vai lá no Canta-Galo e tu pode ver um menino andando de bicicleta tocando violino ou andando de esporte nenhum, entende? Mas há um fator limitador, politicamente limitador, que nos define de uma tal maneira e que nos coloca só determinados papéis artísticos ou “é só essa dança que você dança”, “é só essa música que você canta”, “é só essa poesia que você produz”, e isso é

horriavelmente limitador, mas é limitador porque é um projeto político de esterilização, de não dizer que aqui é que é a diversidade e aqui é onde as coisas acontecem, aqui é onde o mundo acontece. É engraçado porque quando você pega um documentário dos anos 70, por exemplo, pra falar da Avenida Paulista, aí geralmente diz assim “Avenida Paulista, o Brasil passa por aqui, o principal pólo do comércio e de tudo do Brasil, o coração do Brasil”. É muito doido porque esse é um discurso que a gente compra como se fosse verdadeiro, entende? A Avenida Paulista é importante. A gente sabe tudo que economicamente, politicamente se produz na Avenida Paulista, mas ela é um lugar só. E quando todo o restante que é lá onde todo esse restante onde a vida tá pulsando, as coisas tão acontecendo, onde as coisas estão sendo criadas, onde as coisas estão sendo alimentadas.

A reflexão feita por Talles nos suscita um deslocamento importante no que se refere a práticas discursivas produzidas *sobre* as periferias urbanas. Estas têm sido costumeiramente apresentadas como lugar de moradia de subalternos/as que não teriam a capacidade, e aqui poderíamos fazer uma problematização sobre os “capacitismos” que estão no bojo dos discursos dominantes, de falar por si e de conceber não só sentidos sobre suas vivências nesses territórios como também fazer frente às significações feitas e relacionadas ao “centro”, já que tais operações incidem diretamente nas “compreensões” hegemônicas que se tem sobre as periferias.

Do mesmo modo que não há um “devir-homem”, ousamos dizer que não há um “devir-centro”, apesar de haver tantos homens quanto tantos centros (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Isso porque, a partir dessa leitura deleuzo-guattariana, o “centro”, por ser majoritário por excelência, não faria devir, já que “todo devir é um devir minoritário” (p. 87). Assim, a torsão feita a partir da fala do poeta estaria em nomear o que, de acordo com uma racionalidade hegemônica não poderia ser nomeado, o centro: conjunto de práticas, ancoradas em uma norma branca, cis, hétero, patriarcal, cristã e capitalista, que se impõe como dominante e que funda o seu “outro”, tudo aquilo que, apesar de lhe garantir a sustentação por meio de práticas predatórias, não é o centro. Ou seja, “o centro é só um ponto” (sic) que determina uma fixação do seu outro, um ponto que Fanon (2008) chamou de “mundo branco”, um ponto que também podemos chamar de “sistema-mundo colonial” (GROSFOGUEL, 2008).

Essas ponderações ajudam-nos a ler esse “centro-ponto” como relações de poder que se espraiam para além de um espaço físico circunscrito. Afinal, ao mesmo passo que as periferias são anunciadas como os lugares em que “as coisas estão sendo criadas” (sic), como os lugares em que “a vida tá pulsando” (sic), Talles diz que “ser viado tinha que ser longe da comunidade”. O “ponto-centro”, portanto, diz de uma rigidez e “hipercentralização” sobre como os corpos devem ser posicionados nas dinâmicas do poder. Isso não quer dizer que o centro não modifica suas táticas para aprimorar as suas dominações na sua busca por produzir o “mesmo”, vide as transformações no que diz respeito à disciplina, à biopolítica e à necropolítica (HILÁRIO, 2016). As periferias são muito mais do que se diz sobre elas e do que um lócus para contenções

territoriais (HAESBAERT, 2021) de corpos tornados “abjetos” por uma lógica de cidade higienista. As periferias, em devir, ou seja, na produção da diferença, pulsam tanto no momento em que corpos-minoritários cruzam fronteiras entre territórios para experimentar-se quanto no instante em que desejam inventar territorialidades como as que têm sido produzidas pela biblioteca comunitária. Acompanhemos, então, essa invenção sendo realizada por meio de um festival, cuja narração encontra-se abaixo.

Um pedaço de TNT branco, segurado e esticado por dois rapazes, fazia as vezes de tela para Poesia Viva. Após falar com Profeta Profano, provavelmente para indicar que música tocar durante sua performance, Chris virou de costas para o público à espera de algum sinal para começar. Não havia mais chuva, apenas a expectativa de um público emancipado (Rancière, 2014) no quintal da biblioteca diante daquela conjectura: uma poeta e seu corpo nu.

Contrariando os autoritarismos de seu tempo, a poeta encontrava-se ao pé da dessacralização da lírica, encarnando a marginalidade poética da nudez não sexualizada do corpo negro. Com isso, Poesia Viva lembrava-nos de que é preciso lutar contra a colonização do corpo e da palavra. Foi quando sons de instrumentos de sopro e de percussão, arranjos da música *Todxs Putxs*, engajaram-se aos embalos de Chris, que dançava lançando os braços em direção à tela branca, como se buscasse benzer o vazio com suas lembranças ancestrais.

Ao ouvir a primeira frase da música, “Quem você tá pensando que é pra achar que eu sou louca?”, Chris rodopiou e voltou-se ao público para continuar girando, girando, girando... Os giros da poeta contrastavam com o pano vazio. Após outros movimentos, ela se apoderou de uma tinta *spray* e iniciou uma espécie de pixo no TNT. Quando o desenho da palavra **MAR** desaguou em prontidão, ela olhou para o público para em seguida desenhar e dançar com **MARIELLE** e **DANDARA**, tecidas com tinta preta.

Depois de descansar a tinta *spray* no chão, Chris continuou sua dança freneticamente. Os arrepios eram incontornáveis. A dança da poeta fazia meu corpo vibrar com o de todo mundo, enquanto a música dizia: “Eu quero fazer poesia pelo corpo pra afrontar as leis que o homem criou”. No embalo desse enfrentamento, Poesia Viva tomou mais uma vez a tinta *spray*, fazendo do TNT um muro cidadão que fala, que lembra e que poetiza seus mortos e seus caminhos tortos. Foi a vez de dançar com **ANDERSON** e **LAYZA**, inscritos no TNT-muro-da-cidade-quintal entre expressões como **LUTA**, **LIBERTE-SE** e **POVO NEGRO VIVE**.

5. 3 VISADX profanando a História: A biblioteca e suas negras narrativas

Quando eu entro na sala virtual para acompanhar o primeiro dia de percurso formativo VISADXS, as gargalhadas de Cícera Preta e Talles Azigon já ocupam o ciberespaço. Essas trocas de risos parecem ser costumeiras entre os dois. Fico imaginando como seria essa energia na CasAvoa sendo multiplicada. Não que esse encontro virtual seja duvidoso quanto à sua potência de inventar tensionamentos e deslocamentos. Prosa é prosa em qualquer espaço, mas sinto que eu teria detalhes preciosos para narrar, caso o encontro fosse presencial. Acho que daria para ser mais generoso com quem me lê. A disposição dos corpos, a proximidade, as cores, os gostos, os cheiros do Curió. Quem sabe não haveria alguma partilha inesperada no final da fala, tornando a conversação uma surpresa? Mas que bom que Cícera e Talles invadem meus fones de ouvido e minha tela com suas estrondosas gaitadas, apesar da distância. Ou melhor, que bom que sou invadido mesmo estando a quilômetros. Aparelhos eletrônicos são meios, assim como um pedaço de papel é estrada para memórias. O corpo que experimenta encontros cibernéticos não é inexistente. Adiciona-se a ele o pixel e o volume, que posso aumentar ou diminuir quando quero. Para além disso, o corpo é a possibilidade de sentir o riso de outro corpo e também rir e também se afetar, com fervilhamento de indignação ou com couraça de indiferença. Há uma política dos afetos, é por eles que a gente faz travessia de uma ponta a outra, unindo nossa raiva à raiva de Cícera quando ela nos provoca: “A gente tá com pouco ódio? Como que pode? Como que pode tá seguindo tudo isso que tamo tendo?”, referindo-se à pandemia e ao assassinato do menino João Pedro e de Evaldo, ambos negros, ambos assassinados, com mais de 80 tiros. A partir dessa convocação-questionamento sobre o alcance da raiva em nossos corpos, Cícera nos apresenta Grada Kilomba, a pesquisadora e artista negra: “O que tem de novo em Grada que não há em outros autores e autoras? Trabalha com depoimentos de mulheres, fazendo questionamentos sobre como o racismo produz feridas e faz sangrar, cruzando três conceitos: gênero, raça e nacionalidade. Mulheres afro-alemãs são negadas o tempo todo de que são alemãs. Por quê? Porque são negras. No Brasil, isso também acontece: ou as mulheres negras são maranhenses ou baianas. A branquitude busca manter uma estrutura, inventando a máscara. Quem é que pode falar? Quando a mulher negra fala, ela tira o homem do centro. Ele não quer isso. Aí chamam a Grada, ironicamente, de a rainha da interpretação. A fala é lugar de poder. Super me identifico com ela quando ela vai dizer pra gente que faziam ela ler autores “x” quando ela queria era estar lendo outras coisas. As verdades não podem ser escritas no singular. Piada racista é uma forma de narrar o mundo, por um único olhar, violador. É quando exotizam nossos cabelos e dizem: “Você não precisa desse cabelo.”” Cícera continua, agora, nos usos da raiva à objetividade, que enquadra e categoriza para capturar: “Existe um saber que é acionado pelas memórias, que abrem várias possibilidades de

leitura do mundo. Pro acadêmico branco o conhecimento tem que ser objetivo, que é uma forma de hierarquizar e colonizar pelo conhecimento. É uma tentativa de colocar a máscara, aí categoriza o que é e o que não é acadêmico. Eu não vou mentir pra vocês, eu aprendi muito mais fora da academia. A pergunta que eu venho fazendo é como a gente pode descolonizar ela. A grafiteira e tatuadora Luna Bastos nos ensina que também é possível perturbar a ordem com sutileza. Os traços dela são sutis e perturbam. A gente precisa vislumbrar o direito de existir pra além da sobrevivência. Angela Davis perturba a ordem quando traz estas três palavrinhas: mulheres, cultura e política. Essas palavras podem vir juntas? E gênero, raça e classe? Ela vai dizer que sim, através da interseccionalidade. Outra personalidade que eu trago pra gente é o cartunista Pestana. É possível discutir o racismo através de charges? Pestana vai fazer isso. Ele vai trazer os orixás para as crianças. Nenhuma editora queria publicar. Não era aceitável falar de orixás. Não era aceitável falar de orixás para as crianças.” Uma jovem faz um comentário no chat e é convidada a usar o microfone: “Não, é que me chamou muito atenção isso que você falou sobre perturbar a ordem e depois aquilo que você disse de, como é, de lutar e trabalhar não só pela sobrevivência. A gente existir, a gente das quebrada, já é uma perturbação da ordem, porque a ordem é pra que a gente não viva. Só de tá aqui compartilhando esse momento aqui com vocês, sabe, já é uma quebra, é algo assim que fortalece a gente pra além da sobrevivência. É também de saber que entre nós a gente pode ser escutada e que a gente se escuta quando lê as nossas”. Ao reler esse comentário, dou-me conta de que houve falas que não consegui anotar. Nesse ínterim, a fibra óptica e o papel em que escrevo tremem com a voz de Cícera Preta irmanada com a voz de Carolina Maria de Jesus: “Por que escritoras negras só são “conhecidas” depois de mortas? Por que, mesmo quando se fala de Carolina Maria de Jesus, só trazem o Quarto de Despejo? Ela não escreveu apenas este. Por que quando ela fala de outras coisas que não a fome ela deixa de ser vista, de ser lida? Eles não entenderam. Eles romantizaram a fome. Eles não quiseram entender.”

6. COMO SEGUIR PELAS MARGENS? NOTAS PARA UM AMANHÃ PERIFÉRICO-AMOROSO

Começamos a escrita desta dissertação com uma espécie de tecido feito de perguntas. Na tapeçaria que é realizar uma pesquisa e uma escrita, habituados/as pela lógica colonial de mostrar resultados e textos “bem amarrados”, acabamos esquecendo de tocar o verso das costuras. Fazer verso é isto: visibilizar, dizibilizar e, talvez mais urgente que esses dois últimos,

tornar tátil o que se quer inacessível. Isso é possível quando fazemos perguntas e problematizações ante o que parece estar firme e “bem amarrado”, ou quando caminhamos para desenlaçar a fixidez. Por essas e outras que começamos com uma pergunta e terminamos com outra: como seguir pelas margens?

Para seguir é preciso continuar caminhando, dando-se ao inesperado que os encontros proporcionam. Pesquisar sobre como uma biblioteca comunitária vem pautando periferias urbanas foi a realização de um caminho singular, em um tempo de zigue-zagues. O mundo não parou para que pesquisássemos. Foi preciso seguir com ele. Não estava no projeto de pesquisa que pesquisariamos sobre como as periferias têm sido pautadas por um movimento de periferia, muito menos que teríamos que topiar com a maximização de desigualdades e exclusões ocasionadas por um contexto pandêmico. Foi preciso dançar com o tempo.

Na ousadia e necessidade de dançar em um campo minado, como aprendi a estar atento com meu professor-orientador, tanto a pesquisa quanto a biblioteca tiveram os seus percalços. As perguntas e as tessituras que realizamos foram um modo que inventamos de narrar a história desse encontro. A inter(in)venção foi nosso passo frente às incertezas do como fazer e do como seguir perguntando, porque o que nos pareceu mais caro para esta pesquisa com uma biblioteca comunitária livre foi justamente não perder o encanto pelo questionamento, inclusive à própria pesquisa e academia. Foi fazendo indagações durante e ao caminho que estávamos fazendo, sobre estigmatização e re-existências, que frestas para outras perguntas se abriram.

Fazer o caminho perguntando, ou perguntar caminhando, levou-nos a quatro modos re-existentes e “desenquadradores” de pautar as periferias urbanas: a imagem, o amor, o tempo e o corpo, todos atravessados pela arte. Mesmo compreendendo que o fazer artístico não pode ser usado como panaceia para a resolução das precarizações da vida que o neoliberalismo vem induzindo, aprendemos que pela arte a vida nas margens tem sido (re)inventada e que não podemos negligenciar a sua potência para a proposição e realização de lutas que disputam o direito à imaginação, à prática amorosa, ao próprio corpo, à memória e ao futuro. Essas invenções se entrelaçaram a partir de cenas e falas de alguns/algumas integrantes das práticas culturais da Livro Livre Curió.

Com as imagens e a potência de imaginar a si mesmas, encontramos territorialidades poéticas que problematizam o mundo enquanto o inventam em um movimento contínuo de denúncia e de anúncio. As imagens não eram apenas as fotográficas e as digitais, mas também as narrativas que a “ruma” de práticas livres da biblioteca vêm produzindo. Nesse processo, a cidade foi pautada a partir de suas margens, ensinando-nos que a marginalidade pode e deve ser acionada como potencialidade para a criação de vida. Um caminho marginal e potente é

possível, desde que se saiba reconhecer que a romantização dos problemas impostos pela colonialidade às periferias é um discurso que precisa ser virado do avesso.

O amor também não tem sido encarado como antídoto contra essa colonialidade, numa lógica de que com ele tudo se resolve, mas tampouco se tem abdicado dele para narrar e vivenciar as periferias urbanas. Talvez, a prática amorosa tivesse ficado à margem de nossas escritas, mas como também buscamos estar à margem com aqueles/as com quem caminhamos em diversas prosas, habitando as multiterritorialidades produzidas pela biblioteca, o encontramos em um poema-mastruz que cura o medo de não viver e na produção do que chamamos de *comunalidade* do amor.

O corpo, transversal em todo o percurso, mostrou-se produtor de multiterritorialidades a partir das práticas da biblioteca. Pautar periferias urbanas a partir de corpos-territórios foi um modo de anunciar que o enclausuramento de corpos negros, mulheres, jovens, crianças e LGBTQIA+ é algo contra o qual se luta nas práticas livres da biblioteca.

Por fim, o futuro e a memória compareceram na prática de pautar periferias, lembrando-nos de que é necessário nos atermos ao que já se constituiu perifericamente e ao que ainda pode ser constituído quando se decide caminhar pelas margens.

REFERÊNCIAS

- ACHINTE, A. A. Pedagogias de la re-existência: artistas indígenas y afrocolombianos. *In: MIGNOLO, W. y PALERMO, Z. Arte y estética en la encrucijada descolonial*. Buenos Aires: Del Signo, 2009.
- ACHINTE, A. A. **Práticas creativas de re-existência**: más allá del arte... el mundo de lo sensible. Buenos Aires: Del Signo, 2017.
- ACHUGAR, H. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AGAMBEN, G. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AKINRULI, L. C. M. C.; AKINRULI, S. A. Antropoceno, Arqueologia e Memória Social: a pandemia de Covid-19 como um evento crítico. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 8, n. 1, p. 227-236, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/19175>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ALENCAR, J. **Iracema**. 24ª Ed. São Paulo: Ática, 1991 [1865].
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Pista 7: cartografar é habitar um território existencial. *In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- ALVES, M. S. Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, n. 1, p. 1-29, 2020.
- AMARAL, M. F. **Jovens de periferia e arte de construir a si mesmo**: experiências de amizade, dança e morte. 240 f. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117820>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- ANZALDÚA, G. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, v.1, n. 39, p. 297-309, 2009.
- AZIGON, T. **Três golpes d'água**. 1ª Ed. Fortaleza: Editora Substância, 2014.
- BÃ, A. H. A. **O menino fula**. São Paulo: Palas Athena: Acervo África, 2013.
- BADIOU, A. Sobre a situação epidêmica. *In: DAVIS, M. et al. Coronavírus e a luta de classes*. Rio de Janeiro: Terra sem Amos, 2020.
- BALBINO, J. *et al.* **Pelas margens**: vozes femininas na literatura periférica. 358 f. 2016. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará. Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Campinas, SP, 2015.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, v.1, n. 11, pág. 89-117, agosto de 2013.

BARBOSA, J. S. Juventude(s): afinal, que sujeitos sociais são estes? **Cadernos de Aplicação**, v. 34, n. 1, 2021.

BARROS, M. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BARROS, J. P. P. *et al.* A política da pesquisa-intervenção em psicologia social: deslocamentos a partir dos estudos foucaultianos e da esquizoanálise. In: LEMOS, F. C. S. et al. (org.). **Conversas transversalizantes entre psicologia política, social-comunitária e institucional com os campos da educação, saúde e direitos**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017. p. 467 - 485.

BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do "envolvido" como emblema de uma necropolítica no Brasil. IN: COLAÇO, V. F. R.; GERMANO, I.; MIRANDA, L. L.; BARROS, J. P. P. **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. 1ed.Fortaleza: expressão gráfica, 2019, p. 209-238.

BARROS, J. P. P.; PAIVA, L. F.; RODRIGUES, J. S.; SILVA, D. B; LEONARDO, C. S. 'Pacificação' nas Periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia da UFC**, v. 9, p. 115-126, 2018.

BARROS, J. P. P.; ALENCAR, F. A. B; SILVA, D. B. Maquinarias de guerra e mortes juvenis nas periferias do Ceará. **Revista de Psicologia da UFC**, v. 12, p. 23-36, 2021.

BATISTA, V. M (org.). **Adesão subjetiva à barbárie**. In: BATISTA, V. M. Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro: Revan, 317 pp. Tradução de Sérgio Lamarão.

BENICIO, L. F. S. **Homicídios de jovens na cidade de Fortaleza: práticas institucionais no cotidiano da Estratégia Saúde da Família**. 2018. (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará.

BENICIO, L. F. *et al.* Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, p. 192-207, 2018.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos pagu**, v.1, n. 53, 2018.

BIRMAN, P.; LEITE, M. P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. de SÁ. Tramas e dispositivos urbanos nas cidades contemporâneas. In: BIRMAN, P; LEITE, M. P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. de SÁ. (org.). **Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 15-29.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1990.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: **Clacso**, p. 87-95, 2005.

CAVALCANTE, L. E. Bibliotecas autogeridas e participação comunitária. In: CAVALCANTE, L. E.; ARARIPE, F. M. A. (org.). **Biblioteca e Comunidade: Entre vozes e saberes**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014. Módulo 2. p. 27-33.

CAVALCANTE, R. M. B.; ALTAMIRANO, T. de H. (Org.). **Fortaleza armada: consequências humanitárias em territórios remarcados pela violência**. Instituto OCA: Fortaleza, 2019.

CAVALCANTE, C. O. B. **“Humanos Indireitos”?: Modos de subjetivação de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil, 2020.

CAVALCANTE, Laisa Forte. **Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim: enfrentamentos às dinâmicas da violência armada em periferias de Fortaleza**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil, 2021.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHAMAYOU, G. **Teoria do drone**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

COIMBRA, C. Operação Rio. **O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor e Intertexto, 2001.

COLLINS, P. H. “Controlling images”. In: Weiss, G.; Murphy, A. & Salamon, G. (org.). **50 concepts for a critical phenomenology**. Evanston, Illinois, Northwestern University Press, 2018.

COSTA, A. F.; BARROS, J. P. P. “Célula de proteção comunitária”: efeitos no cotidiano de jovens negros em Fortaleza. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 13, n. 3, p. 173-192, 2019.

COSTA, E. A. G. A.; MOURA JR., J. F.; BARROS, J. P. P. Pesquisar n(as) margens: especificidades da pesquisa em contextos periféricos. In: CERQUEIRA-SANTOS, E.; ARAÚJO, L. F. (org.). **Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social**. i.ed. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 13 - 31.

COSTA, A. F. *et. al.* Decolonizando a investigação com jovens em territorialidades periferizadas: pesquisa-inter(in)venção e a produção de políticas de re-existências. *In:* BARROS, J. P. P.; RODRIGUES, J. S.; BENICIO, L. F. S. (orgs). **Violências, Desigualdades e (Re)existências: cartografias psicossociais.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.

COSTA, A. F. **Escrevivências coletivas:** práticas de re-existências e trajetórias de vida de jovens negros(as) em periferias de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil, 2021.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Caldeirão de bibliotecas aquece leitura nas periferias de Fortaleza.** 2019. Acesso em 10 de out. 2021. Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/caldeirao-de-bibliotecas-aquece-leitura-nas-periferias-de-fortaleza-1.2104648>

DIÁRIO DO NORDESTE. **Artistas das periferias participam da primeira edição do Festival Tarará neste sábado.** 2020. Acesso em 10 de out. 2021. Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/artistas-das-periferias-participam-da-primeira-edicao-do-festival-tarara-neste-sabado-14-no-curio-1.2221571>

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle (1990). *In:* _____. **Conversações.** São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos.** São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DELEUZE, G. **Conversações.** Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 2000.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 2012. v. 5.

DORNELLES, J. R. Necrocapitalismo e neofascismo em tempos de peste. *In:* C. B. Augusto & R. D. Santos (org.). **Pandemias e pandemônio no Brasil.** São Paulo: Tirant lo Blache, 2020.

FANON, F. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FANON, F. *Pele negra, máscaras branca* /Frantz Fanon: tradução de Renato da Silveira. – Salvador: **EDUFBA**, 2008.

FARIAS, T.; DINIZ, R. Cidades neoliberais e direito à cidade: outra visão do urbano para a psicologia. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 42, p. 281-294, 2018.

FIGUEIREDO, F. (org.). **Lygia Clark, Hélio Oiticica:** cartas 1964-74. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In:* DREYFUS, H. L.; RAINBOW, P. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010a.
- FOUCAULT, M. **É importante pensar?** In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos VI**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.
- FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições. 2013.
- FREIRE, P. **A Importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GALEANO, E. **O livro dos abraços**. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- GALVÃO, A. A. **Onde está o futuro?** projetos de vida de jovens da periferia a partir das suas vivências de tempo e espaço. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil, 2020.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- GOMES, C. A. R.; SILVA, L. S. A.; HÜNING, S. M. O racismo como organizador e analisador de territórios urbanos. In: BARROS, J. P. P.; RODRIGUES, J. S.; BENICIO, L. F. S. (org.). **Violências, desigualdades e (re)existências: cartografias psicossociais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.
- GLISSANT, É. Pela opacidade. **Revista Criação & Crítica**, n. 1, 2008, pp. 53-55.
- GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.
- HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.
- HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de (s) colonial na “América Latina”**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.
- HAMBURGER, E. I. Guerra das imagens. **Rapsódia**, n. 12, p. 25-44, 2018.
- HARVEY, D. O Direito à cidade. **Lutas Sociais**, v. 29, n. 1, p. 73-89, 2012.
- HILÁRIO, L. “Da Biopolítica à Necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo”. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 194-210, 2016.
- HISSA, C. E. V.; NOGUEIRA, M. L. M.. Cidade-corpo. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 20, n. 1, p. 54-77, 2013.
- HOOKS, B. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, M. C. **Quarto de Despejo**: Diário de uma favelada. Editora Ática: São Paulo, 2001.

KASTRUP, V; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. *In*: PASSOS, E; KASTRUP, V; TEDESCO, S. (org.). **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 15-42.

KASTRUP, V. Pista 2: o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

KILOMBA, G., **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019a.

KILOMBA, G. **Desobediências poéticas**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019b.

LIMA, M. L. C.; MALCHER, C. M. F.. Por uma psicologia-resistência: uma aposta nas lentes decoloniais. *In*: TAMBORIL, M. I. B.; LIMA, M. L. C.; NEVES, A. L. M. (Orgs). **Psicologia social na Amazônia**: reticulando potencialidades e desafios. Porto Alegre: Abrapso, 2019.

LISPECTOR, C. **A hora da estrela**: edição com manuscritos e ensaios inéditos. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

LOURAU, R. Analista Institucional em tempo integral, São Paulo, Brasil: Hucitec, 2004.

MACHADO, E. C. Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil. *In*: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2009.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNANDINO-COSTA J, MALDONADO-TORRES N, GROSFUGUEL R. (org.). **Decolonialidade e pensamento diaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica; 2019. p. 27-53

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte e ensaios**, v. 32, p. 123-151, 2016.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, A. **Poder brutal, resistência visceral**. São Paulo: Editora N-1, 2019.

MENEZES, J.; COLAÇO, V.; ADRIÃO, K. Implicações Políticas na Pesquisa-Intervenção com Jovens. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.9 n.1, p. 8-17. 2018.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território e educação decolonial**: proposições afrobrasileiras na invenção da docência. Salvador: EDUFBA, 2020.

MISSE, M. Sujeição Criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito. *In*: BIRMAN, P.; LEITE, P. L.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. S. (org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: Ordens e Resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Lisboa: EGEAC, 2019.

MORAES, M. Do pesquisarCOM ou de Tecer e Destecer fronteiras. In: BERNARDES, A.; TAVARES, G. & MORAES, M. **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014.

MOREIRA, M.G. Aqui o RAIO sempre cai no mesmo Lugar: Percepções da Comunidade do Lagamar em Fortaleza-CE sobre as Práticas de Suspeição e Abordagem da Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO). 2013. 128f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

NASCIMENTO, T. Do dever de denunciar a dor até o direito ao devaneio, nosso cuirumbismo literário. In: SOARES, M. R.; BRANDÃO, S.; FARIA, T. **Lesbidades Plurais: outras produções de saberes e afetos**. Salvador: Devires, 2019. p. 154-173.

NASCIMENTO, E. O.; COLOMBO, L. A. Fazer viver e deixar morrer: os mecanismos de gestão das desigualdades em tempos de pandemia. **Revista Psicologia Política**, v. 21, n. 51, p. 478-490, 2021.

NDLOVU, M. Por que saberes indígenas no século XXI?-uma guinada decolonial. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 127-144, 2017.

NOGUEIRA, S.; ROCHA, C. **21 dias de lives de reexistência com @adandarasuburbana**. In.: <https://www.instagram.com/tv/CMyMAYFnuet/>. Acesso em: 20/12/2021

NUNES, P. A. **“Infâncias titânicas”**: cenas do cotidiano no Serviluz e seus efeitos na produção de modos de ser criança. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil, 2021.

NUNES, L. F. **“Quando eu vi, tava envolvida”**: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil, 2020.

OLIVEIRA, C.; MARQUES; S. S. R.; SILVA, A. F. A cidade colonizada e os impactos da pandemia do novo coronavírus na população negra e indígena. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 8, n. 2, p. 576-593, 2021.

PASSOS, E.; BARROS, R. A Cartografia como Método de Pesquisa-Intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PELBART, P. P. **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento**. 2. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2016.

PINHEIRO, J. P. **Juventudes e violência urbana: trajetórias de sujeitos em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Fortaleza**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil, 2018.

PRADO, A. **Poesia reunida**. São Paulo: Editora Record, 2016.

PRINTES, B. M.; MUNER, L. C. Entre preconceitos e laços. **Revista Cathedral**, v. 3, n. 3, p. 83-94, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, p. 117-142, 2005.

RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SALOMON, M. Jacques Rancière, cenografias políticas. **historiogr.** Ouro Preto. n. 13, dezembro de 2013, p. 226-234.

RENA, P. **Na noite da noite escura**: Figuras da noite no cinema brasileiro contemporâneo. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL, 2020.

REVEL, J. Resistências, subjetividades, o comum. **Lugar Comum**, v. 1, n. 35-36, 2012.

REZERA, D. N.; SOBRINHO, A. B. Enfrentando distopias contemporâneas: por uma disputa contra-hegemônica. **PerCursos**, v. 21, n. 47, p. 004-030, 2020.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**. 23 (4), V. 23 (4), 64-73, 2003.

ROCHA, M. L. Psicologia e as práticas institucionais: A pesquisa-intervenção em movimento. **Revista Psico**, v. 37, n. 2, p. 169-174, 2006.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K.F. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007.

ROCHA, A. P. **O juvenicídio brasileiro: racismo, guerra às drogas e prisões**. EDUEL, 2021.

RODRIGUES, J. S. **Testemunhas da necropolítica**: implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil, 2019.

RODRIGUES, H. B. C. Intercessores e narrativas: por uma dessujeição metodológica em pesquisa social. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 6, n. 2, p. 234-242, 2011.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. n-1 edições, 2019.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Mórula Editorial, 2019.

SAFATLE, V. **Bem-vindo ao Estado suicidário**. São Paulo: n-1 Edições, 2020.

SALES, M. A. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, M. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, v. 54, n. 2, p. 21-22, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEIXAS, R. R. Da biopolítica a necropolítica e a racionalidade neoliberal no contexto do COVID-19. **Voluntas: Revista Internacional de Filosofia**, v. 11, p. 1-11, 2020.

SILVA JUNIOR, P. R.; MAYORGA, C. Jovens nem nem brasileiros/as: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções. **DESIDADES: Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud**, n. 23, p. 10-23, 2019.

SILVA, F. R. N. **Rede de afetos**: práticas de re-existências poéticas na cidade de Fortaleza. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Sociais Aplicados) – Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Brasil, 2019a.

SILVA, F. R. N.; FREITAS, G. J. Práticas de re-existências poéticas: a poesia no “busão” em Fortaleza (CE). **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 22, n. 22-1, 2020a.

SILVA, F. R. N.; DE FREITAS, G. J. Toda periferia é um centro. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 26, n. 1, p. 144-168, 2020b.

SILVA, F. R. N.; FREITAS, G. J. A palavra aberta: práticas de re-existências e a violência emancipadora. In: BARROS, J. P. P.; RODRIGUES, J. S.; BENICIO, L. F. S. (org.). **Violências, Desigualdades e (Re)existências**: cartografias psicossociais. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.

SILVA, C. A. F. et al. Atitudes que fazem a diferença: coronavírus e os coletivos nas favelas. **Revista Psicologia Política**, v. 21, n. 51, p. 435-448, 2021.

SIMAS, L. A. **O corpo encantado das ruas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SPINOZA, B. **Ética / Spinoza**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SOSA, M. Todo cambia. Numhauser, J (Compositor). In: __. **Oro S. I.**: Universal. 1995.

SOUSA, I. S. **Morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana em Fortaleza**: diálogos com mulheres-integrantes de movimentos feministas e de organizações da sociedade civil. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, 2020.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar**. Belo Horizonte: UFMG Editora, 2010.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TAKEITI, B. A.; VICENTIN, M. C. G.. Juventude (s) periférica (s) e subjetivações: narrativas de (re) existência juvenil em territórios culturais. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. SPE, p. 256-262, 2019.

TORRES, F. T. **O sentimento é um só**: Criminalização da Juventude e produção do medo na cobertura televisiva da “Chacina da Messejana”. Trabalho de Conclusão de Curso do Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, 2017.

TLOSTANOVA, M. V.; MIGNOLO, W. D. **Learning to unlearn**: decolonial reflections from Eurasia and the Americas. The Ohio State University, 2012

WENDY, B. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Filosófica Politéia, 2019.

ZAMBONI, M. **Somos todas Verônicas?** Aracaju: Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho – Relações étnico-raciais e de gênero, do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 27 a 29 de abril de 2016.

ANEXOS

Anexo A – Parecer Consubstanciado do CEP

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Periferias urbanas em pauta nas ações de uma biblioteca comunitária de Fortaleza/CE

Pesquisador: DAGUALBERTO BARBOZA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 48513121.1.0000.5054

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.911.021

Apresentação do Projeto:

A pesquisa pretende analisar de que modo periferias urbanas têm sido pautadas em ações realizadas por uma biblioteca comunitária de Fortaleza. Assim, buscarei estar atento aos deslocamentos e re-existências que essas ações produzem em relação a narrativas hegemônicas sobre essas territorialidades, que as (in)visibilizam historicamente de forma perversa pelo estigma da violência e da periculosidade. A pergunta de partida é: como periferias urbanas têm sido pautadas em ações realizadas por uma biblioteca comunitária inserida em uma territorialidade periférica de Fortaleza? Traço como objetivos específicos: mapear ações realizadas por uma biblioteca comunitária inserida em uma territorialidade periférica de Fortaleza; discutir deslocamentos a narrativas hegemônicas sobre periferias urbanas a partir das ações dessa biblioteca e de conversações com seus/suas participantes e, por fim, problematizar como as invenções artísticas produzidas no âmbito da biblioteca se constituem como narrativas de re-existência de territorialidades periféricas. Parto de estudos da Psicologia Social que têm se inclinado às temáticas que envolvem violências, territorialidades urbanas e noções de resistência/re-existência, tecendo diálogos com estudos pós-estruturalistas e críticos à colonialidade. Para isso, a proposta metodológica opera com abordagem qualitativa, especificamente a Pesquisa-Intervenção, orientada pelo ethos da Cartografia. O lócus de pesquisa será a Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária, que, assim como outras bibliotecas de periferias,

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 4.911.021

têm despontado no cenário das práticas culturais da cidade como um importante equipamento de promoção cultural nas margens urbanas. Comporão a pesquisa os/as organizadores/as e participantes dessa biblioteca dos diversos gêneros, tendo como faixa prioritária pessoas entre 15 e 29 anos. As estratégias para a produção do corpus de análise serão o acompanhamento e realização de ações junto à biblioteca (grupos de discussão/entrevistas), com registro em diário de campo, conversações em que os/as participantes possam falar de si e das periferias e, por fim, as invenções artísticas feitas no âmbito da biblioteca que pautem periferias urbanas. Utilizarei fragmentos das narrativas registradas nos diários, das conversações e das invenções artísticas como “cenas analisadoras” para discutir e problematizar os deslocamentos produzidos em relação a narrativas hegemônicas sobre periferias urbanas e as re-existências produzidas nesses cotidianos. Para a análise dessas cenas, utilizarei a análise cartográfica. A partir disso, a relevância desta proposta pode se encontrar nas ressonâncias às re-existências que envolvam a criação de outras narrativas de periferias, mediadas pelos mais diversos fazeres de uma biblioteca comunitária.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar de que modo periferias urbanas têm sido pautadas em ações realizadas por uma biblioteca comunitária de Fortaleza.

Objetivo Secundário:

Mapear ações realizadas por uma biblioteca comunitária inserida em uma territorialidade periférica de Fortaleza; Discutir deslocamentos a narrativas

hegemônicas sobre periferias urbanas a partir das ações dessa biblioteca e de conversações com seus/suas participantes; Problematizar como as

invenções artísticas produzidas no âmbito da biblioteca se constituem como narrativas de re-existência de territorialidades periféricas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto indica que este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras, sendo observada, durante os grupos de discussão e

entrevista, a possibilidade de haver algum tipo de agravo de natureza psíquica, como constrangimento, incômodo ou cansaço. Caso isso ocorra durante o grupo e/ou a entrevista, o/a participante será respeitado/a e acolhido/a, podendo decidir sobre sua continuidade em permanecer no grupo ou dar a entrevista.

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 4.911.021

Quanto aos benefícios, indica que pretende contribuir para o fortalecimento das discussões a respeito de territorialidades periféricas a partir das ações da biblioteca comunitária com seus/as participantes, buscando criar ressonâncias às re-existências que envolvam a criação de outras narrativas de periferias, além de provocar possíveis deslocamentos a narrativas hegemônicas, que (in)visibilizam historicamente as periferias de forma perversa pelo estigma da violência e da periculosidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia, assim como os objetivos e avaliação dos riscos e benefícios, demonstram concordância com os princípios éticos a serem observados na realização de pesquisas na área.

Em relação à metodologia, o projeto especifica que a pesquisa irá acontecer numa região periférica de Fortaleza conhecida como Curió, que apresenta uma das maiores taxas de homicídio da capital cearense (CCPHA, 2018), onde, no entanto, é possível notar a criação de diversas mobilizações juvenis, fazendo frente às estigmatizações de territorialidades periféricas e de seus habitantes. Uma dessas mobilizações têm se expressado a partir de ações da Livro Livre Curió Biblioteca Comunitária, integrando o "caldeirão de bibliotecas" (DIÁRIO DO NORDESTE, 2019) que vem aquecendo leituras nas periferias da cidade, um indicador da produção de narrativas que diferem do que a grande mídia tem atrelado às periferias (COIMBRA, 2001). Por se tratar de uma pesquisa com a qual lanço mão da cartografia como método, compreendo que a composição territorial ultrapassa a dimensão geográfica. Marcar isso na metodologia é relevante, principalmente, devido ao contexto de pandemia de COVID-19, considerando que as territorialidades mais vulnerabilizadas por desigualdades sociais são também as que mais têm sido afetadas pelas mortes causadas pela COVID (KIND; CORDEIRO, 2020). Isso maximiza as dificuldades de pesquisar com/nas margens, fazendo-se necessário encontrar formas criativas e potencializadoras de tecer sensibilidades na produção de conhecimento que versa sobre a própria imagem de ser periférico, de modo a estar atento aos colonialismos invisíveis que forjam o processo de subjetivação no ato da pesquisa (OLIVEIRA; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2019). A minha pretensão é a de os/as organizadores/as e participantes de ações da Livro Livre Curió possam compor a pesquisa, podendo ser adolescentes, jovens e adultos dos diversos gêneros e tendo

como faixa prioritária pessoas de 15 a 29 anos. As estratégias para a produção do corpus de análise serão: 1. mapeamento das ações realizadas pela biblioteca comunitária (inicialmente, ações "remotas", tendo em vista o distanciamento devido à pandemia de Covid-19), com registros em diários de campo, focando periferias urbanas em pauta nessas ações (para os objetivos específicos 1, 2 e 3); 2. realização de grupos de discussão e entrevistas sob o manejo da cartografia

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br